

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**O FAZER DO DESASTRE:
REFLEXÕES SOBRE TEMPO, REJEITOS E O MANEJO DA
REPARAÇÃO EM BARRA LONGA (MG)**

AMANDA GABRIELLE COVELO DE ARAÚJO

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**O FAZER DO DESASTRE:
REFLEXÕES SOBRE TEMPO, REJEITOS E O MANEJO DA
REPARAÇÃO EM BARRA LONGA (MG)**

AMANDA GABRIELLE COVELO DE ARAÚJO

Sob a Orientação da Professora
Flávia Braga Vieira

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica
Rio de Janeiro-Brasil
Julho de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A658f Araújo, Amanda Gabrielle Covelo de, 1994-
 O fazer do desastre: reflexões sobre tempo,
 rejeitos e o manejo da reparação em Barra Longa (MG) /
 Amanda Gabrielle Covelo de Araújo. - Rio de Janeiro,
 2025.
 123 f.: il.

 Orientadora: Flávia Braga Vieira.
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
 Ciências Sociais, 2025.

 1. Desastre. 2. Pessoas atingidas por barragens.
 3. Reparação. 4. Barra Longa. 5. Volta da Capela. I.
 Vieira, Flávia Braga, 1976-, orient. II Universidade
 Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
 graduação em Ciências Sociais III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AMANDA GABRIELLE COVELO DE ARAÚJO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/07/2025

Flávia Braga Vieira. Dra. UFRRJ (orientadora)

Carly Barboza Machado. Dra. UFRRJ

Joana da Silva Barros. Dra. UNIFESP

Em memória de Gildo Martins de Araújo e Jair Martins de Araújo.

AGRADECIMENTOS

Agora não pergunto mais aonde vai a estrada. Estou aqui. Ainda escuto meu respirar ofegante. Mas, ufa! Atravessei, e não cheguei sozinha.

Carrego comigo as orações de minha vó Rosa e a admiração de minha vó Nadir. As risadas gostosas de Lara e Caetano, sobrinha e sobrinho tão amados. O profundo amor de minha irmã, Nathália. O ombro amigo do meu irmão, Gabriel. A torcida incondicional de minha mãe, Márcia. Obrigada, meus amores.

Agradeço também a companhia da minha orientadora, Flávia, por ter sido a margem suave deste percurso, por acolher com generosidade a pesquisadora que sou e aquela que estou aprendendo a ser.

Ao grupo de pesquisa CORRE, por todas as escritas, angústias e alegrias compartilhadas. Tem um bocado de vocês aqui. Agradeço, especialmente, à Carly Machado, pelo carinho e pelas preciosas contribuições.

Ao Observatório Fluminense, especialmente aos professores José Cláudio e Nalayne Pinto, pelos anos de trabalho e pesquisa juntos, por todo apoio que possibilitou que eu chegasse até aqui.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ, pelo profundo suporte e incentivo. Sou muito feliz por fazer parte desta história.

Às minhas amigas, Manuela, Nildamara, Rafa, Pamela e Sara, muito obrigada pela companhia, pela leitura atenta deste trabalho, pelos cafés e cervejas que compartilhamos, seja para celebrar a vida ou para oferecer um tempo de cuidado umas às outras. Foi possível porque estivemos juntas.

Às mulheres, águas e crianças da Comunidade Quilombola Ribeirinha da Volta da Capela.

Ao meu amado pai. Porque um dia ele sonhou, eu pude sonhar também. Na verdade, acho que sonhei com o seu sonho, agora estou aqui. Agora esse sonho é tão meu, e nele tem muito de você, de nós. Obrigada por ter me ensinado a amar as palavras, pai.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Havia o rio para atravessar, uma canoa improvisada de tronco de árvore. Não dava para esperar mais do lado de cá. Já havia uma semana de chuva.

O rio subindo, mais e mais. O desespero também.

— A gente atravessa o rio ou fica, Miquilina? Você é por ir ou por ficar?

— A gente atravessa, Totó. Tenho medo, mas havemos de atravessar!

(Conceição Evaristo, em *Becos da memória*, 2017)

RESUMO

Perto de completar uma década do rompimento da barragem de Fundão (Mariana, MG), situei minhas principais reflexões nesta dissertação sobre as ações de reparação conduzidas pela Fundação Renova no município de Barra Longa (MG), mais especificamente sobre o Plano de Manejo de Rejeitos (PMR). O plano foi responsável por alocar os rejeitos depositados na região central da cidade para áreas que, num primeiro momento, não foram invadidas pela lama. Esse foi o caso da Comunidade Quilombola Ribeirinha Volta da Capela, localizada nas imediações do ponto de encontro entre o rio Gualaxo do Norte e o rio do Carmo — o patrimônio paisagístico que deu origem ao nome da cidade. As áreas de lazer de Volta da Capela foram utilizadas pelo plano como Áreas de Disposição de Material Excedente (ADMEs), transformando a paisagem local em um grande canteiro de obras e inaugurando diferentes formas de experiência com o desastre. Na companhia das abordagens antropológicas e sociológicas sobre o tema (Teixeira, 2024, 2014; Leonardo, 2022; Silva, 2017, 2004, 1998; Valencio, 2017), no qual os desastres não são observados como eventos que ocorrem em um momento e espaço específicos, nem mesmo se consolidam como rupturas do funcionamento normal do sistema social que os produziu, aproximo questões em torno do fazer do desastre e dos diversos tempos verbais envolvidos nesse drama social. Para isso, foram analisados acordos jurídicos (como o TTAC, TAP, A-TAP e TAC-Gov), materiais produzidos pela Aedas (Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social), relatórios da Fundação Renova e notas técnicas emitidas pelo CIF (Comitê Interfederativo), além de interlocuções com lideranças locais. Ao perseguir parte dos documentos produzidos ao longo da reparação do desastre deflagrado na bacia hidrográfica do rio Doce e seus impactos na cidade de Barra Longa, identifiquei que grande parte dos deslocamentos produzidos pelo desastre não se revelaram a partir de sua faceta catastrófica, irrompida em uma visibilidade sensacional instantânea, mas sim por uma violência de desgaste, incremental e cumulativa (Nixon, 2007), diluída em espaços, tempos, documentos e tomadas de decisão.

Palavras-chave: Desastre; Pessoas atingidas por barragens; Barra Longa; Reparação; Volta da Capela; Quilombo ribeirinho; Evento crítico; PMR.

ABSTRACT

As it approaches a decade since the collapse of the Fundão dam (Mariana, MG), this dissertation situates its main reflections on the reparation actions carried out by the Fundação Renova in the municipality of Barra Longa (MG), more specifically on the Tailings Management Plan (PMR). The plan was responsible for allocating the tailings deposited in the central area of the city to locations that, at first, had not been invaded by the mud. This was the case of the Ribeirinha Quilombola Community of Volta da Capela, located near the confluence of the Gualaxo do Norte River and the Carmo River, the landscape heritage that gave rise to the city's name. The leisure areas of Volta da Capela were used by the plan as Areas for the Disposal of Excess Material (ADMEs), transforming the local landscape into a large construction site and inaugurating different ways of experiencing the disaster. In dialogue with anthropological and sociological approaches on the subject (Teixeira, 2024, 2014; Leonardo, 2022; Silva, 2017, 2004, 1998; Valencio, 2017), in which disasters are not understood as events occurring at a specific time and place, nor as ruptures in the normal functioning of the social system that produced them, this work engages with questions surrounding the making of disaster and the multiple temporalities embedded in this social drama. To this end, legal agreements (such as the TTAC, TAP, A-TAP, and TAC-Gov), materials produced by Aedas (State Association for Environmental and Social Defense), reports by Fundação Renova, and technical notes issued by the CIF (Interfederative Committee) were analyzed, in addition to dialogues with local leaders. By tracing part of the documents produced throughout the reparation process following the disaster triggered in the Doce River basin and its impacts on the city of Barra Longa, I identified that a large part of the displacements produced by the disaster did not emerge from its catastrophic facet, marked by an instantaneous and sensational visibility, but rather through a slow, incremental, and cumulative violence (Nixon, 2007), dispersed across spaces, times, documents, and decision-making processes.

Keywords: Disaster; People affected by dams; Barra Longa; Reparation; Volta da Capela; Quilombo ribeirinho; Critical event; PMR.

LISTA DE FIGURAS

QUADRO

Quadro 1 — Acordos que sucederam ao TTAC

FIGURAS

Figura 1 — “Watu Morreu”

Figura 2 — “Evento”

Figura 3 — “A Fundação Renova é controlada pela Samarco, Vale e BHP Billiton?”

Figura 4 — Como comprovar?

Figura 5 — Fluxogramas de indenização por modalidade de dano

Figura 6 — “Viver é ruminar a paisagem”

Figura 7 — Encontro do rio Gualaxo do norte (à direita) com o rio do Carmo (à esquerda)

Figura 8 — Borum do Watu

Figura 9 — Caboclo D’água, de Deivison Silvestre

Figura 10 — Estátua do Caboclo D’água em Barra Longa

Figura 11 — Percurso dos rejeitos

Figura 12 — A lama no distrito-sede de Barra Longa

Figura 13 — Técnica de bioengenharia: enrocamentos

Figura 14 — Vegetação ciliar nas margens e calhas do Rio Carmo e do Rio Gualaxo do Norte

Figura 15 — Técnica de renaturalização no rio Gualaxo do Norte

Figura 16 — Equivalência de viagens de caminhão basculante para retirada dos rejeitos

Figura 18 — Reconstrução do parque de exposições e alteamento do campo de futebol

Figura 19 — Tapumes da Coragem

Figura 20 — Rachaduras

Figura 21 — Mulheres, águas e crianças

Figura 22 — O novo parque de exposições

Figura 23 — Bordando memórias da Volta

Figura 24 — Matriarcas do quilombo ribeirinho Volta da Capela

Figura 25 — Ponte Quindumba (1979)

Figura 26 — Casas destruídas pela enchente de 79 (Volta da Capela)

Figura 27 — Comunidade da Volta

Figura 28 — Rio Doce Muddy Water

Figura 30 — Onde está o rejeito?

Figura 31 — Diagrama: Avaliação de saúde da população de Barra Longa

Figura 32 — Certificado de autodeclaração de comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Palmares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Aproximação com o campo dos desastres e da reparação	15
Metodologia: tateando a cultura do poder	17
Entrevista com Aleteia Flávia	19
Os capítulos	21
CAPÍTULO I — GRAMÁTICAS DA DEVASTAÇÃO	23
“Ainda construção e já é ruína”: a temporalidade do desastre	24
Fim de um mundo	30
Evento	32
Uma trama de (des)acordos	34
A criação de uma terceira parte	38
Fundação Renova: uma tecnologia social corporativa	42
CAPÍTULO II — ASSESSORIA TÉCNICA EDUCACIONAL MEIO AMBIENTE E BARRAGENS: CIENTISTAS SOCIAIS NO CAMPO DA REPARAÇÃO	45
De um campo ao outro	46
ATEMAB	48
Matriz de danos e o direito das pessoas atingidas à assessoria técnica independente	51
CAPÍTULO III — CIDADE RUMINADA: O MANEJO DOS REJEITOS EM BARRA LONGA (MG)	58
A cidade beiradeira	59
A monstrosidade se vestiu de rejeito	65
O Plano de Manejo de Rejeitos — ou, a lama que ficou	70
O poder da Fundação Renova de marcar o ritmo da reparação	76
Um parque de exposições: da lama ao pó	78
CAPÍTULO IV — VIDA BEIRA-RIO: BORDANDO MEMÓRIAS DA VOLTA	85
Cotidiano beira-rio	87
Memórias da inundação	92
Regimes de imperceptibilidade em Volta da Capela	96
“E eles ainda tem coragem de falar que nós não fomos atingidas”	100
“A nossa lama é inerte!”	104
CONCLUSÃO	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

INTRODUÇÃO

Mariana, Minas Gerais. Quinta-feira, 5 de novembro de 2015. Cerca de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração da barragem de Fundão foram carregados pelo leito do rio Doce em direção ao Oceano Atlântico. Percorrendo 663,2 km de cursos d'água, a lama da Samarco Mineração S.A., a joint-venture¹ das corporações Vale S.A e BHP Billiton, devastou e afetou de diferentes formas mais de 40 cidades², espalhando-se pelo litoral do Espírito Santo até alcançar o extremo sul da Bahia e o extremo norte do Rio de Janeiro (Leonardo, 2022; Carneiro; Milanez, 2023). Ao tempo imediato do rompimento, 20 pessoas morreram, e centenas de moradias foram destruídas entre as cidades de Mariana e Barra Longa (MG).

Os efeitos da lama, contudo, também se espalharam pelo tempo: perto de completar dez anos do rompimento da barragem de Fundão, os moradores e moradoras dos territórios afetados ainda precisam lidar com as marcas de “uma lama que não sai” (Teixeira, 2018, p. 94).

Me permito dizer que, principalmente daqui de onde estou, toda e qualquer tentativa de cercar os efeitos, as perdas e os danos produzidos e adensados por este que, nos termos de Veena Das (1995), podemos denominar como um evento crítico³, será insuficiente. Quantos, e de quais formas, famílias e sistemas ecológicos foram e ainda são constantemente afetados? Quantos banhos de rios deixaram de ser dados? Ou quantas noites de sono foram perdidas pela perda da renda, da saúde, das fotografias ou da horta cultivada por anos no quintal? Trata-se

¹ Associação entre duas empresas independentes dotadas de personalidade jurídica.

² Mariana (MG); Raul Soares (MG); Aimorés; Resplendor (MG); Barra Longa (MG); Rio Casca (MG); Belo Oriente (MG); Rio Doce (MG); Bom Jesus do Galho (MG); Santa Cruz do Escalvado (MG); Bugre (MG); Santana do Paraíso (MG); Caratinga (MG); São Domingos do Prata (MG); Coronel Fabriciano (MG); São José do Goiabal (MG); Córrego Novo (MG); São Pedro dos Ferros (MG); Dionísio (MG); Sem-Peixe (MG); Governador Valadares (MG); Sobrália (MG); Iapu (MG); Timóteo (MG); Ipaba (MG); Tumiritinga (MG); Ipatinga (MG); Aracruz (ES); Itueta (MG); Baixo Guandú (ES); Marliéria (MG); Conceição da Barra (ES); Naque (MG); Colatina (ES); Periquito (MG); Linhares (ES); Pingo-D'água (MG); Marilândia (ES); Ponte Nova (MG); São Mateus (ES); Conselheiro Pena (MG); Serra (ES); Anchieta (ES) (Câmara de Deputados, 2022).

³ Veena Das mobilizou o conceito de evento crítico (1995) em sua obra *Critical Events: An anthropological Perspective on Contemporary India* para falar de experiências de violência extrema, como o desastre industrial de Bhopal e a Partição da Índia, que produziram a dissolução da rotina das pessoas e comunidades afetadas na Índia, impulsionando-as para terrenos novos e imprevisíveis. Em seus trabalhos etnográficos, Das buscou salientar como os denominados eventos foram capazes de lançar novos atores sociais na esfera pública para demarcar e reivindicar aquilo que “cabe ao Estado” fazer. A apreensão e o contato com a linguagem dos direitos (Vianna, 2013) de indivíduos, que, até então “levavam uma vida anônima e então passam a interpelar o Estado pelas consequências de um sofrimento percebido como ‘repentino’ e ‘inexplicável’” (Araújo, 2007, p. 12-13), produzem novas lógicas temporais, engendrando um processo complexo de elaboração de práticas e formas específicas de subjetivação, sobretudo, política.

aqui de uma violência que não se faz esgotar em números, nem em suas formas forçadas de deslocamentos: físicos, de sentidos, de modos e meios de vida.

Afinal, tal como Michael Taussig (1993) pontuou sobre a cultura do terror em sua obra *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*, ainda que sejamos tomados pela urgência de compreender o terror “a fim de fazer com que os outros entendam” (Taussig, 1993, p.30), a realidade sempre ousará em zombar de nossa compreensão e em ridicularizar a racionalidade. Isso porque nos espaços da morte na terra dos vivos, mediados, sobretudo, pelo terror e pela tortura, os significantes estão estrategicamente deslocados em relação aquilo que eles significam. Nesse sentido, minha tarefa nesta dissertação não é a de catalogar danos, mas sim a de estar atenta para perceber e capturar alguns dos momentos em que esses deslocamentos acontecem. Meu interesse está em descrever os deslocamentos produzidos pelo desastre que não são irrompidos a partir de uma visibilidade sensacional e instantânea, mas sim aqueles que se revelam por uma violência de desgaste, incremental e cumulativa (Nixon, 2007). Deslocamentos que, a fogo lento, mobilizam *dúvidas capazes de colocar mundos em xeque* (Das, 2020).

Entre tantos rumos possíveis que esta pesquisa poderia tomar, repousei minhas análises sobre o Plano de Manejo de Rejeitos (PMR) operado no período emergencial pela Samarco, e posteriormente pela Fundação Renova, em Barra Longa (MG). Cidade beiradeira dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, as experiências rurais e urbanas em Barra Longa estão intimamente atreladas ao caminho dessas águas, das relações socioeconômicas à estruturação de projetos e modos de vida. Vizinha a Mariana, Barra Longa foi a segunda cidade a ser invadida pela onda de lama de rejeitos, e a única a ter seu distrito-sede destruído.

Em Barra Longa, o PMR resultou em ações que resultaram desde a reutilização do rejeito como material de construção civil para a reconstituição da cidade até o manejo dos rejeitos depositados no distrito-sede para áreas que, num primeiro momento, não haviam sido atingidas pela lama, tal como ocorreu com o Quilombo Ribeirinho Volta da Capela, caso que será retratado cuidadosamente no quarto capítulo deste trabalho.

Nesse processo, áreas comunitárias importantes para a população barralonguense se configuraram em paisagens de exposição de materiais tóxicos (Vormittag *et. al*, 2021). Especialmente em Volta da Capela, dois importantes espaços de lazer foram escolhidos pelo PMR como Áreas de Disposição de Material Excedente (ADMEs): o campo de futebol dos Rodoviários e o Parque de Exposições. As áreas receberam aproximadamente 39.355 m³ dos rejeitos retirados do leito do rio do Carmo e das ações emergenciais de limpeza das casas e das vias públicas da área central da cidade (Fundação Renova, 2023).

O PMR compõe um dos programas do eixo socioambiental prescritos pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC): o primeiro acordo firmado entre o governo federal, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton. Celebrado em 5 de maio de 2016, o TTAC ficou conhecido por estruturar grande parte da governança do desastre associado ao rompimento da barragem de Fundão, mesmo após ter sido anulado devido à total exclusão das populações atingidas do processo de negociação.

Entre os desdobramentos que não foram revertidos com a nulidade do TTAC, destaca-se a própria criação da Fundação Renova pela Samarco e por suas mantenedoras, Vale e BHP Billiton, em conformidade com a cláusula 209 do acordo (TTAC, 2016). A Fundação foi instituída para gerir e executar as ações previstas nos 42 programas socioambientais e socioeconômicos destinados à recuperação, mitigação, remediação, reparação e assistência social às populações atingidas. As empresas formalizaram a criação da Fundação em 30 de junho de 2016, concebendo-a como uma terceira parte (nem estatal, nem corporativa), e transferindo para ela as ações emergenciais que, inicialmente, foram realizadas pela Samarco. A partir desse movimento, a Fundação Renova passou gradualmente a substituir as mineradoras na gestão do desastre, se revelando como um novo agente de poder nas localidades atingidas (Leonardo, 2022).

Para a realização dessas análises, sou conduzida neste trabalho pelos estudos antropológicos e sociológicos já realizados que classificam o desastre como um fenômeno processual, construído social e historicamente, e isso quer se dizer que, para além do desastre não ser um sinônimo de fenômeno natural ou algo atribuível à natureza como agente ativo, o histórico de vida de um desastre começa antes mesmo da aparição de um “evento” específico e, enquanto estiver presente no cotidiano e nas experiências de pessoas e territórios atingidos, continuará sendo processado (García-Acosta, 2021; Oliver-Smith *et al.*, 2017; Silva, 2017). Ou seja, os desastres não são eventos que ocorrem em um momento e espaço específicos, nem mesmo se consolidam como rupturas do funcionamento normal do sistema social que os produziu. Ao contrário, são forjados a partir das múltiplas áreas e tempos em que políticas, práticas e decisões tomadas por atores públicos e privados são desenvolvidas.

Los desastres no son problemas no resueltos del desarrollo, como varios especialistas han afirmado (Cuny, 1983; Wijkman y Timberlake, 1986), sino problemas exacerbados por los modelos de desarrollo adoptados, por las formas de crecimiento económico impuestas, por las formas de acumulación adoptadas, por los patrones de asentamiento y de ocupación territorial que ese desarrollo ha impuesto particularmente en los países que ocupan la porción sur del planeta. Y es justamente por no reconocer que los desastres son indicadores endógenos de procesos derivados de los modelos de desarrollo y crecimiento económico adoptados, que se ha incurrido en errores tan graves como atender con mayor énfasis los indicadores que los procesos, como es el caso del Marco de Acción de Hyogo, 2005-2015 (Maskrey y

Lavell, 2013). (García-Acosta, 2018, p. 213)

Se o desastre é um fenômeno processual que se desloca no tempo e no espaço, que diferentes formas ele pode assumir? Como pensar a violência das experiências deslocadas por um desastre para além do evento físico que o revelou? Norteada por essas perguntas, nesta dissertação busco aproximar questões em torno do *fazer do desastre* e dos diversos tempos verbais envolvidos nesta trama, tanto a partir dos procedimentos desencadeados pelo TTAC, adotados pelos agentes da reparação (corporações violadoras, instituições de justiça estatal e órgãos públicos) da crise ensejada na bacia hidrográfica do rio Doce, quanto dos agenciamentos que deram voz às experiências das pessoas atingidas na relação com o desastre e, principalmente, com o processo de reparação.

Aproximação com o campo dos desastres e da reparação

Minha aproximação com o campo da reparação de crimes socioambientais se deu a partir do trabalho realizado pela Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens (ATEMAB), atualmente coordenada pela professora Flávia Braga Vieira. A ATEMAB é um programa de extensão universitária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), associado ao laboratório Estado, Trabalho e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), que, há quase 30 anos, oferece apoio às populações atingidas por projetos elétricos e minerários com o objetivo principal de diminuir a desigualdade de poder entre comunidades atingidas e seus já clássicos opositores, o Estado e as corporações.

O meu encontro com Barra Longa, mais especificamente, aconteceu em meados de 2019, enquanto a ATEMAB já estava na rota do processo da reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão para a elaboração da matriz de danos indenizatórios, a pedido da assessoria técnica independente elegida pelos moradores e moradoras do território, a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS). A equipe, que contava com a participação de dez integrantes, tinha como principais tarefas mapear, analisar, categorizar e valorar os danos materiais e imateriais produzidos pelas mineradoras em Barra Longa, sobretudo para contrapor à matriz indenizatória produzida pela Fundação Renova, construída sem a participação das pessoas atingidas. Realizando a leitura de item a item da matriz da danos da Renova, identificamos que a Fundação, enquanto uma forma corporativa das empresas violadoras, estava atuando na direção de subdimensionar os danos,

reduzir e definir os números de vítimas, e fornecer baixos valores de indenização e de custo de terra — e foi assim que se deu o meu encontro com a Fundação Renova.

Nosso trabalho era feito primordialmente através da leitura e análise de documentos, fontes e dados enviados pela AEDAS, mas também de algumas visitas de campo realizadas por parte da equipe. A minha ida à Barra Longa aconteceria em março de 2020 para apresentar o resultado do trabalho finalizado pela equipe.

A viagem estava marcada para o dia 15 de março. Minhas malas já estavam prontas. O ônibus sairia às 8h30min do Rio de Janeiro, e chegaria por volta de 16h35min, em Ponte Nova (MG), cidade vizinha à Barra Longa. Mas, poucos dias antes da viagem, começaram a pipocar os primeiros casos de contágio da Covid-19. Lembro que qualquer sinal de coriza, tosse, febre ou falta de ar que aparecesse naquelas primeiras semanas de março do ano de 2020 trazia consigo a aflição de estar contaminada por algo que não sabíamos bem o que poderia desencadear. E, estávamos, mesmo, bem longe de imaginar no que a vida iria se transformar dali em diante: a viagem para Barra Longa foi cancelada, e o isolamento inicial, que duraria apenas 14 dias, foi prolongado por mais dois anos.

Em 2022, eu passei no processo seletivo de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ (PPGCS) com um projeto que prometia analisar como pessoas atingidas por diferentes eventos críticos, pertencentes à cidade e ao campo, estavam se organizando, e de que maneira estavam acionando instrumentos do Estado para operar sobre ele, com e/ou contra ele, e entre os métodos estipulados por mim neste projeto, estavam uma etnografia e uma ida ao campo na cidade de Barra Longa. Verdade seja dita, eu também desejava reparar um pouco do que a pandemia havia tirado de mim. O projeto, tal como era, ruiu, pois apresentava alguns problemas que o impossibilitavam. No entanto, as questões em torno dos temas da reparação, do tempo e da violência, que estavam presentes e o fundamentaram, seguiram me acompanhando.

Com a ruína do projeto, preciso dizer que também ruiu a minha ida a Barra Longa. Primeiro, a pandemia; depois, algumas mudanças de casa, a grana curta, questões familiares muito sensíveis, o tempo do mestrado e o tempo da minha aprendizagem sobre o que era um mestrado, além de uma vida que não deixou de acontecer. Enquanto a minha saga pelo recorte do objeto de pesquisa parecia ser infundável, fui atropelada pelo adoecimento e a perda de um pai muito amado. Bastidores da vida de uma pesquisadora que “precisou lutar na guerra ou se esconder dela”, como descreveu preciosamente Laryssa Owsiany (2024), ao pontuar que as condições nas quais um trabalho é escrito constituem parte importante da construção de uma pesquisa — até mesmo aquilo que não deu certo —, por mais que nos esforcemos muito para

que essas reviravoltas (da vida e do objeto de pesquisa) não estejam nas versões finais de nossos trabalhos.

O que “não deu certo”, ao fim, me direcionou para aquilo que eu já tinha, e que, por uma certa teimosia, demorei a assumir: o acúmulo de trabalhos produzidos pela ATEMAB, a familiaridade com a gramática do campo, os documentos fornecidos pelas assessorias técnicas independentes do território, e o prévio conhecimento de parte das disputas e negociações em jogo. Além disso, o volume de pesquisas, relatórios, reportagens, acordos, laudos técnicos, audiências públicas e documentos judiciais disponíveis digitalmente sobre o rompimento da barragem de Fundão era e é tão grande que o desafio, na verdade, foi o de limitar o número de materiais a serem analisados. Foi necessário, então, romper com o velho fetiche da antropóloga que precisava “voltar com informações sobre como as pessoas vivem lá” (Geertz, 1998) para que uma dissertação de mestrado nascesse. A duras penas, aprendi que, para que um projeto se torne uma pesquisa, ele precisa, antes, deixar de ser o que é: apenas um projeto. É preciso que o projeto se lance no mundo, seja compartilhado, perdido, afetado e transformado no percurso do fazer da pesquisa. Mesmo porque, como nos alerta a antropóloga Favret-Saada (2005), se um projeto de conhecimento for onipresente, nada acontece — “mas, se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível” (Favret-Saada, 2005, p. 160).

Metodologia: tateando a cultura do poder

Ao passo em que meu projeto de conhecimento se desfez, outras rotas foram se abrindo. A rota aberta pela antropologia dos documentos, apresentada e apontada para mim tantas vezes pela professora Carly Machado⁴, me possibilitou tatear a cultura do poder (Nader, 2020) nas texturas das palavras (Ferreira, 2023), principalmente dos documentos produzidos na última década pelos atores e instrumentos criados a partir do sistema de governança do desastre implementado na bacia do rio Doce desde o TTAC.

Nos últimos anos, antropólogos e antropólogas têm apontado para a necessidade de ir além da dimensão informacional e instrumental dos documentos, assumindo-os não como meros objetos e artefatos, mas como produtores de conhecimento, de relações e efeitos e respostas afetivas (Cunha, 2005; Ferreira, 2013; Lowenkron; Ferreira, 2014; Vianna, 2014).

⁴ Grande parte do que aprendi sobre compromisso ético no fazer antropológico eu devo aos encontros com as amigas e os amigos do grupo de pesquisa CORRE - Experimentações Etnográficas em Territórios Urbanos. Essa dissertação tem muito de cada um de vocês. Agradeço especialmente à professora Carly Machado pelo acolhimento e por todas as vezes que “me desorganizou” para que eu pudesse me organizar, em meio a tempos difíceis.

Tal como destacaram as autoras Laura Lowenkron e Letícia Ferreira no artigo *Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers*, em diálogo com Matthew Hull (2012), restaurar analiticamente a visibilidade dos documentos significa tratá-los como mediadores, isto é, como coisas que “transformam, traduzem, deslocam, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente carregam” (Latour, 2005, p. 39, tradução minha). Nesse sentido, encaro nesta dissertação os documentos produzidos ao longo dos acordos estabelecidos para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão não apenas como um grande acervo a ser investigado, mas também como importantes agentes do que estou chamando aqui de “gestão do desastre”.

Foi nesse momento que a frustração e a dúvida metodológica que rondavam meus pensamentos (como, por exemplo, falar de uma cidade sem nunca ter ido até ela) deu lugar para um cuidado minucioso ao observar e descrever as agências dos documentos, bem como das tomadas de decisão dos atores públicos e privados envolvidos que definiram as políticas de reparação na cidade de Barra Longa, mais especificamente, do Plano de Manejo de Rejeitos. Além disso, a antropologia dos documentos deslocou o meu olhar para o campo de estudos que me permitiu analisar “os de cima” (Nader, 2020), me levando a uma complexa investigação sobre práticas, estratégias e formas corporativas. Um eixo analítico que, surpreendentemente, se tornou uma das principais colunas que sustentam esta dissertação.

Para compreender, então, parte do entramado elaborado ao longo dos capítulos, compus esta pesquisa a partir de diferentes métodos, como quem costura uma grande colcha de retalhos. Além de amplo levantamento bibliográfico dos estudos antropológicos e sociológicos sobre o desastre enquanto um fenômeno processual, e de pesquisas realizadas sobre Barra Longa e sobre a gestão do desastre⁵, me dediquei a analisar os seguintes documentos: 1) o TTAC e os acordos que o sucederam, como o Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), Aditivo ao TAP (A-TAP) e o Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Governança (TAC-Gov); 2) notas técnicas emitidas pelo Comitê Interfederativo (CIF), principalmente os que foram produzidos através da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-Rejeito); 3) relatórios da Fundação Renova; 4) diagnósticos realizados pelas organizações contratadas para a realização de perícias e a assistência técnica ao Ministério Público Federal e à Fundação Renova, como a Ramboll e a Ambios; 5) atas de audiência pública em Barra Longa; e 6) materiais produzidos pela ATEMAB e pela AEDAS⁶.

⁵ Destaco aqui a importância dos trabalhos de Flávia Amboss Merçon Leonardo (2022), Guilherme Cavicchioli Uchimura (2022), Simone Maria Silva (2021) e Laura Lanna Carneiro (2020).

⁶ Disponível em: <https://aedasmg.org/publicacoes-barra-longa/>. Acesso em: 14 dez. 2024

Nos estudos sobre as corporações e a Fundação Renova, busquei também dados que estão documentados em suas páginas eletrônicas e portais de transparência, entre elas: 1) <https://www.samarco.com/>; <https://www.reparacaobaciariodoce.com/>; <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/>; <https://www.bhp.com/>.

Entrevista com Aleteia Flávia

O exame de qualificação foi fundamental para que eu compreendesse o tamanho de um mestrado e o tamanho que uma dissertação deveria/poderia ter. Afinal, além das contribuições da banca com indicações de possíveis recortes metodológicos, eu já havia percorrido grande parte do caminho. Qualifiquei tardiamente, e era mais que necessário acolher os limites e operar definitivamente com a aflição de não ter ido à Barra Longa. Lembro de compreender ainda mais o tamanho de um mestrado quando fui convidada por uma amiga, Nildamara Torres⁷, para assistir a sua qualificação de doutorado. Já não precisaria mais achar que o que eu tinha era insuficiente. Aliás, era mais que o suficiente.

Após a minha qualificação, desconsidere a possibilidade de ainda realizar entrevistas, mesmo que à distância. Porém, enquanto a pesquisa aos poucos tomava a sua forma, o campo passou a me apresentar questões e incômodos que os documentos não eram capazes de encaminhar — e que eu também não fui capaz de abrir mão de descrevê-los. A verdade é que, quanto mais eu percorria os acordos e os documentos produzidos pelos gestores do desastre, as vozes das pessoas atingidas iam desaparecendo para mim, ainda que eu soubesse que elas estavam ali, mas ocultas por uma “proliferação de palavras que afogavam silêncios difíceis de suportar” (Das, 2020, p.32). E, considerando que o caso de Volta da Capela ganhou um protagonismo importante para esta pesquisa, decidi entrar em contato com duas lideranças comunitárias de Barra Longa, Simone Maria Silva e Aleteia Flávia Machado.

Simone Silva, 46 anos, é mãe de dois filhos e uma importante liderança do quilombo de Gesteira (Barra Longa, MG). Nos últimos anos tornou-se figura pública do movimento de pessoas atingidas por barragens não só de Barra Longa como também da luta nacional pelos direitos das pessoas atingidas. A pauta da saúde, no entanto, é central para ela. Quando a lama de rejeitos devastou o distrito de Gesteira, a casa de Simone não foi invadida pela lama, mas pouco tempo depois do rompimento, sua filha de apenas 10 meses de idade apresentou os

⁷ Nildamara Torres é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPCIS/UERJ, coordenadora de pesquisa da Iniciativa Pipa e pesquisadora do grupo de pesquisa CORRE. Nildamara é essa amiga que vai na frente, abre o caminho e volta para nos contar sobre o que existe e como fazer para chegar lá. Foi com ela que compreendi que eu poderia fazer um mestrado.

primeiros sintomas de contaminação com os rejeitos de minério de ferro, entre eles: coceira, manchas na pele, diarreia e enjoos. Simone chegou a ouvir de uma equipe médica que sua filha dificilmente chegaria à fase adulta em razão de uma inflamação no cérebro causada pela contaminação com metais pesados. Somado a isso, a Fundação Renova se recusou a garantir o custeio do tratamento e não reconheceu o nexo de causalidade entre o adoecimento de sua filha e a contaminação por rejeitos. Desde então, sua luta pelo direito à reparação integral não cessou.

Enquanto tentávamos achar uma data possível para realizarmos uma vídeo chamada⁸, Simone estava correndo entre reuniões com o Ministério Público Federal e o escritório de advocacia *Pogust Goodhead*, responsável pela ação movida contra a BHP Billiton na Justiça inglesa, a “única esperança” para o quilombo de Gesteira, como Simone costuma afirmar. O quilombo não foi incluído na lista de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais que receberão a indenização por danos coletivos estabelecidos no Acordo de Repactuação (Lacerda, 2025). Desta forma, a entrevista com Simone não aconteceu, mas estabelecemos contato via Whatsapp por um tempo e trocamos diversas informações por áudios e mensagens de texto.

Foi através da indicação de Simone que cheguei à Aleteia Flávia, 44 anos, liderança do quilombo ribeirinho Volta da Capela, mãe de uma pequena menina, que no momento da publicação desta dissertação tem 5 anos de idade. Nos últimos anos, ela compôs a Comissão de Atingidos de Barra Longa e participou de diversas câmaras técnicas ao longo do processo da reparação, incluindo a CT Rejeitos e Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas (CT-Infra).

A entrevista com Aleteia aconteceu via *Google Meet*, no dia 14 de abril de 2025, com duração de cerca de 1 hora e 30 minutos. A entrevista foi semi-estruturada e não obedeceu a um roteiro rígido. Ainda no *whatsapp*, ao me apresentar, contei um pouco sobre a minha aproximação com o campo, e abordei brevemente sobre os meus principais interesses de pesquisa. O tema da saúde dos moradores e moradoras de Volta da Capela orientou, em grande medida, parte de nosso diálogo, já que essa é uma dimensão bastante sensível para a população, que ainda convive com a água contaminada e respira a poeira da lama de rejeitos ressecada.

Vale ser registrado que, para além da entrevista, Aleteia também trocou comigo informações importantes via Whatsapp. Nesse sentido, alguns dados descritos na pesquisa

⁸ É importante dizer que minha interlocução com Simone foi inicialmente mediada pela ex-coordenadora da AEDAS, Verônica Medeiros Alagoano. Tive a oportunidade de realizar uma entrevista com Verônica, em 19 de julho de 2024, por intermédio de minha orientadora, Flávia Braga Vieira. Apesar da entrevista com Verônica não ter ganhado centralidade nesta dissertação, entrevistá-la me possibilitou não só contato com a Simone, como o retorno à escrita da dissertação, enquanto vivia o auge do meu luto. O processo de escrita é mesmo composto por muitos fragmentos, capturados entre desistências e retomadas.

foram fornecidos através de vídeos, fotos e áudios compartilhados por ela. Em termos éticos de autorização, tanto o material audiovisual utilizado nesta dissertação enviado por ela, quanto a exposição do nome verdadeiro de Aleteia, foram autorizados. Assim como Simone, Aleteia tem se consolidado como uma figura pública importante na luta das pessoas atingidas de Barra Longa, e, por isso, ambas fazem questão de não terem seus nomes ocultados.

Os capítulos

No primeiro capítulo me dediquei especialmente a investigar as gramáticas que circulam, ou se ausentam, nos acordos realizados entre as instituições estatais de justiça e as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton para reparação integral do desastre associado ao rompimento da barragem de Fundão. A partir do tensionamento das categorias *desastre* e *evento*, realizo a problematização desses dois conceitos sob a perspectiva antropológica e sociológica sobre o desastre, na qual a dimensão da temporalidade assume um lugar de grande relevância. Ao recusar a visão do desastre como um evento físico catastrófico resultante de fatores geofísicos ou tecnológicos acidentais e excepcionais (Teixeira, 2018), cercados espacialmente e delimitados temporariamente, fundamento o caráter processual do rompimento da barragem de Fundão a partir da descrição de discursos e de decisões do sistema de governança implementado na bacia do rio Doce pelo TTAC. Por fim, busquei reconstruir a cadeia de acordos jurídicos que sucederam o grande acordo e o processo de criação da Fundação Renova como uma “terceira parte”.

Visando responder um pouco sobre como cheguei até aqui, no segundo capítulo, trago os caminhos que me possibilitaram o conhecimento de parte do emaranhado burocrático envolvido nos instrumentos criados para “corrigir” os erros do TTAC e aumentar a participação das pessoas atingidas no processo da reparação, tais como as assessorias técnicas independentes (ATIs) e a matriz de danos. Também situo neste capítulo a minha relação com o campo de estudos da violência urbana na Baixada Fluminense (RJ), e compartilho o deslocamento de sentidos da noção de “reparação” que acompanhou o meu deslocamento para o campo de estudos sobre desastres a partir da minha entrada na ATEMAB. A trajetória da ATEMAB é ainda apresentada em sua dimensão de articulação entre pesquisa, formação e consultoria técnica, possibilitando a atuação profissional de cientistas sociais em um campo dominado pelas ciências exatas, jurídicas e naturais.

No terceiro capítulo, trato de uma das dimensões fundamentais para compreender como a gestão da reparação pela Fundação Renova, e não sem o consentimento do poder público, tornou o desastre, em Barra Longa, uma entidade ruminante: o Plano de Manejo de Rejeitos.

Se as cidades são feitas essencialmente em movimento, como propõe Michel Argier (2015), isto é, em seu fazer e desfazer no tempo e no espaço, nesse capítulo pretendi registrar alguns dos momentos em que o fazer-desastre e o fazer-cidade criam alguns pontos de intersecção. Além disso, ao retomar a genealogia colonial de uso do território, demonstro como práticas extrativistas e regimes corporativo-estatais produzem paisagens de exposição e constroem social e historicamente o risco nos territórios de populações e grupos deslocados ao lugar de Outro da nação.

Já no último capítulo, reconstruo, a partir da interlocução com a liderança quilombola Aleteia Flávia, parte da experiência vivida em Volta da Capela. Nele, busquei registrar bordados, memórias com as águas, práticas ribeirinhas e a importância histórica do território para Barra Longa, confrontando a narrativa única de que Volta da Capela se resumiria ao título de região que recebeu o maior volume dos rejeitos retirados da sede da cidade.

Ao entrelaçar memórias de eventos críticos na história do quilombo e da cidade, como a enchente de 1979 e a própria chegada da lama de rejeitos, em 2015, destaco os agenciamentos da comunidade na formação do território a partir das percepções de riscos de seus moradores e moradoras, que combatem até os dias de hoje os regimes de imperceptibilidade (Murphy, 2004) produzidos pelas mineradoras. Ambas as inundações evidenciam como o excesso e a inseparabilidade entre terra e água (o barro, a lama) intensificaram, de diferentes maneiras, o sentimento de precariedade na comunidade. Relatos como de Aleteia indicam que a experiência com a lama de rejeitos “não carrega consigo o sentimento de ser passado” (Das, 2020, p.138).

Capítulo I

Gramáticas da devastação

Figura 1 — “Watu Morreu”



Fonte: Obra produzida por mulheres atingidas de São Paulo durante oficina de produção de Arpilleras no Sesc Consolação (MAB, 2019).

Neste capítulo busco seguir algumas das palavras que circulam as fronteiras classificatórias em torno da categoria “desastre”, seguindo outras que fizeram parte da estrutura gramatical dos discursos e linguagens técnicas acionadas inicialmente no processo de reparação a partir do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Desejo também aqui localizar as instituições e as corporações imbricadas nesta trama, bem como provocar a atenção para os movimentos do processamento oficial do desastre pelo acordo, que, mesmo após a sua anulação, forneceu a estrutura de grande parte da implementação de um sistema de gestão do desastre no vale do rio Doce a partir da criação da Fundação Renova.

“Ainda construção e já é ruína”⁹: a temporalidade do desastre

“Dizem que o quadro a gente tem que começar pelo fundo, vir de dentro para fora, mas estes não são assim. Não fiz assim. Eu não tenho as fotografias, então não vou seguindo as linhas. Eu vou seguindo as imagens que eu tenho aqui [ele leva as mãos à cabeça]. Então, se eu tenho uma imagem, eu começo por ela e vou lembrando o resto, vou lembrando a paisagem. Quer dizer, é de fora, a lembrança primeiro, para dentro, para dentro do Bento [Rodrigues]”. (P., morador de Bento Rodrigues, em registro etnográfico de Raquel Teixeira, 2018, p. 78)¹⁰

Lembro de quando assisti a apresentação de um trabalho que abordava a temática das imagens enquanto dispositivos de memória, de Rodolfo Junqueira Fonseca (CMD/ PPGSOL-Unb) e Maria Julia Andrade (UNIFESP), na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, quando fui capturada por uma frase de Roland Barthes citada em um cantinho de um dos slides, que dizia: “uma foto apenas é capaz de dizer ‘isso foi’”. Eu também estava ali no congresso para apresentar um trabalho sobre parte das reflexões que faço nesta dissertação, e logo pensei nas imagens dos desastres e nas imagens em que o terror está retratado, ou, melhor, enquadrado, para lembrar Butler (2015). Pensava que apesar de reconhecer a agência das imagens e sua capacidade mobilizadora sobre os acontecimentos sociais, nem sempre sua produção e circulação nos garante que “isso foi”.

Com certa previsibilidade, os pesquisadores, ao longo da apresentação, também caminharam na direção crítica em que a fotografia não necessariamente se deflagra em memória objetiva. Rodolfo e Maria Julia chamavam justamente a atenção para a porosidade das imagens; afinal, a fotografia está sempre permeável às intenções, aos usos, às memórias e aos contextos que a confrontam. A frase de Barthes, no entanto, ficou ecoando aqui por um tempo, e me provocou a fazer a seguinte indagação: frente aos procedimentos destinados a silenciar as vozes de quem teve a vida violentamente deslocada para terrenos novos e imprevisíveis, quais ferramentas, discursos, práticas e agências são capazes de produzir algum terreno para afirmar que “isso foi”? Pensar o sofrimento social deflagrado por um desastre — um cenário, que, nas palavras da antropóloga Telma Camargo da Silva (2004, p. 202), “envolve simultaneamente saúde e bem-estar, mas também aspectos legais e morais relacionados à culpabilidade, trauma, vitimização e indenização” — exige considerar o entremear de diferentes tempos verbais. Ou seja: “isso foi”, continua sendo e já era antes de ser.

⁹ Trecho da canção “Fora da ordem”, de Caetano Veloso.

¹⁰ Registro etnográfico de Raquel Teixeira (2018, p.78) do diálogo com um morador e artista de Bento Rodrigues, distrito de Mariana devastado pela onda de rejeitos. Neste trecho do relato, P. explica para a pesquisadora um pouco do processo criativo na pintura de seus quadros. Em suas telas, o artista costuma retratar os “lugares de Bento”: a igreja de Nossa Senhora das Mercês, a colheita de pimenta e a figura de sua sobrinha, uma das 19 vítimas fatais no momento do rompimento da barragem.

Na catástrofe em tela, há variados tempos e espaços entrelaçados. Conforme a lama tóxica da barragem rompida foi descendo por afluentes e pela calha principal do rio Doce, os tempos e os conteúdos da afetação socioambiental foram se alterando, indo da devastação completa de lugares – com a morte e o desaparecimento de pessoas, de animais domésticos e de criação bem como com a destruição completa de bens móveis e imóveis – até o colapso no serviço público de abastecimento hídrico de várias cidades mineiras e capixabas à jusante. Isso ilustra que a restituição da “normalidade” nem sempre é viável: vidas não se restituem e histórias de vida mudam de rumo irreversivelmente após um desastre. Numa cronologia mais lenta vem ocorrendo o comprometimento do ecossistema aquático depondo contra a integridade dos estoques pesqueiros, a segurança alimentar de comunidades ribeirinhas e a saúde humana. **Esse entremear de diferentes tempos foi bem ilustrado por um jornalista, quando disse: “a memória de um bairro de 300 anos levada em pouco mais de 10 minutos, ou enterrada sob uma camada de barro, por erros de uma mineradora instalada ali perto há 39 anos”.** (Valencio, 2016, p. 43, grifos meus)

Caminhando na contramão da categorização do desastre como um evento físico catastrófico resultante de fatores geofísicos ou tecnológicos acidentais e excepcionais (Teixeira, 2018), delimitados espacialmente e demarcados temporariamente (Oliver-Smith *et al.*, 2017), os estudos antropológicos e sociológicos sobre esses eventos críticos têm mostrado que, mais do que eventos contidos em um tempo determinado, geralmente no passado, os desastres são processos que devem ser observados em seu constante devir¹¹, já que as desestabilizações do cotidiano atingido não se limitam aos momentos críticos seguidos imediatamente ao “evento”. Na verdade, essas “rupturas”¹² se desdobram em processos duradouros de crise social, e se perpetuam a partir do sofrimento causado também no terreno da incerteza e da escassez de recursos para a reparação e para a reabilitação da vida (Zhouiri *et al.*, 2018).

As ciências sociais têm fornecido ferramentas analíticas importantes para observar o desastre como um fenômeno em processo, no qual a experiência do risco está também associada à noção de maior ou menor vulnerabilidade a que um grupo social está exposto, considerando particularidades relativas à classe social, raça, gênero, religião, atividade profissional, faixa etária e território (Silva, 2004).

¹¹ O conceito de devir do desastre foi explorado por Raquel Teixeira em seu artigo *Devir do desastre no Rio Doce: tempografia da violência no laboratório político da reparação*. Neste artigo Raquel investiga as disputas em torno da política do tempo do desastre, a partir das correlações entre temporalização, incerteza e subjetivação política no desastre associado ao rompimento da barragem de Fundão por meio da interlocução com os moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima, comunidades do município de Mariana que foram severamente afetadas. Destaco o seu trabalho porque a leitura de suas análises, junto ao GESTA-UFMG (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais), foram fundamentais para a construção do contornamento e debate do meu objeto de pesquisa.

¹² Visto que um desastre não ocorre como a suspensão da continuidade de algo, mas sim (e justamente) o contrário, a ideia de *ruptura* pode não ser suficiente para compreender as dimensões processuais de um desastre, nem para observá-lo além de sua grandiosidade numérica e física (Silva, 2004).

A antropóloga Virginia García-Acosta (2018) nos alerta ainda a olhar de maneira crítica para as formas com que, nesses casos, ameaça, risco e vulnerabilidade se imbricam, mas não se constituem como a mesma coisa. Ou seja, se por um lado, a vulnerabilidade está associada a circunstâncias que colocam o indivíduo ou grupo social diante da possibilidade de ser afetado física e materialmente, em seus corpos, moradias e território; por outro, o risco está associado à distribuição diferencial de sua exposição, o que significa que nem todas as pessoas em ambientes específicos serão afetadas da mesma maneira por uma mesma ameaça, como, por exemplo, o fenômeno do aquecimento global. Nessa perspectiva, a construção social dos riscos é o que aumenta, de forma progressiva, a vulnerabilidade de pessoas e grupos sociais: “de ahí la necesidad ineludible de desvincular esa subordinación de los desastres exclusivamente a causas naturales” (García-Acosta, 2021, p.161).

O trabalho precursor da antropóloga Telma Camargo da Silva acerca dos processos de disputa e das políticas de invisibilidade tecidas desde o desastre radiológico com a cápsula de célio-137, ocorrido em Goiânia, em 1987¹³, é exemplar nesse sentido, e, por isso, vale ser retomado aqui. Ela acompanhou, ao longo de anos, as significações conflitantes produzidas em torno das políticas de memória do desastre radiológico, as quais transbordaram “[...]os limites temporais e espaciais definidos pelo Estado a partir das narrativas produzidas pelo sistema perito biomédico-nuclear” (Silva, 2017, p. 19). Assim, sua pesquisa de longa duração permitiu a realização de uma análise histórica do desastre com base em uma etnografia multivocal.

O desastre radiológico pesquisado por Silva se deflagrou quando um grupo de pessoas recolheu e rompeu um aparelho de radioterapia abandonado nos escombros do antigo Instituto Goiano de Radioterapia (IGR). Entre os dias 10 e 28 de setembro de 1987, a situação vivenciada pelos moradores e moradoras da cidade diante da exposição radioativa foi classificada como “fora de controle”, uma vez que a gestão do desastre se iniciou apenas em 29 de setembro de 1987, com a chegada dos técnicos nucleares da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear). No período emergencial, quatro pessoas morreram, e 249 foram identificadas no Posto de Atendimento da CNEN com taxas de dose indicativas de contaminação interna ou externa, segundo dados levantados pela Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA).

Segundo relatos oficiais do desastre radiológico de Goiânia, a cápsula contendo o material radioativo célio-137 foi retirada, no dia 13 de setembro de 1987, de um aparelho de radioterapia usado no tratamento de câncer (CNEN, 1988; IAEA, 1988). Este aparelho estava abandonado nos escombros do antigo Instituto Goiano de Radioterapia e dois indivíduos caracterizados como papuleiros e catadores de sucata, iguais a tantos outros que ainda trabalham nas ruas de Goiânia, entraram no prédio

¹³ A data da abertura da cápsula de célio é indicada por alguns como sendo 13 de setembro de 1987 e, por outros, 10 de setembro de 1987 (Silva, 2017)

abandonado e levaram esta cápsula para a casa de um deles. No quintal da casa, debaixo de uma mangueira, eles tentaram abrir o cabeçote do aparelho, violando o recipiente de chumbo que continha o cloreto de cézio, dando início ao maior desastre de que se tem notícia, envolvendo radiação, um aparelho de uso médico e indivíduos não ligados ao setor nuclear. O desastre espalhou cerca de 1,4 kCi de cézio-137 na cidade de Goiânia (Silva *et al.*, [s.d.]). (Silva, 1998, p.127-128)

Durante o processo de descontaminação, o lixo com rejeitos radioativos foi armazenado em contêineres e tambores que foram levados, ainda em 1987, do centro urbano de Goiânia para o distrito de Abadia de Goiás, localizado a 20 km da capital, e alocados, a céu aberto, no depósito que recebeu o nome de Depósito Provisório de Rejeitos Radioativos. A previsão era de que os rejeitos permanecessem ali por até dois anos, período após o qual seria anunciado o local definitivo que abrigaria o depósito — o que, contudo, não ocorreu. O depósito permanente foi concluído apenas dez anos depois, em 1997, no mesmo local onde se encontrava o provisório. É a partir desse cenário, uma década após a ruptura da cápsula de cézio, que as investigações etnográficas de Silva passam a tomar o desastre como um fenômeno em processo, acompanhando as narrativas e as experiências de adoecimento das vítimas que confrontaram publicamente os discursos e as ações das autoridades técnicas e políticas, que entendiam o “desastre de Goiânia” como “uma página virada na história”.

Algumas das vozes insurgentes que ganharam espaço na mídia local, por ocasião do décimo aniversário do desastre, vinham de policiais militares que atuaram nos momentos iniciais de “contenção” e reconhecimento do evento, quando as proporções da contaminação ainda eram desconhecidas. Ou melhor, como alerta a autora, essas vozes não surgiram dez anos depois, mas foram construídas desde os primeiros dias do desastre. À época, os PMs foram responsáveis pela guarda do Depósito Provisório de Rejeitos Radioativos de Abadia de Goiás e das áreas definidas pela CNEN como foco de radiação. Além disso, conduziam pessoas contaminadas ao Ginásio Olímpico para a intervenção da equipe de especialistas em emergência nuclear. Os relatos dos policiais, organizados através da “Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de Goiás” (ACS), buscavam construir o nexo causal entre trabalho x doença x radiação¹⁴, remontando o sentimento de pânico a partir da constatação

¹⁴ A CNEN atuou na direção de descaracterizar a busca de nexo causal entre as doenças dos PM's e a radiação, e trabalharam para conter as notícias que colocavam por terra o chamado “Projeto Goiânia”, que envolveu o planejamento de ações desenvolvidas pela instituição para o processo de aceitação pública do depósito de rejeitos radioativos de Abadia de Goiás. Neste contexto, a CNEN formou uma comissão de 5 médicos que realizou exames médicos em 115 PM's durante dois dias e constatou que as manifestações acusadas não tinham uma natureza associativa com a exposição à radiação. Importante destacar que a CNEN alegou o caráter de independência dos médicos que compoem esta Comissão. No entanto, Silva (1998) menciona que três pessoas dessa equipe médica foram ligadas à CNEN na época do desastre, e dois eram funcionários da Fundação Leide das Neves Ferreira e empregados do Governo do Estado de Goiás. Neste sentido, todos médicos tinham ligação com o Estado e possuíam um papel político e normativo na construção oficial da narrativa sobre o desastre.

de terem trabalhado sem treinamento e sem proteção adequada para atuarem em áreas que continham o material radioativo. Emoções que vinham acompanhadas, sobretudo, pelo sentimento de terem sido enganados por seus superiores hierárquicos e pelo sistema perito nuclear.

Por um lado, eles obedeciam ordens de comandantes que deveriam saber como agir; eles também foram obrigados, pela disciplina militar, a executar tarefas das quais sentiam medo e desconfiança. Por outro lado, o sistema perito nuclear não passou informações sobre segurança radiológica para os trabalhadores não-nucleares atuando na mesma situação de emergência radioativa. Neste sentido, ser enganado remete à desconfiança face aos comportamentos adotados pelo Comando da Polícia Militar, subordinado ao Governo do Estado de Goiás, e pela instituição governamental CNEN (Silva, 1998, p. 135-136).

Os “policiais do cézio”, como o grupo passou a ser denominado, reivindicavam, na cena pública, o reconhecimento da relação causal entre o contato com a radiação e sintomas até então estranhos e inexplicáveis que se manifestaram ao longo dos anos¹⁵. Para isso, eles desnudaram seus corpos e cicatrizes em fotos de jornais e em imagens televisivas: “a cabeça raspada decorrente da cirurgia para retirada de um tumor maligno no cérebro; a queda de cabelo devido ao tratamento com radioterapia; as manchas pelo corpo” (Silva, 1998, p. 137). Em suas mãos, exibiam também radiografias e a infinidade de exames realizados ao longo do processo de investigação das causas de seus sintomas. Na ausência de doses comprovadas de radiação (exigidas pelo sistema pericial médico-nuclear para a designação de vítima do desastre), os policiais recorreram a diferentes acervos documentais em busca de registros das horas de trabalho realizadas nos locais contaminados, apresentados como indício e prova de que “estiveram lá” (Silva, 2017).

Telma analisou a exibição pública de exames, documentos, marcas e cicatrizes no corpo como um ritual que envolvia e interconectava lembranças e corpos, o que ela denominou como memória performativa, entendida justamente “como a lembrança do passado transmitida e sustentada por práticas corporais” (Silva, 2015, p. 280, tradução minha). No seu caso etnográfico, as práticas corporais públicas das pessoas contaminadas pelo cézio tensionavam as narrativas orais mobilizadas por técnicos e especialistas nucleares para descredibilizar suas identidades enquanto vítimas. A doença é, assim, percebida como a memória social do desastre inscrita no corpo, solapando a representação oficial de que tudo estaria “sob controle”. Para a antropóloga, o desastre continua em curso enquanto permanecer presente nas experiências das pessoas e dos territórios afetados.

¹⁵ Tais como: “tumor no cérebro, tumor no antebraço, filho com má formação, manchas pelo corpo, distúrbios psicológicos, profunda emotividade, transpiração intensa do lado esquerdo do corpo, impotência sexual” (Silva, 1998, p.120).

Porém, apesar dos esforços analíticos empreendidos pela antropologia e pela sociologia, encontramos, na gestão técnica e política dos desastres, a predominância das abordagens das “ciências duras” (naturais e exatas) e da saúde, cujos modelos de mensuração quantitativa das causas e efeitos dos eventos, bem como de suas probabilidades de ocorrência, são geralmente circunscritos a uma abordagem geográfica, na qual a distribuição temporal e espacial, os mecanismos e a dinâmica de eclosão dos eventos físicos têm maior peso (Valencio, 2014). Trata-se de uma racionalidade instrumental que não apenas ronda, como também fundamenta a categoria de “desastre natural”, recorrentemente acionada para escamotear as questões políticas, antropológicas e éticas implicadas no processo de um desastre. Essa perspectiva foi amplamente consolidada pelo paradigma hegemônico forjado pela teoria dos *hazards*, que se expressa justamente por meio do desmembramento e da redução do social ao físico, projetando a ideia de um modelo aplicável à interpretação de qualquer realidade socioambiental.

As narrativas sobre acidente ou desastre natural, evidenciam uma perspectiva centrada na teoria de hazards que, alicerçada nas “ciências duras”, enfatizam acontecimentos naturais para explicar eventos catastróficos, excluindo do processo de investigação analítica as relações sociais e as dimensões políticas, econômicas, culturais e emocionais também envolvidas nos eventos trágicos. A partir dessa perspectiva dos hazards, os eventos calamitosos como inundações, terremotos e disfunções tecnológicas são explicados como eventos inevitáveis e que a sociedade só consegue responder, mas nunca os evitar (OLIVER-SMITH, 1999). De maneira geral, o tempo cronológico dessas abordagens é centrado na data do evento catastrófico e os demais efeitos do fenômeno são tratados como pré-desastre ou pós-desastre (VALENCIO, 2014a). (Leonardo, 2022, p.32).

O conceito de “desastre natural” é ainda tão consolidado — ou, como destacou Virgínia García-Acosta (2021), amplamente abusado — social e politicamente, que o governo federal, durante a gestão de Dilma Rousseff, sob o argumento de acelerar a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para as famílias atingidas, não se constrangeu em descrever o desastre associado ao rompimento da barragem de Fundão como “desastre natural”, no Decreto Presidencial 8.572, emitido em 13 de novembro de 2015:

Para fins do disposto no inciso XVI do caput do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, **considera-se também como natural o desastre** decorrente do rompimento ou colapso de barragens que ocasione movimento de massa, com danos a unidades residenciais (NR)¹⁶ (BRASIL, 2015).

Ainda que as análises antropológicas e sociológicas dos desastres tenham fornecido até aqui diversas ferramentas analíticas para desconstruir “a noção bem-arraigada, mas altamente errônea e conceitualmente perigosa, de ‘desastres naturais’” (Oliver-Smith, et al, 2017, p. 98), o que vemos é a hipervalorização de práticas técnicas voltadas para obras civis, bem como de

¹⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8572.htm. Acesso em: 15 dez. 2024.

uma cartografização do risco, “na qual não aparece o sentido compartilhado de uma comunidade acerca de seu território, como um envoltório comum das suas rotinas” (Valencio, 2013, p.12).

Fim de um mundo

Em casos como os dos Krenak, que habitam as margens esquerdas do médio rio Doce, autodenominados como “Borum do Watu” (indígenas do rio Doce) (Pascoal; Zhou, 2022), nem mesmo a noção de território enquanto “envoltório comum” ou de “paisagem circundante” é capaz de abrigar a complexidade da relação que o povo Krenak estabelece com sua terra. Isso porque, na cosmologia Krenak, a concepção de território está intimamente ligada à sua concepção de humanidade, a qual, nas palavras de Ailton Krenak, “não consegue se conceber sem essa conexão, sem essa profunda comunhão com a terra” (Krenak, A., 2019, p. 22). A noção de território, aqui, não opera pela chave analítica da representação, mas sim pelas experiências, práticas e sentidos ontológicos próprios dessa cosmovisão.

Watu, o rio Doce, entre algumas outras definições, significa “o rio que corre” ou “o rio que fala” (Krenak, A., 2019). As formulações borum acerca do rio ultrapassam as definições jurídicas ou geográficas acionadas pelo Estado e principalmente pelas corporações envolvidas no rompimento da barragem de Fundão. Na verdade, elas apontam para uma alocação nas relações de parentesco (Moreira; Nicácio, 2022), já que Watu é também um avô, um ancestral que sempre esteve ao lado do seu povo orientando, alimentando e curando (Caldeira, Amaral, 2020). Rio-pessoa que sustenta a vida e a construção dos Krenak como um coletivo e suas formas de organização — agora, tornou-se um “parente que a Vale matou”. A seguir, trago um trecho da fala de Shirley Krenak, no qual ela rememora a relação espiritual e ética ensinada por seu pai com o rio Watu:

Quando eu era pequena, meu pai tinha o costume de levar a gente para tomar banho no rio e explicar o respeito que deveríamos prestar ao Watu. Ele dizia: “Olha, quando a gente brinca na beira do Watu, tem de ter um respeito muito grande por ele. Pode vir tomar banho, se divertir, mas tem de saber conversar com ele primeiro para depois entrar na água”. O que a gente entende quando vê a água sob essa perspectiva espiritual é que você pode acalmar a água conversando com ela, conectando-se a ela, você passa seu amor para ela. Não custa nada pedir licença antes de entrar no rio. (Krenak, S., 2019)

Nessa perspectiva, em que a conhecida e colonial distinção ontológica entre Natureza e Humanidade encontra-se borrada, a categoria “desastre” é insuficiente para dar algum tipo de contorno à significação da chegada da lama de rejeitos ao rio Doce. A descrição mais próxima que Ailton Krenak nos oferece para falar da morte do Watu é a própria experiência do fim do mundo.

O que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais — sempre recorrendo a práticas desumanas para promover mudanças em formas de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros —, é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza. O Watu, esse rio que sustentou a nossa vida às margens do rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo, numa extensão de seiscentos quilômetros, está todo coberto por um material tóxico que desceu de uma barragem de contenção de resíduos, o que nos deixou órfãos e acompanhando o rio em coma. **Faz um ano e meio que esse crime — que não pode ser chamado de acidente — atingiu as nossas vidas de maneira radical, nos colocando na real condição de um mundo que acabou** (Krenak, A., 2019, p. 21-22, grifos meus)

Infelizmente, o povo Borum não foi o único a viver a experiência de ter seu mundo findado. O fim do mundo já aconteceu para grande parte da humanidade, e segue acontecendo, como bem explicita Achille Mbembe ao realizar uma crítica ao nosso tempo: “um tempo de repovoamento e de globalização do mundo sob a égide do militarismo e do capital” (Mbembe, 2017, p.21). A questão, aqui, para os grupos que experimentaram a devastação, deixa de ser a de viver a expectativa do fim do mundo, mas sim a de como viver uma vida apartada de seu mundo, ou, a de como *refazer o mundo depois da destruição*.

Em *Políticas da inimizade*, Mbembe (2017) destaca as experiências da colonização e do comércio negreiro como experiências de fim de mundo, que inauguraram a formação do pensamento mercantilista do Ocidente. Nesse “Novo Mundo”, desenrolou-se um novo começo para as pessoas escravizadas, em que a vida passou a ser vivida segundo um princípio essencialmente racial — não a partir de um significado puramente biológico, mas da produção de corpos sem mundo e sem terra, “uma espécie de duplo da natureza que era possível transformar, pelo trabalho, em stock ou fundo disponível” (Mbembe, 2017, p. 23). Para Mbembe, poucas coisas tornam possível a distinção do tempo de (re)começo e do tempo do fim como a destruição. Nessa perspectiva, a dominação é o que modula e media esses abismos catastróficos, ora por formas de controle que passam pelo estrangulamento, ora operando pela indiferença e pelo abandono.

No contexto contemporâneo, as experiências do risco e os desastres têm se revelado como verdadeiros moduladores desses abismos catastróficos, produzindo o fim, ou o abalo, do mundo de povos e populações historicamente deslocados para além da fronteira de um grande pertencimento (Morrison, 2019) — os Outros da nação —, cuja negação da plena humanidade, realizada segundo os parâmetros da epistemologia ocidental e branca, abriu caminho para a justificação das mais inomináveis violências (Carneiro, 2005; Sodré, 2017). Violências estas que não contrariam a máxima dos processos civilizadores, pois se expressam através de meios

de diferentes práticas e tecnologias de uma modernidade forjada no interior da expansão colonial (Pereira, 2020).

Tal como fundamenta García-Acosta (2018), os desastres não são problemas não resolvidos do desenvolvimento, mas problemas exacerbados pelos modelos de desenvolvimento adotados, pelas formas de crescimento econômico impostas, pelas formas de acumulação adotadas e pelos padrões de assentamento e de ocupação territorial que esse desenvolvimento impôs, particularmente nos países que ocupam a porção sul do planeta. Os desastres, nesse sentido, não se consolidam como rupturas do funcionamento normal do sistema social que os produz; ao contrário, são forjados por essa mesma normalidade, não estando desatrelados, inclusive, dos dispositivos de racialidade e de biopoder (Foucault, 2005) que seguem operando na sociedade brasileira, a partir de múltiplas áreas e tempos nos quais políticas, práticas e decisões tomadas por atores públicos e privados são desenvolvidas.

Evento

De acordo com Veena Das (1995), os denominados eventos críticos produzem novas lógicas temporais, formas e rotinas de ação a partir de um processo complexo de elaboração de práticas específicas de subjetivação. Pensar esses eventos a partir do seu movimento por diversas instituições, como família, burocracia, tribunais, estado e corporações multinacionais, abre espaço para compreender a apreensão e o contato com a linguagem dos direitos (Vianna, 2013) de indivíduos, que, até então “levavam uma vida anônima e então passam a interpelar o Estado pelas consequências de um sofrimento percebido como ‘repentino’ e ‘inexplicável’” (Araújo, 2007, p. 12-13).

Porém, ainda que as análises de Das sobre experiências de violência extrema e de dissolução da rotina nos seja companhia para pensar diversas dimensões do crime socioambiental que acometeu os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, o extremo sul da Bahia e o extremo norte do Rio de Janeiro, é importante dizer que a categoria “evento” tem sido rejeitada pelas pessoas atingidas, justamente porque ela compõe parte da gramática adotada no campo de disputas que se tornou o processo da reparação. Flávia Leonardo (2022) aponta que o uso da categoria pelas corporações tem sido acionado com os objetivos de reduzir a situação de crise ao momento da emergência, e, principalmente, de simplificar os efeitos do desastre e desconsiderar o caráter processual da crise ensejada no vale do rio Doce.

Para compreender parte do acionamento dessa e de outras categorias, realizei uma busca por algumas palavras-chave que foram, e continuam sendo, mobilizadas por diferentes atores para se referir ao rompimento da barragem de Fundão, tais como “evento”, “desastre”,

“natural”, “acidente”, “crime”, “catástrofe” e “tragédia”, no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), conhecido como o “acordão”.

O TTAC foi o primeiro acordo firmado entre os governos federal, dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, e as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton. À época, o acordo foi homologado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), por meio de uma audiência de conciliação realizada em 5 de maio de 2016, sem a participação das pessoas atingidas.

Figura 2 – “Evento”

CONSIDERANDO que a celebração deste acordo judicial visa por fim ao litígio por ato voluntário das partes, reconhecendo que a autocomposição é a forma mais célere e efetiva para resolução da controvérsia, não implicando assunção de responsabilidade pelo **EVENTO**;

CONSIDERANDO que as medidas compensatórias devem ser proporcionais aos impactos não reparáveis ou não mitigáveis advindos do **EVENTO**, tendo, dentre outras previstas neste Acordo, a finalidade de acelerar o processo de recuperação da Bacia do Rio Doce, regiões estuarinas, costeiras e marinha, em especial a qualidade e a quantidade de águas nos tributários e assim na calha principal impactada;

CONSIDERANDO que o rompimento da barragem de Fundão trouxe consequências ambientais e sociais, em um **EVENTO** que atingiu 680 km de corpos d’água nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de impactos à regiões estuarinas do Rio Doce e regiões costeiras e marinha;

Fonte: Captura de tela do TTAC. Elaboração da autora (2024).

Em um documento de 139 páginas, o resultado da busca apontou (e confirmou) que a categoria escolhida para se referir ao rompimento da barragem de Fundão foi “evento”, com o total de 138 citações. A segunda palavra mais citada, mas com pouquíssimas referências diretas foi “desastre”, com apenas 5 citações. Já as categorias “crime”, “acidente”, “catástrofe” e “tragédia” não tiveram nenhum registro ao longo de todo o TTAC. O curioso desse dado é que, se, por um lado, a categoria evento é acionada juridicamente para demarcar a magnitude de um acontecimento de natureza disruptiva e excepcional, capaz de estabelecer um antes e um depois no funcionamento “normal” do cotidiano, por outro, pareceu perigoso para os agentes públicos e corporativos que participaram desse primeiro acordo assumir sequer a categoria de “desastre” para se referir ao rompimento da barragem de Fundão. O que essa escolha pode nos apontar?

Aliada às análises de Raquel Teixeira (2024), em seu artigo *Devir do desastre no Rio Doce: tempografia da violência no laboratório político da reparação*, penso que essas escolhas evidenciam o modo como a leitura corporativa sobre os desastres, emaranhada na “assinatura do Estado” (Ferreira, 2023), se fundamenta a partir de uma visão linear e programática, “segundo a qual o desastre é reduzido a um evento que intervém de forma involuntária sobre bens e processos econômicos” (Teixeira, 2024, p.23).

A concepção em que desastres são tomados como “eventos”, no entanto, tem se deflagrado em ações e práticas de uma violência incremental, cotidiana e cumulativa na vida das pessoas que, perto de completar 10 anos após o rompimento da barragem operada pela Samarco, não só ainda aguardam a reparação, como também sofrem com outros tantos tipos de danos inaugurados pelo novo sistema de governança instaurado em suas vidas e territórios.

Uma trama de (des)acordos

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um instrumento jurídico utilizado para a resolução de conflitos via extrajudicial concebido para dar celeridade e dinâmica aos processos por via de autocomposição voluntária. Esse instrumento foi inicialmente instituído pelo art. 211 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) através da Lei n. 8.069/90, e logo após pelo art. 113 do Código de Defesa do Consumidor - CDC (Lei n. 8.078/90), que, lhe outorgando a qualificação jurídica de título executivo, acrescentou o §6o ao art. 5o da Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85) (Carneiro, 2022).

O recurso jurídico foi acionado com o objetivo de constituir uma forma de concentração da gestão do processo de reparação da crise ensejada pelo rompimento da barragem de Fundão, tendo como efeito não apenas a regulamentação negocial do processo de reparação, como também a extinção de ações judiciais ajuizadas por órgãos estatais, que, à época, já contabilizavam 49 (Melendi; Lopo, 2021). Nesse sentido, o acordo buscava responder e, ao mesmo tempo, conter um grande número de disputas judiciais, e até mesmo a gananciosa pretensão de “pôr fim” aos litígios:

a celebração deste acordo judicial visa **pôr fim** ao litígio por ato voluntário das partes, reconhecendo que a autocomposição é a forma mais célere e efetiva para resolução da controvérsia, não implicando assunção de responsabilidade pelo EVENTO” (TTAC, 2016, p. 3, grifos meus).

Em 4 de dezembro de 2015, um mês após o rompimento da barragem de Fundão, a AGU e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo apresentaram a ACP nº 0069758-61.2015.4.01.3400 contra as empresas violadoras. No âmbito da referida ACP, o TTAC foi assinado em 2 de março de 2016 e homologado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região

(TRF-1) por meio de uma audiência de conciliação realizada em 5 de maio de 2016. Participaram do acordo as empresas violadoras Samarco Mineração S.A, Vale S.A e BHP Billiton Brasil Ltda.; as entidades públicas federais — União, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Agência Nacional de Águas (ANA), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Fundação Nacional do Índio (Funai); entes públicos do estado de Minas Gerais - Estado de Minas Gerais, Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM); e os entes públicos do estado do Espírito Santo — Estado do Espírito Santo, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH).

O acordo, que continha 260 cláusulas, previa a criação de 42 programas, divididos em dois eixos: o eixo socioeconômico e o eixo socioambiental. Os programas deveriam promover:

[..] recuperação, mitigação, remediação e reparação, inclusive indenização, pelos impactos socioambientais e socioeconômicos, quando possível, causados pelo rompimento da barragem 2 de Fundão, pertencente ao complexo minerário de Germano, em Mariana-MG, bem como prestação de assistência social aos IMPACTADOS (TTAC, 2016, p. 2-3).

No entanto, a legitimidade jurídica do “acordão” foi severamente contestada, sobretudo porque sua construção se deu sem qualquer tipo de participação e consulta das pessoas atingidas — tanto em relação ao arranjo institucional quanto dos programas ali estabelecidos (Leonardo, 2022) —, ainda que algumas de suas tantas considerações e cláusulas reconhecessem o dever de assegurar a participação dos “impactados” (categoria predominante no documento para se referir às pessoas atingidas) nos projetos e programas resultados do acordo.

CLÁUSULA 11: Entende-se como Participação nos PROGRAMAS a possibilidade de os IMPACTADOS efetivamente participarem, serem ouvidos e influenciar em todas as etapas e fases decorrentes do presente Acordo, tanto na fase de planejamento como na efetiva execução dos programas e ações referidas neste Acordo, devendo tal participação ser assegurada em caráter coletivo, seguindo metodologias que permitam expressão e participação individual, nos termos deste Acordo. (TTAC, 2016, p. 28)

Além disso, a quantia estabelecida de 20 bilhões de reais, a ser destinada ao processo de reparação ao longo de 20 anos, situava-se muito abaixo das projeções realizadas pelo Ministério Público Federal, constantes na Ação Civil Pública (ACP) ajuizada na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em 28 de abril de 2016, cujo valor da causa foi estimado em R\$ 155 bilhões. Esse montante foi calculado com base em estudos preliminares sobre os impactos humanos, socioambientais e econômicos, que tomaram como parâmetro a

experiência histórica dos gastos contabilizados no desastre da *Deepwater Horizon*, no Golfo do México¹⁷.

A partir disso, o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Minas Gerais e o Ministério Público do Espírito Santo se movimentaram para extinguir a validade do acordo. É importante ressaltar que esse resultado não se deu sem a pressão de movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e à Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale. Além de pesquisadoras e pesquisadores, principalmente, ligados às Universidades Federais de Minas Gerais e do Espírito Santo, que somaram suas vozes às vozes das pessoas atingidas.

[...] Douglas Krenak, representando o Povo Krenak, atingido pela Vale e agora pela Samarco, na cidade de Resplendor, MG, que também participava do evento enquanto palestrante, falou na sequência e também questionou a homologação do acordo: “*quero saber o que o meu povo pode fazer depois da assinatura deste acordo? Vai ter muita luta, porque o meu povo não vai aceitar acordo enfiado goela abaixo!*” Diante da situação, as entidades ali reunidas assinaram uma nota de repúdio frente à homologação do acordo. (Leonardo, 2022, p. 158)

A homologação do TTAC foi suspensa pelo Supremo Tribunal de Justiça, em 30 de junho de 2016, que demarcou a necessidade da manifestação de outros atores nos autos do processo, principalmente, os municípios atingidos e as associações representantes de interesses envolvidos na questão:

Ademais, diante da extensão dos danos decorrentes do desastre ocorrido em Mariana/MG, seria rigorosamente recomendável o mais amplo debate para a solução negociada da controvérsia, por meio da realização de audiências públicas, com a participação dos cidadãos, da sociedade civil organizada, da comunidade científica e dos representantes dos interesses locais envolvidos, a exemplo das autoridades municipais (Superior Tribunal de Justiça, 2016, p. 6).

E, em agosto de 2016, o TTAC foi anulado em caráter definitivo, dando início a um complexo e extenso processo de negociações e disputas em torno da reparação. De lá para cá, para o tempo em que escrevo esta dissertação, acumularam-se ações judiciais coletivas e individuais, incluindo cíveis e penais, que ultrapassam o número de 90 mil nas comarcas dos estados afetados (Vieira, 2024; Uchimura, 2022), compostas por demandas de indenizações, pagamentos de compensações de gastos e cumprimento de ações emergenciais, como o pagamento de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), bem como a formulação de outros

¹⁷ A *Deepwater Horizon* era uma plataforma de perfuração flutuante gigante, das empresas Transocean e British Petroleum (BP), que operava em águas com profundidade de 1,5 km (5.000 pés) e havia perfurado até 4 km (13.000 pés) abaixo do fundo do mar. Sua explosão ocorreu em 20/01/2010, vitimando onze pessoas e produzindo um vazamento estimado em quase 5 milhões de barris de petróleo despejados no oceano durante os meses seguintes (Hopkins, 2022).

grandes acordos com vistas à elaboração de um pacto final. Apesar de não ter a pretensão de destrinchar toda a trama jurídica da reparação do desastre no vale do rio Doce, elenco na tabela a seguir um quadro dos principais acordos estabelecidos após a anulação do TTAC:

Quadro 1 — Acordos que sucederam ao TTAC

Data	Documento	Principais aspectos	Fonte
18 de janeiro de 2017	Assinatura do Termo de Ajustamento Preliminar (TAP)	O Termo de Ajustamento Preliminar ficou conhecido como o acordo “Força-Tarefa”, pois previa a contratação de peritos para subsidiar a elaboração de diagnósticos. Nesse sentido, o acordo estabeleceu a garantia de R\$ 2,2 bilhões para o cumprimento dos programas de reparação, com a contratação de quatro organizações (LACTEC, INTEGRATIO, RAMBOLL e BANCO MUNDIAL) para a realização de perícias e a assistência técnica ao Ministério Público Federal. O TAP, no entanto, foi parcialmente homologado, já que o diagnóstico socioeconômico e a assistência técnica fornecida pela INTEGRATIO não foi bem aceita pela população atingida por já haver prestado serviços à Vale.	(Teixeira, 2024; Leonardo, 2022; TAP, 2017)
17 de novembro de 2017	Assinatura do Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar (TAP)	Proposto pelo MPF, o Aditivo ao TAP estabeleceu uma reformulação do sistema de diagnóstico dos danos socioeconômicos, designando a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para atuar como perito responsável. O aditivo também previa a contratação de assessorias técnicas independentes para as pessoas atingidas da bacia do rio Doce. O aditivo ao TAP só foi homologado no dia 31 de agosto de 2018 juntamente ao TAC Governança.	(Teixeira, 2024; Leonardo, 2022; ATAP, 2017)
31 de agosto de 2018	Homologação do Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Governança (TAC-Gov)	O TAC-GOV foi assinado em 25 de junho de 2018, passando a substituir o antigo acordão (TTAC) legalmente. O acordo alterou o sistema de governança antes constituído, com o objetivo de garantir a participação dos grupos	(Teixeira, 2024; Leonardo, 2022; TAC-Gov, 2018)

		atingidos e a repactuação dos programas de reparação. Além do direito das pessoas atingidas às assessorias técnicas independentes, o acordo incluiu a Defensoria Pública para dar continuidade dos trabalhos de assessoria jurídica, judicial e extrajudicial	
06 de novembro de 2024	Homologação da Repactuação de acordo para reparação e compensação dos danos	A repactuação do acordo foi firmada em 25 de outubro de 2024. O acordo estabelece a destinação do valor total de R\$170 bilhões para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Fazem parte do acordo a Samarco Mineração S.A. e sua acionistas, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda.; a Fundação Renova; as 21 entidades comprometentes, dentre elas a União e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, as autarquias, as Defensorias Públicas e os Ministérios Públicos federais e estaduais envolvidos. Segundo o acordo, os municípios das áreas afetadas não são partes do acordo, “mas poderão aderir aos seus termos e receber as indenizações nele estabelecidas, desde que desistam das ações judiciais no Brasil e no exterior com objeto coincidente” (Brasil, p. 21, 2024).	(BRASIL, 2024)

A criação de uma terceira parte

Retomarei alguns aspectos e movimentos dos documentos citados em outros momentos ao longo da dissertação. Mas, antes, é imprescindível destacar um dos desencadeamentos mais importantes da formulação do TTAC, que fundamentou grande parte da implementação de um novo sistema de governança na bacia hidrográfica do rio Doce: a Fundação Renova.

CLÁUSULA 209: A SAMARCO e as ACIONISTAS instituirão uma **Fundação de Direito Privado**, sem fins lucrativos, nominada neste acordo como **FUNDAÇÃO, com autonomia**, para gerir e executar todas as medidas prevista nos PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS e SOCIOAMBIENTAIS, incluindo a promoção de assistência social aos IMPACTADOS em decorrência do EVENTO. (TTAC, 2016, p. 96, grifos meus)

A constituição da fundação foi objeto de uma política proposta pelo governo federal, voltada à criação de um dispositivo apresentado como inovador e exemplar, que poderia, inclusive, ser aplicado a futuros processos de reparação de outros desastres — um arranjo institucional inédito que, nos termos de Gudynas (2016), poderia se derramar sobre outros casos.

A negociação que acabou na assinatura do TTAC foi liderada pela AGU, então chefiada por Luís Inácio Adams. Segundo ele, desde o princípio foi descartada a possibilidade de que as empresas executassem as medidas de reparação, ou que se criasse uma entidade com estrutura empresarial para fazê-lo. Por outro lado, do ponto de vista da AGU, se o Estado executasse as medidas atrairia a responsabilidade dos causadores e teria que cumprir as leis que afetam qualquer entidade de direito público. Assim, a ideia de se constituir um agente privado **“buscou aproveitar a dinamicidade do mercado, evitar lentos processos licitatórios e favorecer a célere reparação do dano ambiental”** (ADAMS et al., 2019, p. 74). Já a figura da fundação foi inspirada nas características dos fundos fiduciários, porém adaptada às possibilidades oferecidas pela legislação brasileira (Melendi; Lopo, 2021, p.231, grifos meus)

A decisão de nulidade do TTAC não foi um impeditivo na atuação e nem na existência da Fundação Renova nos territórios atingidos pela lama, que inicialmente teria sido designada para coordenar e gerir os 42 programas socioeconômicos e socioambientais estabelecidos pelo acordo. Em nota pública divulgada à época após a notificação da suspensão, a Samarco comunicou que a decisão não afetava as obrigações contidas no TTAC, e que continuariam sendo integralmente cumpridas, “inclusive no que diz respeito à instituição da fundação de direito privado prevista no documento” (Peduzzi, 2016). A Fundação, então, foi criada ao modo de uma terceira parte (nem estatal, nem corporativa), em 30 de junho de 2016, autorizada pela Promotoria de Fundações de Belo Horizonte, por meio da Resolução PTFBH nº 16/2016. Sua atuação na bacia do rio Doce teve início no dia 2 de agosto de 2016, basicamente ao mesmo tempo em que o acordo que a fundamentou foi anulado.

Melendi e Lopo (2021) argumentam que apesar do que é comumente compartilhado por diferentes atores, incluindo pesquisadores/as que se debruçaram por esse campo de estudos e a própria Fundação Renova, há um certo equívoco em afirmar que o TTAC efetivamente criou a Fundação. As empresas Vale, Samarco e BHP Billiton, através do estatuto social materializaram o acordo e instituíram efetivamente a Fundação Renova, logo transferindo para a entidade as atividades emergenciais da Samarco. Não seria exagero, no entanto, reconhecer que tal legitimidade não anula o engodo pela formação de uma fundação cujo escopo de atuação se fundamenta em um compromisso jurídico que não contou com a participação dos principais atores e territórios afetados — aspecto importante para pensar o que Gudynas (2016) chamou de *“efectos derrame”* do extrativismo, que se estendem muito além das dimensões locais de impacto.

Gudynas (2016) fundamenta que os efeitos desses grandes empreendimentos transbordam e afetam os significados e entendimentos de inumeráveis políticas públicas ambientais, sociais e econômicas, assim como os significados de justiça, natureza, desenvolvimento, política e democracia. Neste caso, podemos também observar os *“efectos*

derrame” sobre o significado de reparação, aqui transformada em uma arena em que os sentidos de “vítimas” e de “agentes violadores” ganham ainda mais instabilidades. A esses tensionamentos produzidos entre as porosidades das leis e das violências produzidas por essas corporações, Gudynas também recorre ao conceito de “alegalidade”:

[...] concepto que se refiere a prácticas que son formalmente legales pero que se aprovechan de los vacíos o limitaciones de las normas para lograr beneficios que claramente están contra el espíritu del marco jurídico. Estas incluyen explotar las limitaciones de las normas tributarias para reducir o evitar el pago de impuestos, aprovechar vacíos en las exigencias ambientales para desatender, por ejemplo, la contaminación de suelos o esquivar con formalismos las exigencias a consultar a las comunidades locales (Gudynas, 2016, p. 17).

No capitalismo minerário (Kirsch, 2014), a criação de terceiras partes tem se consolidado como uma estratégia comumente acionada pelas corporações, sobretudo na gestão de crises de desastres por elas produzidas em diferentes territórios, com o objetivo de estabelecer um novo status quo às suas reputações, bem como “vislumbrar a possibilidade de vantagem competitiva e o alcance de um novo tipo de legitimidade por meio de sua participação em processos regulatórios” (Kirsch, 2014, p. 185, tradução da autora). A própria BHP Billiton, na época intitulada apenas como BHP (Broken Hill Proprietary Ltd.) foi uma das corporações incubadoras dessa tática, como identificado pelo antropólogo Stuart Kirsch ao acompanhar por duas décadas o movimento político indígena atingido pelo desastre da mina de cobre e ouro de Ok Tedi (Papua Guiné, Oceania), o primeiro grande empreendimento internacional da BHP.

No desastre de Ok Tedi, a BHP transferiu suas ações para a *Papua New Guinea Sustainable Development Company Ltd.* em Singapura, um fundo em benefício do governo que indenizou a mineradora contra quaisquer responsabilidades ambientais futuras. Tal estratégia foi fundamental para a saída da BHP do cenário de disputas judiciais em que a corporação se viu imersa. A união da BHP com a Billiton surge, em um primeiro momento, para “resolver” o caso Ok Tedi, tanto em termos de passivos futuros, quanto do desejo de se apresentar como uma empresa ambientalmente responsável. A fusão entre as duas empresas aconteceu, mais especificamente em junho de 2001, dando origem à BHP Billiton, a mesma que 14 anos depois produziria desde o município de Mariana, Minas Gerais, um desastre-crime de escala similar sob o slogan “*The need for responsibly produced resources is clear. It's happening now at BHP*”¹⁸.

The PNG Mining (Ok Tedi Mine Continuation (Ninth Supplement) Agreement) Act of 2001 approved the transfer of BHP Billiton's shares in the Ok Tedi mine to the Papua New Guinea Sustainable Development Program Ltd. in Singapore, where the funds are independently administered (Papua New Guinea 2001). Two-thirds of all revenue from what had been BHP Billiton's share of the mine are set aside for

¹⁸ Disponível em: <https://www.bhp.com/about/the-future-is-clear>. Acesso em: 15 dez. 2024.

expenditures after mine closure. Although not under the control of the Papua New Guinea government, the trust has nonetheless provided an important subsidy to the state budget, as the remaining third of the funds have been used to support everything from highway maintenance and bridge construction to investments in commercial enterprises, and have even paid for programs seeking to enhance governance of the mining industry. Only one-third of these funds, or one-ninth of all the funds received by the program, is earmarked for the people affected by pollution from the Ok Tedi mine. (Kirsh, 2014, p. 117-118)

A mina de cobre e ouro Ok Tedi administrada pela BHP despejou ao longo de mais de uma década cerca de dois bilhões de toneladas métricas de rejeitos de mineração nas bacias hidrográficas dos rios OK Tedi e Fly, a partir de meados dos anos 1980. Os rejeitos percorreram uma distância de mil quilômetros, contaminando todo o corredor do rio, desde a mina até o mar. Segundo Kirsch (2014), quase dois mil quilômetros quadrados de floresta tropical e savana ao longo do rio foram afetados por inundações e morte regressiva, reconfigurando também os meios e modos de vida de mais de 30 mil pessoas que viveram, e ainda vivem, a jusante da mina. Kirsch aponta que o projeto já causou drenagem ácida em vários locais, uma prática que tem o potencial de tornar grandes áreas inóspitas para a vida orgânica por séculos. Espera-se, ainda, que a contaminação expanda, afetando aproximadamente mais 3.800 quilômetros quadrados, “uma área maior que o estado americano de Rhode Island” (Kirsch, 2014, p. 15). Pelo menos até 2014, ano em que a obra “Mining Capitalism” foi publicada, o sistema fluvial do rio Fly era o local de uma das maiores florestas tropicais existentes no mundo.

Em contrapartida, já na década seguinte à saída da BHP Billiton da mina de Ok Tedi, os preços do cobre e do ouro sofreram uma elevação vertiginosa. Mesmo diante da ampla devastação, o projeto se tornou tão lucrativo que seus operadores buscaram estender a vida útil da mina de 2014 para 2025. Diante disso, coloca-se a questão de saber se a corporação teria abandonado sua participação no empreendimento caso soubesse que obteria um lucro adicional de mais de dois bilhões de dólares ao longo dos dez anos seguintes.

No caso brasileiro, a subsidiária do grupo anglo-australiano, a BHP Billiton Brasil Ltda., parece ter incorporado as lições acumuladas a partir do caso da mina de Ok Tedi e permaneceu na divisão igualitária das ações de sua *joint venture* com a Vale S.A., a Samarco, detendo 50% do capital da empresa.

É importante dizer que a relação da Samarco com a então BHP teve início no ano de 1984, durante o esteio de recordes de produção e venda da empresa (PoEMAS, 2015, p.18), quando a corporação passou a adquirir a mineradora Utah Internacional, antiga controladora da Marcona Internacional. Antes, a Samarco Mineração atuava sob o controle das mineradoras Samitri (51%) e Marcona Internacional (49%), operando desde 1977 na extração de minério de

ferro, no transporte dutoviário, bem como na pelletização e no transporte transoceânico. Já a Vale S.A., à época denominada Companhia Vale do Rio Doce S.A. (CVRD), entrou em cena nos anos 2000, a partir da aquisição da Samitri, dando origem à reestruturação societária e operacional da Samarco Mineração que conhecemos hoje.

Um dado que merece destaque sobre o atual formato organizacional da Samarco, conforme apontado no relatório *Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)*, elaborado pelo grupo de pesquisa PoEMAS (Política, Economia, Mineração e Sociedade) (2015), é que a empresa opera sob o modelo de uma *non operated joint venture*. E, isso significa que, enquanto a BHP Billiton, no Brasil, adota um padrão de atuação baseado na “desresponsabilização operacional”, atuando como uma mera investidora da Samarco, cabe à Vale S.A. a total responsabilidade operacional pela empresa e, conseqüentemente, a sua responsabilidade jurídica. Essa configuração permite à empresa sustentar um padrão de atuação marcado pela externalização do risco e pela diluição de responsabilidades, ao mesmo tempo em que preserva os benefícios econômicos do empreendimento. Ao adotar a desresponsabilização operacional, a BHP Billiton constrói uma separação estratégica entre propriedade do capital e responsabilidade pela operação, apresentando-se publicamente como distante dos processos que levaram ao desastre. Aqui, podemos identificar como a experiência do desastre pode funcionar como incubadora de estratégias e táticas corporativas que produzem, simultaneamente, a obtenção de lucros bilionários, a desresponsabilização das mineradoras, a exploração desmesurada dos territórios, e, com ela, a produção de vazios.

Fundação Renova: uma tecnologia social corporativa

Retomando a discussão sobre a criação de uma “terceira parte” no processo de reparação, é possível observar como as estratégias de desresponsabilização corporativa se materializam institucionalmente na constituição da Fundação Renova, que passou a ser reconhecida como a “máscara jurídica” da Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton, cujas existências foram ocultadas na realização das relações jurídicas de reparação (Uchimura; Faria; Pazello, 2023). Mas essa representação não se restringiu às relações judiciais em torno da gestão da reparação. Talvez, inclusive, a própria ideia de “representação” seja insuficiente para caracterizar a relação estabelecida entre a Fundação Renova e as mineradoras. Isso porque, embora formalmente constituída como uma entidade privada sem fins lucrativos, a Renova foi gradualmente substituindo as empresas responsáveis pelo desastre, impondo-se como um novo agente de poder nas localidades atingidas (Leonardo, 2022). Nesse sentido, tomo a Fundação

Renova como uma forma corporativa (Melendi; Lopo, 2021; Welker *et al.*, 2011) das mineradoras envolvidas, ainda que a instituição reafirme discursivamente sua autonomia em relação às empresas que a mantêm.

Figura 3 — “A Fundação Renova é controlada pela Samarco, Vale e BHP Billiton?”

A Fundação Renova é controlada pela Samarco, Vale e BHP Billiton?



Não. A Fundação Renova é uma organização autônoma, com uma missão socioeconômica e socioambiental: reparar e compensar os impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. A Fundação foi criada para implementar os 42 programas estabelecidos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado em 2 de março de 2016 pela Samarco, Vale, BHP e governos federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo. Assim, a recuperação da área impactada é executada por uma fundação regida por uma governança avançada e com regras rigorosas de transparência e integridade.

A definição das medidas adotadas para compensar os danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão acontece após várias e amplas discussões, que envolvem muitos atores, sendo que nenhum deles tem controle absoluto.

Fonte: Fundação Renova. Aba “Perguntas frequentes” do site institucional. Captura de tela realizada pela autora a partir do conteúdo disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

Para Melendi e Lopo (2021), as fundações mantidas por empresas da mineração podem ser pensadas, nos termos de Welker, Partridge e Hardin (2011), como “formas corporativas”, sobretudo porque se revelam como domínios mais cotidianos do poder, dos saberes, das experiências e das práticas corporativas. Segundo Welker *et al.* (2011), é por meio dessas instituições que as corporações moldam algumas redes sociais, dão forma às oportunidades econômicas e às paisagens políticas e culturais de um determinado lugar, lucrando e consolidando poder em meio a situações de crise, mas não só. É importante lembrar que as corporações moldam a experiência humana não apenas de maneira desastrosa e espetacular, mas também de maneiras mundanas, ordinárias, ambivalentes e, até mesmo, positivas — como é o caso de uma das fundações mais antigas do mundo, a Fundação Vale¹⁹, que financia instituições, projetos e eventos relacionados a iniciativas culturais importantes em todo o Brasil.

Partindo dessa perspectiva, o foco nas formas corporativas em vez da corporação possibilita a análise das corporações como atores sociais inseridos em relações complexas, que produzem e sofrem transformações, extrapolando as concepções padrões das corporações como “sólidas, unificadas, autoconscientes e auto-presentes que implacavelmente maximizam lucros

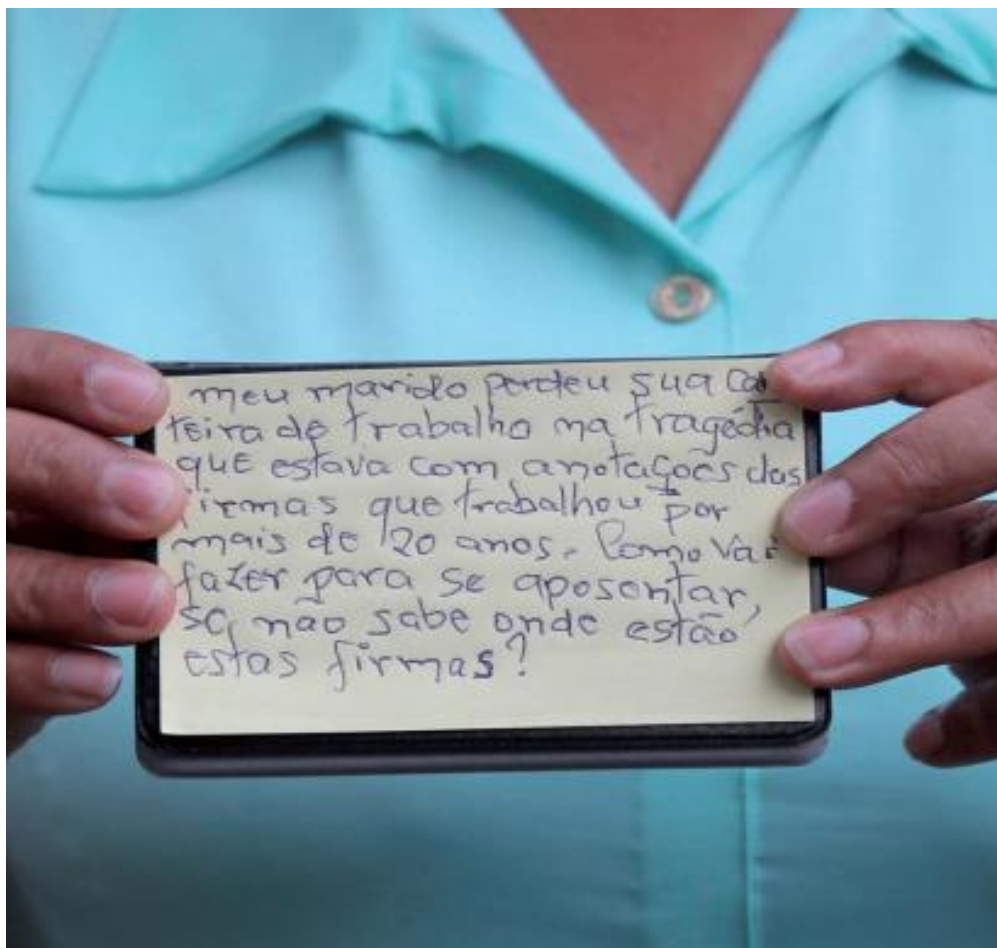
¹⁹ Disponível em: <https://www.fundacaovale.org/atuacao/projetos/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

e externalizam danos” (Welker *et. al*, 2011, p. S5. tradução da autora), ou como “entidades monolíticas ou antropomorfizadas” (Melendi; Lopo, 2021, p. 211). É desse lugar que buscarei nesta dissertação observar a atuação da Fundação Renova: como uma forma, ou, nos termos de Kirsch (2014), uma “tecnologia social corporativa” por meio das quais as mineradoras envolvidas realizaram a gestão do desastre na cidade de Barra Longa.

Capítulo II

Assessoria Técnica Educacional Meio Ambiente e Barragens: Cientistas Sociais no campo da reparação

Figura 4 — Como comprovar?



Fonte: Meu marido perdeu sua carteira de trabalho na tragédia que estava com anotações das firmas que trabalhou por mais de 20 anos. Como vai fazer para se aposentar, se não sabe onde estão essas firmas? (Jornal “A Sirene”, 2016)

Neste capítulo, apresento os caminhos que me permitiram acessar parte do emaranhado burocrático envolvido nos instrumentos criados para “corrigir” as falhas do TTAC e ampliar a participação das pessoas atingidas nos processos de reparação. Também situo minha trajetória prévia no campo de estudos sobre violência urbana na Baixada Fluminense (RJ), destacando o deslocamento de sentidos da noção de “reparação” que acompanhou meu movimento para o campo dos estudos sobre desastres, especialmente a partir do meu ingresso na ATEMAB. Por fim, apresento a trajetória da ATEMAB em sua dimensão de articulação entre pesquisa,

formação e consultoria técnica, evidenciando como ela tem possibilitado a atuação profissional de cientistas sociais em um campo historicamente dominado pelas ciências exatas, jurídicas e naturais.

De um campo ao outro

Em meados do mês de abril de 2019, Jennipher Taytsohn²⁰, uma querida amiga que junto comigo cursava o sétimo período da graduação em ciências sociais na UFRRJ, me chamou para tomar um café em sua casa, e me estendeu o seguinte convite: “você topa trabalhar num projeto de extensão que a Flávia está coordenando?”. O projeto ao qual ela se referia se chamava ATEMAB: Assessoria Técnica Educacional Meio Ambiente e Barragens.

Naquela tarde em sua casa, Jennipher me contou sobre como era ser pesquisadora de um projeto de extensão, e, com muito cuidado, me apresentou o cenário de disputa no qual a ATEMAB estava inserida: um universo semântico que envolvia desastre, crime, acordos, matriz de danos, reparação, assessorias técnicas independentes, a Vale, a BHP Billiton, a Samarco, a Renova e as pessoas atingidas por toda essa trama. A mim coube respirar fundo, bem fundo, e aceitar a empreitada.

É importante dizer que naquela altura da graduação eu tateava há um pouco mais de um ano o campo de estudos sobre violência urbana na companhia atenta do professor e amigo José Cláudio²¹. Entre disputas por territórios e mercados regionais do terror, milicianos, facções, agentes e instituições do Estado, me confrontei com a prática do desaparecimento forçado e, em seguida, com o encontro com mães e familiares de vítimas de violência da Baixada Fluminense — pessoas que tiveram os seus amores desaparecidos e/ou assassinados por meio desta dinâmica criminal. Descobria, nesse momento, um campo em que a violência, mais do que uma categoria ou um conceito possível de se capturar, estava entrelaçada à realização da vida cotidiana, às histórias das famílias, aos amores, casas e bairros das pessoas; a mundos que ao mesmo tempo estavam perdidos e refeitos.

Minha aproximação com o campo de estudos da violência se desdobrou no meu trabalho de conclusão de curso, intitulado *Sobre corpos que (des)aparecem: desaparecimento forçado como uma pedagogia do terror*. Parte fundamental da pesquisa foi a compreensão de que

²⁰ Jennipher foi uma das primeiras pessoas com quem me conectei e troquei as expectativas e os anseios ao pisar no chão do mundo acadêmico sendo uma “filha da classe trabalhadora” - como é a “cara” dela dizer. Diálogos incansáveis como esse, com pessoas como ela, foram essenciais para que aos poucos eu me sentisse menos estrangeira nesse território.

²¹ José Cláudio Souza Alves é autor do livro “Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense” (2003), fruto de sua tese “Baixada Fluminense: a violência na construção do poder”, publicada no ano de 1998.

desaparecer em um bairro do município de Nova Iguaçu (RJ), por exemplo, muitas vezes significou aparecer — no rio Guandu, nas margens do Arco Metropolitano²², em cemitérios clandestinos ou pontos de “desova” não tão invisibilizados assim, produzindo um certo rito de sociabilidade diante da exposição de corpos que sofreram morte violenta. Ao conversar com duas mães de vítimas e lideranças do município e de seus bairros, acessei a informação de que os milicianos da região tinham a prática de proibir familiares e amigos das vítimas de registrarem o assassinato em uma delegacia e, principalmente, de recolher os corpos para sepultá-los, sob risco e ameaça de terem o mesmo destino.

Com a leitura dos trabalhos de Letícia Ferreira (2011) e Fábio Araújo (2012) muito vívidos em mim — pois ambos chamavam atenção para a interação entre os familiares de vítimas e instituições estatais na busca de resolução dos casos —, confesso que, ao chegar no campo, projetei certa expectativa em encontrar relatos de peregrinações “tão rotinizadas quanto extenuantes” (Ferreira, 2019) em hospitais, delegacias de polícia, instituto de medicina legal, órgãos de assistência social, conselhos tutelares e instituições de acolhimento na busca por respostas. Mas o que encontrei foram casos em que os familiares, mesmo sabendo da morte do ente querido e, por vezes, até o local em que corpo poderia estar localizado, precisavam omitir informações para obter minimamente um registro burocrático de pessoa desaparecida²³. Em contextos como esse, geralmente, a noção de “reparação” quiçá é considerada pelas mães e familiares que vivenciam esse drama, sendo muitas vezes uma categoria rejeitada, ou, até mesmo, desconhecida.

Apesar de serem campos muito distintos, com escalas, territórios, agentes, modos e meios de vida, disputas e formas de violação muito específicas, foi inevitável que, ao me deslocar de um campo para o outro, eu levasse comigo as cargas analíticas e as afetações dos campos de estudo que atravesssei, sobretudo no que diz respeito às discussões que envolviam, ou não, o horizonte da reparação.

²² A Rodovia Raphael de Almeida Magalhães (RJ-493), mais conhecida como Arco Metropolitano, interliga as cidades de Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Seropédica e Itaguaí, totalizando 145 km. O Arco Metropolitano foi pensado para interligar os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com objetivo de facilitar a conexão entre o Complexo Petroquímico da Petrobras (Comperj), em Itaboraí, e o Porto de Itaguaí, na Baía de Sepetiba.

²³ De acordo com as análises de Letícia Ferreira (2011), no cotidiano das delegacias o desaparecimento de pessoas é visto como uma ocorrência de pouca relevância, sobretudo por ser considerado um fato atípico. Ou seja, não possui, em seu sentido jurídico, a materialidade necessária para evidenciar a criminalidade de um ato, sendo geralmente classificado nas repartições policiais como “problemas de família” ou “problemas de assistência social”. Nesse sentido, casos ligados à fuga do lar em virtude de conflitos e violência intrafamiliar, condições psiquiátricas e psicológicas ou até mesmo às ocorrências que podem estar atreladas, ainda que eventualmente e virtualmente, a componentes criminais como homicídio, sequestro e ocultação ou destruição de cadáver, acabam por constituir algumas das circunstâncias englobadas numa mesma forma de registro administrativo: o de “pessoa desaparecida”.

Se por um lado, o drama do desaparecimento forçado vivenciado por famílias e territórios da Baixada Fluminense se caracterizou para mim por uma profunda ilegibilidade (Das; Poole, 2004), a partir da interdição produzida por grupos armados ao caminho burocrático do registro dessas mortes e, conseqüentemente, de processos judiciais. Por outro, quando entrei na ATEMAB, fui deslocada para um campo em que o Estado foi demandado a responsabilizar as corporações violadoras, e a construir uma resposta ética e política mais iminente em razão da magnitude catastrófica de um desastre da mineração. No entanto, tal como assinalam Letícia Ferreira, Diego Zenobi e Paula Lacerda na organização do dossiê *Crises e reparações: práticas e políticas em torno do ativismo das vítimas e da antropologia do Estado* (2023), o caminho da reparação, até mesmo quando atendida, não implica necessariamente na interrupção de um itinerário de sofrimentos e dores, ao contrário: com grande frequência, as ações reparatórias marcam e inauguram novas formas de violação, podendo acompanhar a desvalorização com que corpos e territórios vulneráveis são social e historicamente tratados.

Desde o convite feito por Jennipher, em 2019, até o momento da escrita deste trabalho, sigo pesquisando e me relacionando com ambos os campos²⁴ que me convocam a acompanhar e, porque não, a testemunhar, diferentes processos de elaboração de práticas e formas específicas de subjetivação, a partir das quais é possível reconstruir e habitar a vida novamente. Trata-se também de um exercício de observação das tensões e das formas pelas quais são acionadas categorias em disputa no âmbito da linguagem dos direitos humanos (Vianna, 2011), como “luta”, “vítimas”, “reparação”, “verdade”, “memória” e “justiça”. Ao me deslocar de um campo ao outro, deslocam-se também significados e conceitos, o que exige um cuidadoso exercício antropológico e ético acerca das comparações – um trânsito pessoal e intelectual que não acontece sem que noites e emoções da pesquisadora sejam reviradas.

ATEMAB

A ATEMAB é um Programa de Extensão Universitária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), associado ao laboratório Estado, Trabalho e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). O programa oferece apoio

²⁴ Desde 2021, integro a equipe de pesquisa do Projeto de Extensão: Mapeamento exploratório sobre desaparecidos e desaparecimentos forçados em municípios da Baixada Fluminense – Rio de Janeiro, coordenado pela professora Nalayne Mendonça Pinto e pelo professor José Cláudio Souza Alves. O projeto, fruto da parceria entre o Observatório Fluminense (UFRRJ) e o Fórum Grita Baixada, tem como objetivo mapear dinâmicas criminais, instituições, agentes e territórios envolvidos ou afetados pelo fenômeno social do desaparecimento forçado no contexto contemporâneo. Além disso, o projeto visa fortalecer os movimentos de mães e familiares de vítimas da violência na Baixada Fluminense, e produzir incidência política para a responsabilização do Estado brasileiro acerca do crime do desaparecimento forçado.

às populações atingidas por projetos elétricos e minerários a partir de três principais eixos de atuação: pesquisa, assessoria educacional e consultoria técnica, sob o objetivo principal de diminuir a desigualdade de poder entre comunidades atingidas e seus opositores, o Estado e as corporações.

O Programa de Extensão Universitária “Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens” (ATEMAB) foi criado no início dos anos 1990 e tem como objetivo principal diminuir a desigualdade de poder entre comunidades atingidas e seus opositores (Estado e empresas) através de pesquisa científica sobre os temas que envolvem esses conflitos socioambientais e, em paralelo, processos de formação das próprias organizações dos atingidos para que se apropriem de tais conhecimentos científicos. Ao longo dos últimos quase 30 anos, a ATEMAB realizou essa assessoria através de: relatórios sobre processos de licenciamento de barragens e sobre políticas do setor elétrico e da mineração; cursos de capacitação de lideranças e ativistas em muitas temáticas, incluindo um curso de especialização em “energia e sociedade”, que finalizou, em 2021, sua quinta turma; projetos e programas de política pública, apresentados pelos movimentos de atingidos em negociações com o Estado para mitigar os impactos da construção e operação de barragens. Além de tudo isso, a ATEMAB também apoiou a criação de espaços de interlocução entre os diferentes movimentos de atingidos por barragens no Brasil e no mundo, como nos eventos da Comissão Mundial de Barragens, do Fórum Social Mundial e, mais recentemente, nas atividades que deram origem à criação do MAR – Movimiento Latinoamericano de Afectados por Represas. (Vieira, 2023, p. 32)

Em 2018, a ATEMAB entrou na rota do processo da reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, a partir de uma interlocução com as pessoas atingidas e as assessorias técnicas independentes das cidades de Mariana e Barra Longa, respectivamente, a Cáritas-MG e a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS). Flávia Braga Vieira assumia neste período a coordenação do programa, antes uma linha de pesquisa tocada pelo professor Carlos Vainer. Um dado interessante é que Flávia atua no laboratório ETTERN e na ATEMAB desde 1998, quando ainda era estudante de graduação em Ciências Sociais, inicialmente acompanhando a participação do MAB na Comissão Mundial de Barragens. Desde então, ela participou e coordenou dezenas de projetos. Além disso, tanto sua dissertação de mestrado quanto sua tese de doutorado são desdobramentos analíticos dos processos em que atuou através da ATEMAB/ETTERN. Ela conta no livro de 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS UFRRJ, que através deste projeto descobriu ser possível o encontro entre o conhecimento científico e a transformação social a partir da universidade. Também nele descobriu a importância de trabalhar em coletivos de pesquisa multidisciplinares que reúnem acadêmicos de diversas áreas do saber e de vários níveis de formação. Posso dizer que comigo e com as amigas e amigos que passaram pelo projeto não foi diferente. Para mim, especialmente, a ATEMAB se consolidou como um ponto de inflexão não só na minha trajetória, mas também no meu olhar para as

ciências sociais e, principalmente, na forma como passei a me enxergar dali em diante: como uma pesquisadora e uma trabalhadora das ciências sociais.

A equipe que compôs o projeto de assessoria para elaboração e validação de matriz de danos junto às atingidas e aos atingidos pela barragem de Fundão do município de Mariana e Barra longa (MG) também contou com as pesquisadoras e pesquisadores: Alice Giacomini Vainer, Aline Craveiro Cardoso, Allysson Lemos Gama da Silva, Jennipher Taytsohn, Juliana Marques de Sousa, María Julia Giménez, Nildamara Theodoro Torres e Rodrigo de Sousa. Para isso, foram realizadas as seguintes atividades: 1) levantamento de documentos nacionais e internacionais sobre a valoração e indenização de danos materiais e imateriais, tais como jurisprudências no direito trabalhista, do consumidor, securitário e, especialmente, na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH); 2) trabalho de campo (parte da equipe esteve em campo 6 vezes); 3) análise dos danos sistematizados em documentos pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS); 4) ampla revisão de literatura, notadamente nas áreas do Direito e da Sociologia, que pudesse amparar a definição de dano, considerando suas múltiplas dimensões; 5) elaboração de métodos de valoração que consideraram a realidade local das comunidades atingidas, bem como as experiências de casos semelhantes anteriores; e 6) análise e reorganização dos danos elencados na Matriz de Danos da Fundação Renovas²⁵.

Na elaboração da matriz indenizatória do município de Barra Longa, especialmente, os danos, depois de mapeados e identificados, foram organizados segundo os eixos definidos pelos próprios atingidos e atingidas junto com a sua assessoria (AEDAS), a saber: moradia e objetos; agropecuária e soberania alimentar; comércio, trabalho e despesas; saúde e dano moral.

Um dado interessante da nossa experiência formativa com a ATEMAB é que ao longo da trajetória do programa, na relação com outros casos, territórios e assessorias²⁶, nós também fomos nos especializando a partir desses eixos, adquirindo uma certa expertise sobre as categorias e assuntos envolvidos em cada eixo temático, bem como seus parâmetros de valoração. Trabalhei no eixo “moradia e edificações” por mais dois anos ao lado das amigas

²⁵ Todas as atividades aqui elencadas foram distribuídas entre os integrantes da equipe, sendo algumas, inclusive, realizadas em momentos diferentes do projeto. Quando passei a compor a equipe de pesquisa em meados de 2019, o trabalho realizado sob encomenda da Cáritas/MG (assessoria técnica dos atingidos do município de Mariana) para mapeamento e valoração apenas dos danos imateriais do município de Mariana já estava em fase final. Portanto, minha trajetória na ATEMAB se inicia especificamente a partir da experiência com a assessoria técnica (AEDAS) e as pessoas atingidas de Barra Longa.

²⁶ Atuei como pesquisadora da ATEMAB de meados de 2019 até janeiro de 2022. Junto com outros pesquisadores e pesquisadoras, contribuí na construção da matriz de danos para atingidos e atingidas por barragens e realizei consultoria para Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) de diferentes cidades e regiões do estado de Minas Gerais: o rompimento da barragem de Fundão (Mariana, MG), o acionamento do Plano de Ação de Emergência de Barragem de Mineração (PAEBM) da ArcelorMittal do Brasil (Itatiaiuçu, MG) e o rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão (Brumadinho, MG).

Nildamara Torres e Juliana Marques. Nele mapeávamos os danos referentes não apenas às casas atingidas (casas e objetos que foram destruídos ou levados pela lama de rejeitos; casas que tiveram seu acesso obstruído; casas que apresentaram rachaduras ou tiveram suas estruturas danificadas pela circulação de maquinário pesado nas ruas da cidade), como também outras benfeitorias. E isso implicava em dominar plataformas nacionais e regionais de tabelamento de custos no setor de construção civil como CUB (Custo Unitário Básico), TCPOweb (Tabelas de Composição de Preços para Orçamentos, organizada pelo Grupo PINI Ltda) e SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil); identificar tipologias e padrões sociais construtivos; aprender a calcular, por exemplo, o valor de um poço, de uma cerca e até de uma casa de coelho; mas, principalmente, compreender que nenhum tipo de valoração, por mais aproximada do valor monetário do que foi perdido ou danificado, traria de volta aquilo que foi construído com o suor de gerações das famílias atingidas.

Lembro de no fim de um dia de trabalho, debruçada nesse universo de planilhas e documentos que a ATEMAB me apresentava, com um misto de exaustão e encantamento pela profissão, pensar: “nossa! o que pode um cientista social?”. Hoje eu responderia que de fato não podemos tudo, mas gostaria que ao menos o mercado de trabalho entendesse que podemos muito (ou mais do que os cargos e salários geralmente destinados para nós). Concordo com Norma Valencio (2013) que seja mesmo uma pena que o aparato público adie a valorização da abordagem das ciências sociais sobre os desastre.

Matriz de danos e o direito das pessoas atingidas à assessoria técnica independente

As perspectivas antropológicas e sociológicas sobre os desastres da mineração fundamentaram grande parte da nossa análise e reorganização dos danos elencados na matriz indenizatória produzida pela Fundação Renova para o município de Barra Longa. Na verdade, mais que organizamos, construímos com a participação das pessoas atingidas uma outra matriz. Mas, afinal, o que é a matriz de danos?

A matriz de danos é um instrumento que corresponde a uma das várias dimensões da concepção de reparação integral²⁷ segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos: a dimensão indenizatória. Ou seja, é um instrumento para valorar em dinheiro o que foi perdido

²⁷ “De acordo com a sistematização da jurisprudência realizada por NASH (2009), em termos gerais, o conceito de reparação integral aplicado pela Corte IDH inclui as seguintes medidas: a) a investigação dos fatos; b) a restituição de direitos, bens e liberdades; c) a reabilitação física, psicológica e social; d) a satisfação das vítimas (propiciando o reconhecimento público da responsabilidade, medidas para rememorar às vítimas e fatos, programa de bolsas de estudos, medidas socioeconômicas de reparação coletiva, por exemplo); e) a garantia de não repetição de violações (a partir de políticas de educação, formação e mudanças do direito interno, por exemplo); f) indenização compensatória por danos materiais e imateriais” (ATEMAB, 2020, p.47-48).

material e imaterialmente²⁸. Seus dados podem ser levantados a partir de metodologias coletivas ou individuais, mas sua aplicação se limita à forma individual ou familiar, não abrangendo, desta forma, danos referentes aos direitos difusos e coletivos — pois estes demandam outras medidas complementares, como planos e ações coletivas. Resumidamente: a matriz se traduz, ao fim e ao cabo, em uma ou mais planilhas que permitem fazer a soma geral do valor indenizatório a ser recebido por um indivíduo ou família²⁹.

A matriz de danos elaborada pela Renova foi concebida como um instrumento operacional do que a Fundação nomeou de PG-02 - Programa de Indenização Mediada (PIM)³⁰. O objetivo desse programa era reparar os danos “indenizáveis” referentes a imóveis e estabelecimentos comerciais e produtivos (Fundação Renova, 2019), e por “indenizáveis” compreende-se aqui apenas os danos materiais, pois na planilha que tivemos acesso não encontramos danos imateriais, apenas alguns itens classificados de maneira generalizada, como: “Danos Morais por Deslocamento Físico de Estabelecimentos Comerciais Fixos”, com o valor indenizatório de R\$16.000,00 por “impactado”, e “Danos Morais por Interrupção na Atividade”, com valor de R\$10.000,00, ambos destinados a empresários individuais, micro e pequenas empresas e comerciantes informais. Nesse sentido, o PIM se organizava em duas modalidades indenizatórias:

1.2 **Dano água:** definido por situações de desabastecimento de água em função do “impacto direto da passagem da pluma de turbidez pelo Rio Doce” (Renova, 2017 *apud* FGV, 2019, p.21).

2.2 **Dano geral:** caracterizada por “impactos diretos ocorridos na renda, nos bens materiais e imateriais, fatalidades ou desaparecimentos e lesões corporais das pessoas diretamente impactadas” (Renova, 2017 *apud* FGV, 2019, p.21)

²⁸ Os danos materiais são danos emergentes, isto é, aqueles que provocam prejuízo imediato e mensurável ao patrimônio. Já os danos imateriais, além do dano à esfera moral, se inclui também o dano à esfera existencial (art. 223-B, da Lei nº 13.467/2017), ou seja um dano a projeto de vida ou da vida de relações: “O dano existencial consiste na violação ou ofensa a qualquer um dos direitos fundamentais da pessoa implicando em uma afetação negativa em seu projeto de vida ou vida de relações. Essa afetação negativa significa um impedimento ou obstaculização do modo de ser do indivíduo, das relações ou das atividades (de subsistência, laboral, educacional, de lazer, social, cultural etc) por ele desenvolvidas em seu projeto de vida (SABONGI e ALMEIDA, 2017, p. 2798)” (ATEMAB, 2020, p. 35).

²⁹ Trecho citado em um material elaborado pela ATEMAB para o projeto de capacitação e treinamento para o Instituto Guaicuy (Assessoria Técnica Independente das populações atingidas pelo rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão/Vale S.A), realizado entre os meses de fevereiro e maio de 2021. O projeto objetivou a capacitação da equipe do Guaicuy para elaboração dos instrumentos necessários à indenização das famílias atingidas. Além da capacitação dos técnicos, através de oficinas de treinamento, foram feitas análises sobre os diversos estudos já realizados pela assessoria e elaborados relatórios que auxiliaram na construção da matriz de danos indenizatórios de atingidos e atingidas da bacia do rio Paraopeba.

³⁰ Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/pg02_folder_nov2019-1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

Na matriz de danos que tivemos acesso, o “Dano Água” estava atrelado a um eixo denominado “*interferência nos modos de vida*”, demonstrando uma compreensão equivocada e limitada da Fundação Renova sobre o conceito de “modos de vida”. Além disso, as indenizações pela “interrupção temporária do fornecimento de água” eram de R\$880 a R\$1000 por “impactado” — um valor extremamente aquém dos reais impactos sobre a saúde e a renda familiar com a compra de, por exemplo, medicamentos e galões de água mineral. Nos danos correspondentes à categoria “Dano Geral”, encontramos inúmeras propostas indenizatórias subdimensionadas (quase toda a matriz de danos), tais como: um pé (muda) de limão custando menos de R\$5, um pé (muda) de banana por R\$ 2,50 e uma cama de casal por R\$319,99.

Na leitura atenta de toda equipe item a item da planilha de 1.514 danos unitários, não apenas confirmamos a subdimensão das perdas materiais e a negação das perdas imateriais de pessoas e territórios atingidos, como também identificamos diferentes formas de revitimização pela via da reparação. A Renova como gestora da reparação estava, mais uma vez, atuando no sentido de subdimensionar os danos, reduzir os números de vítimas, e fornecer baixos valores de indenização e de custo de terra.

É importante destacar que o PIM foi criado pela Fundação Renova em acordo com as prescrições estabelecidas pelo TTAC nas cláusulas 31 à 38, sob o nome de “Programa de Negociação Coordenada”, um dos programas do eixo socioeconômico do acordo. Destaco a seguir as descrições das cláusulas 33 e 34, pois elas evidenciam parte do protagonismo que a os agentes poluidores (no sentido da legislação ambiental)³¹ assumiram desde o início da gestão da reparação, sendo, inclusive, os responsáveis pela definição dos parâmetros de indenização, dos critérios de elegibilidade dos “impactados”³², e da documentação exigida para a comprovação dos mesmos, na contramão do entendimento firmado na jurisprudência e doutrina brasileira, que assegura a inversão do ônus da prova em matéria ambiental (Souza; Carneiro, 2019).

CLÁUSULA 33: Para implementação do programa previsto na Cláusula Trigésima Segunda, a FUNDAÇÃO deverá estabelecer um programa de negociação, coordenado, dirigido e conduzido por coordenador com formação na área jurídica (“PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO COORDENADA”), o qual deverá gerir o PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO COORDENADA, considerando as especificidades de cada IMPACTADO, as provas colhidas, o valor das indenizações e as modalidades de reparação aplicáveis. (TTAC, 2016, p. 36)

³¹ De acordo com a Lei nº6.938/81, em seu art. 3º, IV, o conceito de poluidor é definido como: “a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental”.

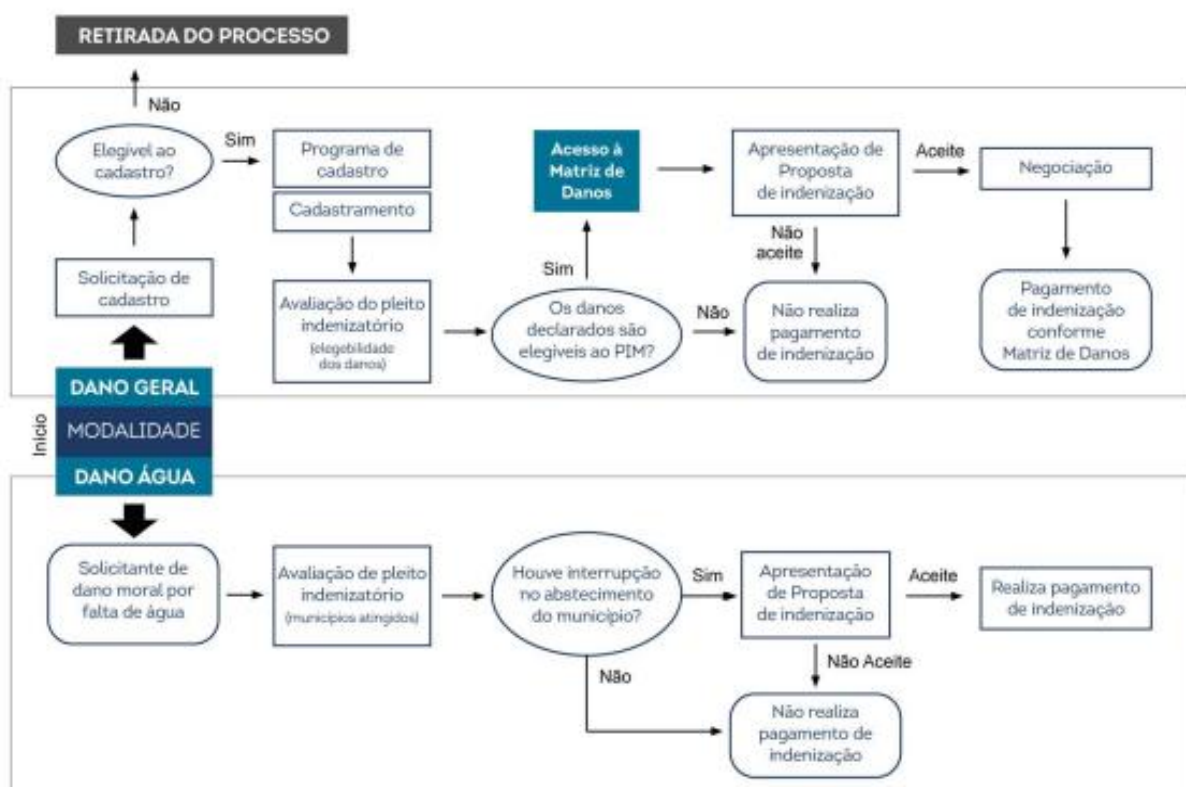
³² Categoria acionada pelo TTAC e, posteriormente, pela Fundação Renova para se contrapor à categoria política de “atingidos” construída historicamente pelo MAB.

CLÁUSULA 34: A FUNDAÇÃO elaborará os parâmetros de indenização considerando as condições socioeconômicas dos IMPACTADOS na SITUAÇÃO ANTERIOR, bem como os princípios gerais da lei brasileira e os parâmetros existentes na jurisprudência brasileira. (TTAC, 2016, p. 36, grifo meu)

PARÁGRAFO SEGUNDO. A determinação da elegibilidade dos IMPACTADOS para o PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO COORDENADA e dos parâmetros de indenização a serem estabelecidos no âmbito do mesmo, será proposta pela FUNDAÇÃO e submetida à validação do COMITÊ INTERFEDERATIVO. (TTAC, 2016, p. 36, grifo meu)

Um outro programa acoplado à estrutura do PIM, elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental, foi o “PG-01 - Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados (PLCI)”. Basicamente, o PLCI operacionalizou o levantamento e a avaliação dos danos às pessoas físicas e jurídicas, bem como às “famílias e comunidades impactadas pelo rompimento da barragem nas áreas em que se constatarem impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais” (SYNERGIA, 2016, p. 6). Sendo o instrumento responsável tanto pela alimentação e atualização da Matriz de Danos, quanto pelo acesso das famílias atingidas à principal modalidade do PIM, ou seja: apenas as pessoas que passaram pelo cadastramento poderiam ser beneficiárias do processo indenizatório fundamentado pela matriz.

Figura 5 — Fluxogramas de indenização por modalidade de dano



Fonte: Elaborado pela FGV (2019).

Contratada pela Fundação Renova, a Synergia iniciou a sua atuação em julho de 2016, e seu trabalho consistia em aplicar uma espécie de cadastro-padrão às famílias atingidas ao longo de toda a Bacia do Rio Doce. Esse cadastro-padrão significou a elaboração de um formulário eletrônico intitulado como “Cadastro Integrado”³³ — um documento extenso e complexo de 578 páginas, organizado em 34 módulos com perguntas de temas variados, sob a justificativa de identificar o público-alvo que seria contemplado com o levantamento de informações relativas às atividades e/ou objetos afetados. Não é preciso muito para a/o leitora/leitor supor de antemão que o cadastro passou a compor parte fundamental do exercício da violência produzida pelos instrumentos de reparação geridos pela Renova. Desde o início de sua aplicação, uma série de questões problemáticas foram apontadas pelas pessoas atingidas, sendo a mais recorrente delas o não reconhecimento, ao longo de todo o cadastro, dos meios e modos de vida de uma população, sobretudo rural composta por agricultores familiares, pequenos produtores, pescadores artesanais, camponeses, grupos tradicionais e étnicos. Além do excesso de informações, o formulário apresentava uma linguagem pouco acessível às populações atingidas e exigia mecanismos de comprovação muito documentais — o que fez privilegiar mais uma vez o ponto de vista urbano, patrimonial e/ou empresarial agroindustrial das empresas sobre a definição de “perdas e danos”, tornando as corporações as verdadeiras detentoras do poder de caracterizar o que é e quanto vale o “dano”, bem como que é ser “impactado”.

Tal orientação patrimonialista resulta ainda em outro problema de fundo associado, a saber, a confusão conceitual entre “reparação” e “reconstrução”. Com efeito, a literatura sociológica, geográfica e antropológica sobre desastres acentua que os processos de recuperação não se confundem com as políticas de reparação, pois a reconstrução não se limita à restituição dos aspectos físicos e materiais afetados e tampouco à reposição de infraestrutura e renda. Não obstante a relevância desses aspectos, os instrumentos previstos para o levantamento dos danos no PLCI não contemplam mecanismos que examinem os domínios fundamentais para o processo de reconstrução, quais sejam: as redes de relações sociais territorializadas (trabalho, parentesco, vizinhança e apoio), formas de significação e uso do espaço e dos recursos, valores culturais, entre outros. A visão patrimonialista e cartorial impede ainda a formulação de perguntas e opções de respostas que incorporem categorias próprias do universo dos entrevistados sobre atividades, por exemplo, de caráter informal, tais como manicures, diaristas, mascates, barqueiros, entre outros. Nesse caso, enquanto fonte de renda e provisão das famílias, devem ser consideradas não apenas atividades formalizadas ou aquelas contempladas nas categorias previamente definidas, mas todo o conjunto das “estratégias de vida” empregadas pelos entrevistados para sua reprodução econômica e social, conforme assinala Oliver-Smith (1993) (GESTA, 2016, p. 9).

³³ O formulário ainda pode ser visto no seguinte endereço eletrônico: https://www.reparacaobaciariodoce.com/wp-content/uploads/2025/01/2-formulario-de-cadastro-integrado_250717.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

Portanto, se o PLCI, programa responsável pela alimentação da matriz de danos e pelo acesso das pessoas atingidas ao processo indenizatório se revelou do início ao fim um verdadeiro desastre, o que foi constituído como dano e, em seguida, valorado, estava longe de fornecer as condições materiais e imateriais para que as pessoas atingidas pudessem reconstruir em alguma medida suas vidas. Foi neste contexto que as assessorias técnicas independentes passaram, então, a ser compreendidas como um direito a ser conquistado pelas pessoas atingidas por condições mais justas e equânimes na correlação de forças durante as negociações com as empresas, reforçando a necessidade de uma equipe técnica autônoma composta por profissionais não vinculados à Samarco. A partir disso, um projeto que conduziria à implementação da assessoria técnica foi encaminhado pela Comissão de Atingidos de Barra Longa à Samarco, após várias reuniões públicas e assembleias realizadas pela comissão, apontando a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) como a instituição escolhida pelas pessoas atingidas do município de Barra Longa (Souza; Carneiro, 2019).

Em 31 de maio de 2017, foi firmado um acordo entre o MPF, o MPMG e as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, que garantiu a contratação da entidade para prestar assessoria técnica às pessoas atingidas e transferiu à Fundação Renova a responsabilidade pelo custeio, por meio de recursos da reserva financeira instituída pelo Termo de Compromisso Preliminar³⁴. A atuação da AEDAS teve início efetivo na cidade de Barra Longa a partir do mês de agosto, com a contratação de 13 profissionais das áreas de direito, arquitetura e urbanismo, psicologia, ciências agrárias, serviço social e engenharia.

Ao seguir dos meses, o que nós vimos foi a Samarco boicotar de todos os jeitos nossa pauta. Fizeram todos os tipos de exigências, insinuaram que a AEDAS não conseguiria prestar o serviço, mentiram dizendo que ela poderia carregar nosso dinheiro, convenceram atingidos a ser contra a Assessoria e a Comissão, etc. Aconteceu de tudo. Mas, como prova da nossa clareza e organização, nós conquistamos! (MAB, 2018)

Em 16 de novembro de 2017, foi assinado o termo Aditivo ao TAP (Termo de Ajustamento Preliminar)³⁵, que reconheceu, por fim, o direito das pessoas atingidas à Assessoria Técnica Independente (MPF, 2017). Como brevemente mencionado no capítulo anterior, o Aditivo ao TAP foi um dos acordos que sucederam ao TTAC, com a prerrogativa de corrigir os erros do grande acordo, principalmente no que dizia respeito à participação da população atingida na condução da compensação e reparação dos danos.

³⁴ Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acordo-barra-longa-1>. Acesso em: 10 jan. 2025.

³⁵ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/aditivo-tap>. Acesso em: 10 jan. 2025.

O trabalho da AEDAS em Barra Longa teve duração de quatro anos, iniciando-se em 2017 e finalizando em 2021. Segundo Verônica Medeiros Alagoano³⁶, ex-coordenadora da AEDAS de Barra Longa, à época do fim do contrato, houve uma forte mobilização para a prorrogação do trabalho da assessoria na cidade, pois dois dos quatro anos de atuação foram atravessados pela pandemia da Covid-19, que impôs desafios diversos para a ATI, mas, principalmente, para as pessoas atingidas, adensando ainda mais as questões acerca da saúde e da renda das famílias, bem como o sofrimento social de uma população que já convivía com os riscos de um ambiente contaminado. Além disso, a avaliação da assessoria era de que o trabalho precisava ter continuidade, devido à não reparação executada pela Fundação Renova, que negou o pedido da AEDAS e da população barralonguense para a manutenção da assessoria na cidade, encerrando, assim, o repasse de recursos.

As disputas e os conflitos em torno das Assessorias Técnicas Independentes, no entanto, seguem ocorrendo e assumindo diferentes contornos em diversos territórios atingidos (Parreiras, 2025), ao passo que o cenário de incertezas e desgastes no qual o processo de reparação ainda se assenta continua em curso.

³⁶ Verônica Alagoano é assistente social, e foi coordenadora da AEDAS — Barra Longa, entre os anos de 2018 e 2021. No período em que entrei em contato com ela, por intermédio da minha orientadora, em julho de 2024, a pesquisa seguia no sentido de compreender algumas questões acerca da saúde e do adoecimento da população atingida em Barra Longa. Meu interesse, então, era o de ouvir um pouco de sua experiência enquanto assistente social e coordenadora da assessoria, bem como o de me atualizar sobre os caminhos práticos que o processo da reparação levou no território nos últimos anos em termos de direitos e garantias para a população atingida. Como fica evidente neste parágrafo, ainda que brevemente, as notícias não foram muito boas: a AEDAS se despediu de Barra Longa em 2021, mas seguia, no ano de 2024, em disputa pelo direito à ATI para população de Barra Longa; o Plano de Ação em Saúde construído com a participação das pessoas atingidas analisando a saúde local foi totalmente desidratado; os equipamentos públicos de saúde em Barra Longa seguiram sem a infraestrutura necessária para assistir os casos de contaminação com rejeitos; e grande parte da população atingida ainda aguardava ser minimamente indenizada e reparada — dimensões que serão tratadas com maior cuidado no Capítulo IV. A entrevista com Verônica foi realizada em 19 de julho de 2024, e em razão do recorte final do objeto de pesquisa, acabou ganhando outros contornos para mim.

Capítulo III

Cidade ruminada: o manejo dos rejeitos em Barra Longa (MG)

Figura 6 — “Viver é ruminar a paisagem”



Fonte: “Menino do rio”, de Luiz Zerbini (1988), série *Paisagens ruminadas*.

Poucos dias após o rompimento da barragem de Fundão, Barra Longa foi inundada por “fragmentos de metrópole” (Uchimura; Faria, 2023), cerca de 500 pessoas trabalhadoras da Samarco e de empresas terceirizadas da construção civil chegavam à cidade para dar início às ações emergenciais na cidade, sem contar a presença de voluntários, pesquisadores e turistas (Souza; Carneiro, 2019). Sob a poeira e o barulho das obras, a pequena cidade beradeira viu a sua paisagem se transformar em um grande canteiro de obras. Se iniciava nesse momento uma nova etapa da gestão da devastação, no qual as ações de reparação passaram a compor a própria experiência do desastre, principalmente a partir da chegada da Fundação Renova.

Neste capítulo, adentro uma das dimensões fundamentais para compreender como a gestão da reparação pela Fundação Renova, e não sem o consentimento do poder público, transformou o desastre em uma entidade ruminante³⁷ na cidade de Barra Longa. Se a cidade é feita essencialmente em movimento, como propõe Michel Agier (2015), isto é, em seu contínuo fazer e desfazer no tempo e no espaço, pretendo captar, aqui, alguns dos momentos em que o desastre se move ao passo em que a cidade é reconstruída — momentos em que o fazer-desastre e o fazer-cidade produzem pontos de intersecção.

A cidade beiradeira

Barra Longa está localizada na Zona da Mata mineira, em uma região caracterizada pelo relevo de mares de morros, com declividades predominantemente médias e baixas (SEBRAE, 2005). O município faz limite com Acaiaca (3.909 habitantes), Ponte Nova (57.776 habitantes), Dom Silvério (5.228 habitantes), Alvinópolis (15.059 habitantes), Mariana (61.387 habitantes) e Rio Doce (2.484 habitantes)³⁸. No que se refere à infraestrutura viária, a principal rodovia federal que corta o município é a BR-120, sendo complementada pelas rodovias estaduais MG-329, MG-262 e MG-326.

Com uma área territorial de 383,628 km² (IBGE, 2022), a cidade é composta por um distrito-sede e 11 distritos, caracterizada, sobretudo, pela grande parcela de área rural, onde encontram situados inúmeros povoados, entre eles: Água Fria, Barreto, Barro Branco, Bico de Pato, Bom Sucesso, Bonfim, Bonito, Caqui Grande, Caqui Pequeno, Castro, Covanca, Cunha, Dobra, Engenho Fernandes, Engenho Silveira, Fragoso, Gesteira, Matipó, Pimenta, Paiol do Cunha, Pouso Alto, Rocinha, São Gonçalo e Taboões (Carneiro, 2020).

Cidade beiradeira do rio Gualaxo do Norte e do rio do Carmo, a experiência urbana da pequena cidade de 5.666 habitantes (IBGE, 2022) sempre esteve atrelada ao caminho dessas águas: das relações socioeconômicas à estruturação de projetos e modos de vida. O rio Gualaxo do Norte nasce nas serranias de Ouro Preto (MG), a nordeste do município, e a Noroeste de Mariana (MG), seguindo seu médio curso a leste, até desaguar no rio do Carmo, em Barra

³⁷ Aquilo que rumina; regurgita e remastiga; remói; rememora.

³⁸ Esses dados são referentes ao último censo divulgado pelo IBGE (2022). Meu intuito aqui, ao informar o número estimado de habitantes, é localizar em alguma medida as dimensões dos municípios mais próximos à Barra Longa. Enquanto atuei na ATEMAB, foi possível identificar que a cidade de Ponte Nova, por exemplo, é responsável por atender um grande contingente da população barralanguense devido à sua infraestrutura, a partir de diferentes demandas de serviços: comércio, equipamentos de saúde, educação, empregabilidade, etc. Obviamente, esse fluxo, que já era comum à população de Barra Longa, se intensificou após o rompimento da barragem de Fundão. É importante destacar que não existe na cidade transporte coletivo, nem linha regular de ônibus intermunicipal, o que faz com que a população recorra a meios de transportes mais precários ou mais custosos.

Longa (Rodrigues, 2012), dando forma a paisagem geográfica que deu origem ao nome da cidade (Uchimura; Faria, 2023): a barra.

Figura 7 — Encontro do rio Gualaxo do norte (à direita) com o rio do Carmo (à esquerda)



Fonte: Basso, 2016. In: Uchimura; Faria, 2023.

Em gênero, a população de Barra Longa no último censo (IBGE, 2022) esteve distribuída em 2.871 mulheres e 2.795 homens, com idade mediana de 43 anos. O município apresenta um índice de envelhecimento de 127,21, o que indica uma população significativamente envelhecida, e isso significa que, para cada 100 crianças de zero a 14 anos, há 127,21 pessoas com 65 anos ou mais. Em um contexto de atingimento, esse dado chama atenção para a centralidade que as formas específicas de vulnerabilidade e de sofrimento às quais pessoas idosas atingidas estão expostas merecem ter. Inclusive, um dos principais danos imateriais identificados por nós da ATEMAB, ao longo das experiências em diferentes territórios atingidos, foi o dano ao projeto de vida relacionado à qualidade no envelhecimento, comumente atrelado à experiência e ao descanso na velhice, após anos duros de muito trabalho, em um lugar com modos de vida rurais e camponeses. A impossibilidade de colher e cuidar dos cultivos, de aguar as plantas, de respirar o ar puro do campo, de ver as crianças crescerem no quintal com segurança e em contato com a natureza, enfim, de usufruir de uma velhice tranquila em um lugar pouco urbanizado, constitui um elemento central desse sofrimento, e, principalmente, da continuidade da experiência com o próprio desastre.

Quanto à composição racial da população, Barra Longa se apresenta como uma cidade majoritariamente negra. Do total da população, 4.150 pessoas se autodeclararam pretas ou

pardas³⁹, o que corresponde a 73,24%⁴⁰ dos habitantes do município (IBGE, 2022). Entre os 26,76% restantes, 1.514 pessoas se autodeclararam brancas, e apenas uma pessoa se autodeclarou indígena⁴¹, dado que, em grande medida, aponta para uma das facetas do extermínio e do apagamento histórico da presença de povos originários na região anteriormente à exploração colonial de Barra Longa, no limiar do século XVIII.

O território que hoje pertence a Barra Longa era predominantemente marcado pela presença dos grupos indígenas denominados de forma pejorativa como “botocudos”⁴², um termo genérico que se refere a grupos étnicos bastante diversos e distintos, como os Kaingang, Xokleng, Krenak e Xetá (Tacca, 2011, p. 91). A denominação colonial, amplamente explorada pela literatura científica, fazia referência aos adornos auriculares e labiais feitos de “madeira leve e branca” ou “de ossos, seixos ou pedras de cores, usadas nos lábios” (Rezende, 2003, p. 38) — os botoques —, tipicamente usados pelos agrupamentos indígenas que viviam na região. Um dos grupos identificados como “botocudo” são os autodenominados *Borum do Watu* (indígenas do rio Doce), reconhecidos oficialmente pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) como o povo Krenak⁴³ (Pascoal; Zhouri, 2021), que atualmente vivem em um território atingido a 350 quilômetros de Barra Longa. Além do povo Krenak, pesquisas como a de Irene Nogueira de Rezende (2008) documentam a presença dos povos puris e caetés na região, que foram imprensados para a zona da mata mineira na medida em que os colonizadores portugueses invadiram e devastaram suas terras no litoral do Espírito Santo e da Bahia.

³⁹ A categoria racial “negro/a” representa o agrupamento das categorias raciais pretos e pardos. Em números exatos, 1.165 pessoas se autodeclararam como pretas e 2.985 pardas.

⁴⁰ Em gênero, a população de Barra Longa no último censo (IBGE, 2022) esteve distribuída em 2.795 homens e 2.871 mulheres, com idade mediana de 43 anos. Com o índice de envelhecimento de 127,21, a cidade se demonstrou bastante envelhecida. Isso significa que para cada 100 crianças de zero a 14 anos há 127,21 pessoas com mais de 65 anos. Em um contexto de atingimento, este dado chama atenção para as formas específicas da vulnerabilidade e do sofrimento social com que pessoas idosas atingidas estão expostas. Um dos danos imateriais que identificamos nas experiências com territórios atingidos a partir da ATEMAB, foi o dano ao projeto de vida relacionado à qualidade no envelhecimento, caracterizado, sobretudo, pela a experiência e à vida na velhice em um território com características rurais e campesinas, tais como: não poder colher e cuidar dos cultivos, aguardar as plantas, respirar o ar puro do campo, ver as crianças crescerem no quintal, enfim, ter uma velhice tranquila em um lugar pouco urbanizado.

⁴¹ De acordo com a nota metodológica fornecida pelo IBGE sobre o Censo Demográfico de 2022, “definiu-se como indígena a pessoa residente em localidades indígenas que se declarou indígena pelo quesito de cor ou raça ou pelo quesito se considera indígena; ou a pessoa residente fora das localidades indígenas que se declarou indígena no quesito de cor ou raça. Por essa razão, o total de pessoas indígenas é superior ou igual ao total de pessoas de cor ou raça declarada indígena, nos diferentes recortes” (IBGE, 2022)

⁴² Os botocudos também eram chamados de Aimoré, conhecidos na literatura indigenista por sua resistência e pela prática da antropofagia (Tacca, 2011).

⁴³ Segundo Rezende (2003), as designações “Guerén, Gren ou Kren” seriam os termos de autodesignação dos grupos denominados como botocudos.

Figura 8 — Borum do Watu



Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo / APE – Associação de Pesquisa Étnica, patrimonial e ambiental Walter Garbe. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/indios-botocudos-do-rio-doce-walter-garbe#prettyPhoto>. Acesso em: 15 dez. 2025.

Nota: Série de fotos de Walter Garbe sobre os “botocudos” do rio Doce, de 1909, na Barra do rio Pancas, entre Colatina e Barbados (ES). O fotógrafo de origem alemã ficou conhecido pelos raros registros sobre os botocudos no início do século XX, época em que já se contabilizavam poucos sobreviventes após o massacre colonial aos povos originários das margens do rio Doce. Um outro aspecto que se destaca em sua obra é a proximidade em que práticas culturais e gestos foram registradas, tais como: fazendo o fogo, tocando flautas, simulando a caça, e olhares curiosos para o evento fotográfico (Uchimura; Tacca, 2021)

Retomando, agora, a configuração contemporânea do município, ao contrário de Mariana, Barra Longa não possui relação direta com a atividade mineradora. Os moradores e moradoras da região encontram (ou encontravam) seu sustento, majoritariamente, nos pequenos comércios que abastecem a cidade ou nas fazendas do entorno como trabalhadores rurais; no garimpo; em prestações de serviços; no artesanato e na pesca (ATEMAB, 2019) — atividades que dialogam com os meios e modos de vida dos 74 povos e comunidades tradicionais, quilombolas e ribeirinhos⁴⁴ no município mapeados pela Política Municipal de

⁴⁴ É importante destacar que, anteriormente ao desastre, não se falava, em termos de políticas públicas, dessas comunidades tradicionais em Barra Longa. Este dado é, antes de tudo, resultado da organização do povo atingido.

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais⁴⁵, instituída pela lei nº 1535, em 25 de junho de 2024.

Na geografia extrativista, a cidade está situada às margens do Quadrilátero Ferrífero (QF), uma região que apresenta “concentrações econômicas de Fe, Au, Mn, Al e topázio” (Dorr II, 1959 *apud* Rodrigues, 2012, p. 10), sendo considerada uma das mais importantes áreas de exploração mineral do Brasil e uma das maiores províncias poliminerálicas do planeta (Mansur *et al.*, 2016). É no sudeste do QF que se instalaram os complexos de exploração mineral empreendidos pela Vale e pela BHP Billiton: inicialmente, por meio da extração a céu aberto de minério de ferro no Complexo de Germano, em operação desde 1977, localizado na Serra do Caraça, em Bento Rodrigues (Mariana, MG); e posteriormente, após o esgotamento da mina de Germano, em 2009, no Complexo de Alegria, Mariana (MG). De acordo com a tese de Aline Rodrigues (2012), intitulada *Caracterização da bacia do rio Gualaxo do Norte, MG, Brasil: avaliação geoquímica ambiental e proposição de valores de background*, grande parte do material contaminante associado à exploração aurífera realizada há séculos nas margens da bacia do rio do Carmo foi disponibilizada nos canais fluviais por meio dos rejeitos provenientes das minas de ouro localizadas em Ouro Preto e Mariana. Ou seja, mesmo antes do rompimento da barragem de Fundão, a autora identificou a existência de estudos científicos que já apontavam concentrações elevadas de arsênio (As), associadas à influência histórica da mineração de ouro (Au) ao longo da bacia hidrográfica do rio Doce⁴⁶.

No entanto, é importante destacar que o tipo de mineração que historicamente se desenvolveu em Barra Longa se deu a partir da atuação de garimpeiros que extraíam ouro ao longo das margens dos rios Gualaxo do Norte e Carmo por meio de técnicas tradicionais, como a fiação⁴⁷. Com o uso de instrumentos como a bateia, os garimpeiros lavavam o material nas

⁴⁵ Em 25 de junho de 2024 foi instituída a lei de nº 1535, de Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, pautando-se pelo desenvolvimento de ações integradas e articuladas pelos diversos órgãos da administração direta e indireta do Município de Barra Longa/MG. Infelizmente, não encontrei dados mais apurados sobre os métodos com os quais este levantamento foi realizado. Os nomes das 74 comunidades estão descritas no documento. Disponível em: <<https://www.barralonga.mg.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/01-PL-Povos-e-Comunidades-Tradicionais-Barra-Longa-MG.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

⁴⁶ A exposição crônica ao Arsênio à saúde humana inclui o aumento do risco de câncer, doenças vasculares, cutâneas, gastrointestinais, diabetes melitus, neuropatias, entre outras (Rodrigues, 2012).

⁴⁷ Segundo o site/museu virtual “Caminhos de Memória”, construído sob a gestão da reparação pela Fundação Renova, a prática da fiação consiste em uma “[...]série de procedimentos que empregam o uso de poucos equipamentos (tidos como rudimentares em comparação a equipamentos automatizados empregados na mineração industrial) no sentido de tornar mais eficiente a extração do ouro de aluvião. Entre eles se destaca a bateia ou carumbé, espécie de bacia ou recipiente de boca larga e fundo côncavo utilizado para revolver a mistura de areia, cascalho e metais preciosos retirada dos leitos dos rios”. Disponível: <https://caminhosdememoria.com.br/faiacao-2/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

próprias águas dos rios para separá-lo da lama. A atividade tem dialogicidade com o que Uchimura (2022) nomeou de “gênese capitalista” da pequena cidade, associada diretamente à expansão territorial do ciclo do ouro de aluvião, definido como “partículas de ouro, sedimentadas e misturadas ao barro como resultado geológico da contínua dinâmica gravitacional das correntezas pluviais” (Uchimura, 2022, p. 116).

A abundância do ouro de aluvião no território atraía garimpeiros e aventureiros vindos das capitanias do nordeste e do sudeste pela possibilidade de enriquecimento rápido. Foi nesse contexto que o império português passou a se preocupar em controlar a região para garantir que o ouro cruzasse o oceano e, “[...] revertidas para o reino, permitissem sobretudo o saldo de relações comerciais deste com a Inglaterra” (Uchimura, 2022, p. 117). A chegada do colonizador português Matias Barbosa da Silva, no início do século XVIII, a pedido do então governador da capitania de Minas Gerais, Artur de Sá de Menezes, compôs parte desse projeto.

O autor retrata ainda que, após guerrear por anos na Colônia de Sacramento, Matias Barbosa foi incumbido pela corte portuguesa de empregar suas capacidades bélicas na expulsão e na colonização dos povos originários das margens do rio Doce, que dificultavam a atuação do império na implementação do projeto de expansão do domínio régio sobre os sertões mineiros. E, apesar de serem profundos conhecedores da mata, os povos que ali viviam foram progressivamente vencidos “pelos maquinários e pela pólvora ferreamente empregados pelos brancos, em uma guerra que atravessou os séculos” (Uchimura; Faria, 2023, p.494).

Riquíssimo e poderoso em armas, Matias Barbosa não apenas se instalou no território, como também cravou o seu nome no mito de origem da formação do vilarejo que passou a ser chamado de “Barra de Matias Barbosa”⁴⁸. É também nesse contexto histórico que se inicia a ocupação de pessoas negras escravizadas no território barralenguense, cujo trabalho forçado era direcionado tanto à extração do ouro das margens dos rios Gualaxo do Norte e Carmo quanto às lavouras agropecuárias de abastecimento. Nesse contexto, a partir da decadência do ciclo do ouro de aluvião, a atividade agropecuária consolidou-se como a principal base econômica do município — aspecto que, em grande medida, se mantém até os dias atuais.

Esse processo histórico de formação do município, ainda que aqui apresentado de forma mais sintetizada, não produziu apenas a conformação espacial e demográfica de Barra Longa, mas também estabeleceu as bases a partir das quais se estruturaram desigualdades persistentes

⁴⁸ A formação administrativa de Barra Longa, segundo os dados IBGE, se deu da seguinte maneira: I) Em 1740, é criado distrito com a denominação de Barra Longa; II) Em 1911, o distrito de Barra Longa passa a pertencer à Mariana; III) Pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, o distrito de Barra Longa deixa de pertencer ao município de Mariana para ser anexado do município de Ponte Nova, em 1933; e, por fim, IV) Barra Longa é elevado à categoria de município pela lei estadual nº 148, de 17-12-1938.

no planejamento urbano. Tais desigualdades foram remobilizadas a partir do rompimento da barragem de Fundão, principalmente quando o processo de reconstrução da cidade passou a recriar e aprofundar as experiências racializadas de viver a cidade, como acompanharemos mais adiante.

A monstruosidade se vestiu de rejeito

Depois que a lama acordou a maioria dos moradores de Barra Longa, ninguém mais voltou para a cama. Ficaram esparramados pelas partes altas da cidade, nos morros, apertados e ilhados nas casas de amigos, vizinhos e familiares. Alguns se amontoaram na beira do Rio do Carmo até às 6h, em vigília, aguardando o momento em que aquele bicho marrom, gigante e fétido, perderia forças e a vontade de destruir coisas, e recuaria definitivamente dali. Às 6h30, ele para de crescer e de invadir a cidade. Estaciona no mesmo nível. Fica fácil medir quanto o Carmo subiu. A mancha amorfa marrom vai até o teto das casas, no pé das pontes, na parte onde começam os galhos verdes dos bambus e na metade das palmeiras reais da avenida principal. Preenche tudo. E ficaria estacionada ali pelos próximos três dias (Salvo; Mendes, 2016)

Buscando notícias mais atuais sobre o município, identifiquei que a última vez que Barra Longa ganhou grande repercussão no cenário midiático, regional e nacional, anteriormente ao rompimento da barragem de Fundão, foi entre os anos de 2011 e 2013, a partir da proliferação de depoimentos referentes aos ataques de uma criatura “peluda, de dentes, unhas e olhos grandes e apetite voraz” (Antunes, 2013) a moradores, animais e pescadores que se arriscavam à beira do rio: o “Caboclo D’água”⁴⁹.

Interessada em saber um pouco mais sobre a entidade, encontrei o artigo de Simone Mendes (2012), intitulado *A lenda do Caboclo D’água: uma trajetória enunciativa folkcomunicação*, no qual a autora mapeia, do ponto de vista discursivo, a (re)construção da lenda por veículos midiáticos e por moradores locais. Entre as diversas narrativas e versões identificadas pela autora, o caboclo d’água foi descrito como: um “monstro meio lagartixa, macaco e galinha que ataca às margens do Rio do Carmo, de Mariana até Barra Longa” (Mendes, 2012, p. 116); o espírito de um garimpeiro que, insatisfeito com sua condição de escravizado, foi morto ao tentar fugir e lançado no rio por um capitão do mato; e um gigante, defensor das águas, que habita as profundezas do rio São Francisco em uma gruta totalmente feita de ouro, assombrando barqueiros e embarcações⁵⁰.

⁴⁹ TV EDUCAR. Caboclo d’água aterroriza Barra Longa. YouTube, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sL-aKW9cybE>. Acesso em: 03 jan. 2024.

⁵⁰ Na fronteira aquática entre Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), o Caboclo D’água ganha o nome de “nego D’água”. Há, inclusive, uma escultura imponente do guardião das águas com 12 metros de altura, instalada no lado baiano do rio São Francisco. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/nego-dagua-e-iara-estao-banhados-pela-agua-no-submedio-sao-francisco-em-um-cenario-que-nao-se-via-desde-2009/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

Figura 9 — Caboclo D’água, de Deivison Silvestre.



Fonte: Uchimura (2022).

Os testemunhos sobre o encontro com Caboclo D’água na região da Zona da Mata mineira levaram à criação, em 2008, da ACAM (Associação dos Caçadores de Assombração de Mariana)⁵¹, por ideia do jornalista Leandro Henrique dos Santos, redator do jornal local “O Espeto”, que já escrevia sobre lendas e causos de aparições (Machado, 2018). A princípio, o objetivo principal da ACAM era realizar estudos e registros da entidade nos municípios de Mariana e Barra Longa. De acordo com a reportagem realizada por Sara Antunes (2013), os membros da ACAM, durante as buscas pelo caboclo d’água, realizavam expedições munidos de câmeras fotográficas, lanternas, redes, aparelhos de Sistema de Posicionamento Global (GPS), facões, armadilhas com sensores e essência de carne de bezerro para espalhar ao longo do percurso do rio do Carmo. Dedicados a registrar a existência do caboclo d’água, a ACAM ofereceu na época a recompensa de R\$10.000,00 para quem conseguisse fotografar a criatura, e R\$1.000,00 para quem se dispusesse a servir de isca viva, em uma jaula a ser lançada ao rio (Werneck, 2013). A oferta atraiu os vaqueiros mais destemidos da cidade que realizavam vigílias e mais vigílias no rio, e inúmeros fãs do universo sobrenatural.

⁵¹ Segundo Bárbara Machado (2018), a ACAM desempenha um importante papel na preservação do patrimônio cultural da região da Zona da Mata mineira, realizando trabalhos em diversos setores, como vigilância ambiental, educação patrimonial para crianças, e a preservação das lendas. Disponível em: <<https://lamparinaufop.wordpress.com/2018/12/21/a-associacao-de-cacadores-de-assombracao-de-minas-gerais-e-o-patrimonio-cultural-dos-inconfidentes/>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

A comoção pela figura do caboclo d'água, bem como a movimentação turística que o assunto gerou na cidade, levou o governo municipal de Barra Longa a se envolver com a relação da cultura local com a entidade. E, no dia 10 de setembro de 2011, a prefeitura promoveu uma festa no portal da cidade para celebrar a inauguração de duas estátuas do Caboclo D'água, projetadas a partir da arte pictórica de Deivison Silvestre: uma com 2 metros e outra com 80 centímetros (a maior foi colocada no portal de entrada da cidade). As estátuas, esverdeadas, com estrutura de ferro e fibra de vidro e “carnação” de bucha vegetal, foram encomendadas pela prefeitura e construídas pelos artistas Ayrton Pyrtz e Ricardo Conegundes Resende, ambos da cidade vizinha, Ponte Nova (Uchimura, 2022).

Figura 10 — Estátua do Caboclo D'água em Barra Longa



Fonte: Fotografia de Maria Paola de Salvo Fonte (Salvo; Mendes, 2016)

Descrito como “grande, marrom e com um assobio horroroso” (Salvo; Mendes, 2016), o “monstro” que se escondia nas águas do Carmo e do Gualaxo do Norte, como todo bom guardião, parecia pressagiar o que Barra Longa vivenciaria poucos anos após a inauguração tão celebrada das estátuas esverdeadas na sede da cidade: no dia 06 de novembro de 2015, às 23hrs, a cidade localizada a cerca de 50 km da barragem de Fundão (Carreiro; Milanez, 2022) foi atingida por uma estrondosa onda de lama. A monstruosidade, agora revestida de rejeitos, se rompeu.

Meu avô, minha mãe e meu pai, minha família, falavam assim: “Olha, lá em cima tem um monstro. E se um dia esse monstro romper, ele acaba com tudo que tá aqui embaixo, ele destrói tudo que nós levamos ano para construir, ele mata os nossos”. Na época se falava que era uma represa que tinha lá em cima, que ela era um monstro. Eu escutava meu avô falando assim. O rio ficava todo vermelho, sujo direto, os peixes boiavam no rio. **O pessoal falava assim: “Ó! a Samarco soltou minério lá em cima hoje”**. Eu tenho quarenta e três anos, eu era pequenininha. Eu cresci ouvindo isso. A gente não sabia de nada. [...] Mas aí mal sabia o meu avô que, treze anos após a sua morte, a profecia se cumpriu, né? É! – destruiu realmente. O monstro tava lá em cima. O monstro tinha vida. O monstro se rompeu. Aquilo que ele contava não era um conto, não era um mito. Realmente este malvado deste monstro estava lá. (Silva, 2021, p.44, grifos meus)

Até o rompimento da barragem de Fundão, a Samarco já acumulava, desde 1996, 19 infrações notificadas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM-MG), pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA-ES), contabilizando a média de uma infração por ano. O relato anteriormente citado por Simone Silva remonta, inclusive, um dos casos mais graves de vazamentos de polpa dos minerodutos⁵² no curso dos rios, ocorrido em 2006 (PoEMAS, 2016), que comprometeu o consumo de água para os moradores e moradoras de Barra Longa. Dados que fomentam a hipótese de que o desastre, para além de um processo, é um projeto, cujos riscos, já integrados ao cálculo econômico das atividades mineradoras, se configuram como meros “constrangimentos ecológicos” que atravessam, mas não interditam, o caminho de acesso a novas oportunidades de lucro (Teixeira, 2012) — ao passo (e ao custo) em que, a fogo lento, pequenos povoados são transformados em paisagens de exposição.

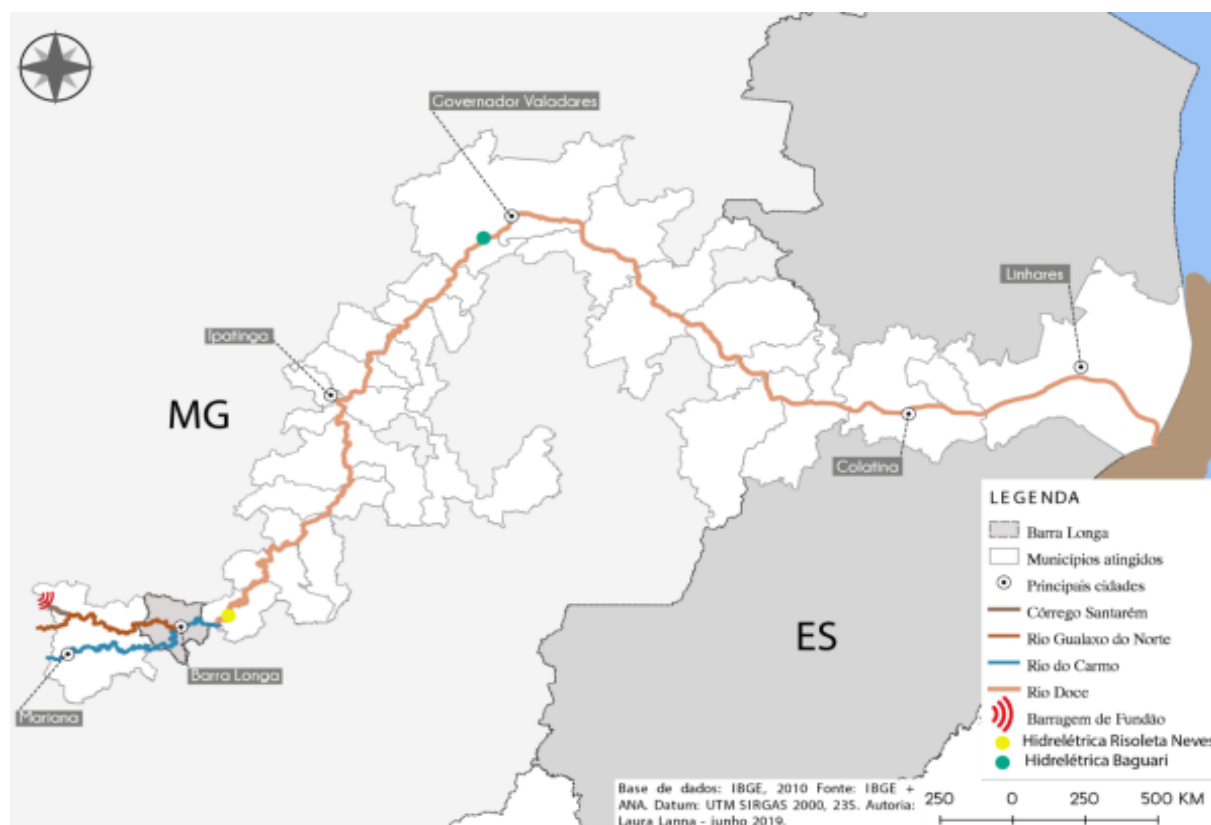
Exposição é o termo que expressa o vínculo entre lugares e corpos. À medida que se desenvolve “um regime químico de vida no qual as relações moleculares se estendem para fora do reino orgânico e criam interconexões com paisagens, produções e consumos” faz-se necessário atentar para esses vínculos que transformam bairros em paisagens de exposição, paisagens que inscrevem e acumulam nos corpos dos moradores as marcas de suas trajetórias de vida e de trabalho. (Teixeira, 2012, p. 258)

A chegada da lama em Barra Longa não estava prevista pelo Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), elaborados pela Consultoria Brandt Meio Ambiente, e analisado pela Fundação do Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM-MG) na abertura do processo de licenciamento ambiental referente à barragem de Fundão, em 2005. Segundo PoEMAS (2016), o EIA previa que, em caso de rompimento, os impactos se restringiriam às áreas de influência preestabelecidas tecnicamente, que seriam: as

⁵² Neste caso, a Samarco foi multada por apenas R\$32,9 mil. De acordo com PoEMAS (2016, p.7), “em 2008, quase 2 mil m² de polpa vazaram em Anchieta (ES), resultando numa multa de R\$ 1,6 milhões; e em 2010, o município de Espera Feliz (MG) teve que decretar situação de emergência por conta da contaminação da água que abastecia 30 mil pessoas e a mineradora pagou módicos R\$ 28 mil”.

três barragens, isto é, a barragem de Germano, a barragem de Fundão e a barragem de Santarém, mais o povoado de Bento Rodrigues. Uma aposta bem distante do que a realidade veio a se configurar. Os rejeitos não só alcançaram Barra Longa, como percorreram mais de 650 km da foz do rio Doce até desaguar em Linhares, no litoral do Espírito Santo. Estima-se que foram liberados 44,1 milhões de m³ de rejeitos, um volume similar ao Pão-de-açúcar (RJ) (Ramboll, 2019a, p.217).

Figura 11 — Percurso dos rejeitos



Fonte: Carneiro (2020).

Chegando em Barra Longa pelo rio Gualaxo do Norte, a pororoca de rejeitos atingiu primeiramente a comunidade rural de Barretos⁵³, localizada no leste do município, próximo à divisa com Mariana. Depois, seguiu para Gesteira, até a chegada na sede municipal da cidade, devastando grande parte do seu perímetro urbano⁵⁴. A lama levou casas, equipamentos de

⁵³ De acordo com os dados levantados por Carneiro (2020) aproximadamente 37 edificações foram afetadas no momento imediato da passagem da onda de rejeitos, 23 destas eram residenciais. Além disso, a comunidade teve impactos na mobilidade e acessos, especialmente pelos danos às vias e pontes que a ligam à Mariana e à sede de Barra Longa.

⁵⁴ Imagens aéreas de Barra Longa (MG) registradas por drone poucos dias após o rompimento da barragem de Fundão, em 2015. Vídeo publicado na plataforma YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=oJf2W-d5k6>. Acesso em: 10. fev. 2025.

trabalho, fotografias, móveis, utensílios carregados de memória, documentos, quintais, animais, plantações e árvores frutíferas que cresceram junto a gerações de famílias. Produziu impactos na distribuição de água e energia elétrica, no esgoto e na iluminação pública. Impediu o acesso às vias públicas, devastou igrejas, escolas, comércios, equipamentos públicos, patrimônios culturais, espaços de lazer e, sobretudo, planos e sonhos, tal como descreve Simone Silva no trecho citado a seguir:

Apagou realmente a minha história, a história da minha família, das comunidades abaixo da barragem. Destruíu mesmo, tudo o que a minha avó levou anos pra construir foi embora em questão de segundos. São segundos. Vocês não têm noção o que é você ver a sua moradia, a sua casa, a sua história sendo levada. Minha avó ficava assim: “ah, meu sofá descendo ali, as minhas vasilhas”. Porque, em roça, quem conhece roça sabe, têm aquelas prateleiras com aquelas vasilhas todas, assim, ariadas, brilhando nas prateleiras. “Ah lá minha panela, meu tacho, minha vasilha, ali descendo ali” (Silva, 2021, p. 44).

De forma acumulativa, o rompimento da barragem de Fundão produziu violações complexas que impuseram não apenas o deslocamento físico das pessoas atingidas, como também o deslocamento severo de histórias, trajetórias, meios e modos de vida

O Plano de Manejo de Rejeitos — ou, a lama que ficou

Figura 12 — A lama no distrito-sede de Barra Longa



Fonte: Fotografia de Caio Santos (Greenpeace Brasil, 2017).

Dentre os 42 programas socioeconômicos e socioambientais geridos pela Renova⁵⁵, ao menos três foram criados para responder o destino dos rejeitos depositados ao longo do percurso atingido, são eles: 1) PG009 – Recuperação da UHE Risoleta Neves; 2) PG023 – Manejo de Rejeitos; e 3) PG024 – Sistemas de Contenção de Rejeitos. Para pensar uma das principais tecnologias do fazer do desastre em Barra Longa, vamos nos ater aqui a falar do PG023, o programa responsável por definir as diretrizes, as técnicas, as metodologias, os indicadores e critérios para todas as tomadas de decisão acerca da gestão dos rejeitos depositados nos territórios. A construção do Plano de Manejo de Rejeitos foi orientada pelas seguintes cláusulas do TTAC:

CLÁUSULA 150: Caberá à FUNDAÇÃO realizar estudos de identificação e de avaliação detalhada da ÁREA AMBIENTAL 1, considerando a SITUAÇÃO ANTERIOR e os efeitos derivados do EVENTO.

CLÁUSULA 151: Caberá à FUNDAÇÃO realizar o manejo de rejeitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, conforme resultados decorrentes dos estudos previstos neste programa, bem como considerando os fatores ambientais, sociais e econômicos da região. PARÁGRAFO ÚNICO: Inclui-se no manejo de rejeitos referido no caput a elaboração de projeto e as ações de recuperação das áreas fluviais, estuarinas e costeiras, escavação, dragagem, transporte e disposição final adequada e/ou tratamento in situ.

CLÁUSULA 152: Caberá à FUNDAÇÃO efetivar a disposição de rejeitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, a serem quantificados conforme estudos previstos neste programa, incluindo cronograma, tratamento e destinação ecologicamente adequada, mediante aprovação pelos ÓRGÃOS AMBIENTAIS.

CLÁUSULA 153: As atividades de manejo e de disposição de rejeitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão previstas neste programa buscarão propiciar a geração de renda para a população impactada, caso economicamente viável, na forma prevista nos PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS. (TTAC, 2016, p. 70-71)

O primeiro PMR arquitetado pela empresa Jacob CH2M para ser operado pela Fundação Renova, conhecido como o PMR “geral”⁵⁶, foi aprovado⁵⁷ pela deliberação do Comitê Interfederativo (CIF) nº 86/2017⁵⁸, em julho de 2017. O plano geral utilizava de uma metodologia de localização que media a distância em quilômetros desde a foz do primeiro rio afetado (nascente do rio Doce) até o seu encontro com o mar, em Regência (ES), dividindo as regiões atingidas três grandes zonas: Zona A: segmento entre a barragem de Santarém e a Usina

⁵⁵ Disponível em: <https://www.reparacaobaciariodoce.com/programas/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

⁵⁶ De acordo com Carneiro (2020), denomina-se o termo “geral” para designar o PMR revisão 1, o qual dispõe sobre toda área atingida de Mariana/MG a Regência/ES. É importante salientar que esta denominação surge para diferenciar o primeiro documento dos volumes complementares, elaborados posteriormente, cuja finalidade foi operacionalizar a aplicação do PMR a partir da divisão do território em trechos específicos, na tentativa de implementar alternativas de manejo consideradas mais adequadas,

⁵⁷ Dentro deste PMR existiam 6 projetos para o atendimento das obrigações do TTAC: 1) Caracterização ambiental detalhada da Área Ambiental; 2) Plano de Manejo de Rejeitos; 3) Monitoramento da Qualidade do Ar; 4) Gestão de Áreas Contaminadas; 5) Estudos Complementares; e 6) Proteção do sistema lacustre do Baixo Doce (CIF, 2018)

⁵⁸ Disponível em: https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif/arquivos/deliberacoes/2017/cif-2017-08-04-deliberacao_86.PDF. Acesso em: 10 mar. 2025.

Hidrelétrica Risoleta Neves; Zona B: segmento entre a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves e a foz do Rio Doce; e Zona C: zona costeira próxima à foz do Rio Doce (Carneiro, 2020). No entanto, por serem muito abrangentes, as três zonas foram segmentadas em cinco áreas e subdivididas em 17 trechos que consideravam os aspectos físicos dos processos de deposição dos materiais sólidos carregados pelo evento, as características dos cursos de água e seu relevo, além da abrangência espacial das áreas afetadas. Os trechos que compreendem a cidade de Barra Longa são os trechos 9 e 10 (Carneiro, 2020). O trecho 9 possui aproximadamente 58 km de extensão, incluindo o curso do rio Gualaxo do Norte até seu encontro com o rio Carmo, abrangendo o município de Mariana e duas comunidades rurais de Barra Longa, Barretos e Gesteira; e o trecho 10 possui aproximadamente 25 km de extensão, correspondendo a maior parte da área territorial do município, com início no encontro do rio do Carmo com o rio Gualaxo, se estendendo até a confluência com o rio Piranga, que marca o início do rio Doce (Renova, 2023, p.13).

De acordo com o diagnóstico realizado pela Ramboll (2019b), os PMRs direcionados aos trechos de Barra Long apontavam para as seguintes alternativas de manejo⁵⁹: a) Remoção mecanizada de rejeitos situados nas margens dos rios com posterior disposição em áreas preparadas para esta finalidade ou **reutilização como material na construção civil**; b) Proteção de margens dos rios para controle de erosões - enrocamento e bioengenharia; c) Plantio de mudas de vegetação nativa para recomposição florestal e adequações nos caminhos das águas (drenagens); d) Enriquecimento do solo, regularização da superfície do terreno para melhorar os caminhos das águas (drenagem), restituição das atividades agropecuárias e monitoramento; f) Implantação de sistemas experimentais (projeto piloto) para tratamento das águas dos rios por métodos convencionais e naturais e; g) Capeamento natural do rejeito localizado no interior dos rios. As imagens apresentadas a seguir permitem observar como essas diretrizes foram traduzidas em práticas concretas no território.

⁵⁹ Disponível em: https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/pg23e24_folder_nov2019.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

Figura 13 — Técnica de bioengenharia: enrocamentos

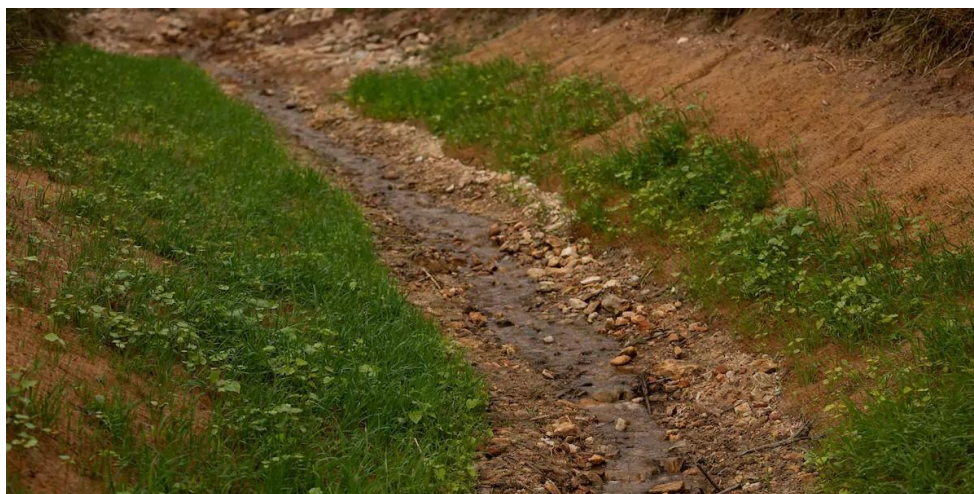


Fonte: Programa 23 – Manejo de rejeitos. Reparação Bacia do Rio Doce. Disponível em:

<https://www.reparacaobaciariodoce.com/programas/23-manejo-de-rejeitos/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

Nota: Imagem dos enrocamentos aplicados nas margens e calhas do rio do Carmo e do rio Gualaxo do Norte. De acordo com a descrição fornecida pelo site “Reparação bacia rio Doce”, os enrocamentos são utilizados para proteger o solo contra os efeitos da erosão. A imagem está datada em 28 de agosto de 2020, Mariana (MG).

Figura 14 — Vegetação ciliar nas margens e calhas do Rio Carmo e do Rio Gualaxo do Norte



Fonte: Programa 23 – Manejo de rejeitos. Reparação Bacia do Rio Doce. Disponível em:

<https://www.reparacaobaciariodoce.com/programas/23-manejo-de-rejeitos/>. Acesso em: 15 abr. 2025

Nota: Imagem da vegetação ciliar nas margens e calhas do Rio Carmo e do Rio Gualaxo do Norte. De acordo com a descrição fornecida pelo site “Reparação bacia rio Doce”, em janeiro de 2018, foi iniciado o processo de recomposição da mata ciliar, com o plantio de espécies de árvores nativas. A imagem está datada em 28 de agosto de 2020, Mariana (MG).

Figura 15 — Técnica de renaturalização no rio Gualaxo do Norte



Fonte: Programa 23 – Manejo de rejeitos. Reparação Bacia do Rio Doce. Disponível em:

<https://www.reparacaobaciariodoce.com/programas/23-manejo-de-rejeitos/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

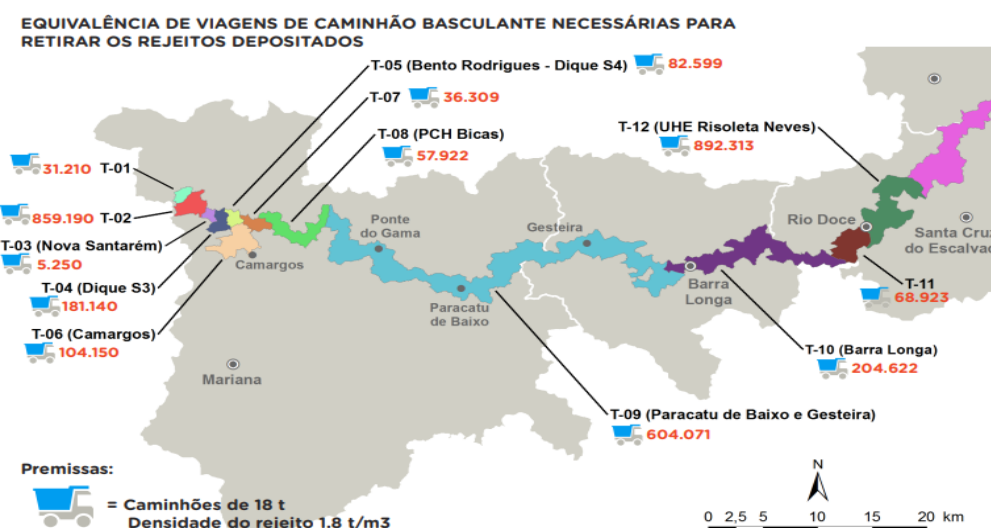
Nota: Aplicação da técnica de renaturalização no rio Gualaxo do Norte (Mariana-MG), por meio da instalação de troncos e galhos de madeira em seu leito. Segundo a descrição fornecida pelo site “Reparação bacia rio Doce”, “o uso dessas estruturas naturais visa restabelecer o processo ecológico e as características dos habitats físicos, promovendo a diversificação de peixes e macroinvertebrados bentônicos”.

A dissertação de mestrado da geógrafa Laura Carneiro (2020), intitulada *Novas narrativas: o plano de manejo de rejeito pela cartografia social em Barra Longa/MG*, apontou que o PMR apresentou, desde o princípio, desrespeito e menosprezo à contextualização local e à inclusão das pessoas atingidas nos processos de tomadas de decisões. A autora argumenta ainda que, nem mesmo com a vigência de outros acordos que sucederam o TTAC, criados sob a prerrogativa de ampliar a participação das pessoas atingidas nas decisões relativas às medidas de reparação e reconstituição, houve alterações substanciais nos volumes subsequentes do PMR. Um explícito exemplo de como o TTAC estabeleceu dimensões estruturantes e, por isso, pouco contornáveis, no sistema de governança do desastre na bacia hidrográfica do rio Doce.

A cartografia social conduzida por Carneiro contou com a participação de três grupos de base de moradoras e moradores da comunidade de Barreto, do centro de Barra Longa e da comunidade de São Gonçalo. Uma das maiores preocupações apresentadas pelas pessoas atingidas em relação ao PMR era justamente a principal proposta metodológica do plano: a não retirada dos rejeitos no território. Carneiro (2020) descreve que, em todos os grupos, houveram relatos que associavam a relação entre a presença dos rejeitos e a aparição de doenças respiratórias como também a perda de fertilidade do solo.

A partir de notas técnica emitidas CT-GRSA, como a Nota Técnica CT-GRSA n.º 14/2019⁶⁰, é possível identificar que tanto o posicionamento do poder público, representado pelo CIF, quanto da Fundação Renova, de fato, assumiram a permanência definitiva do rejeito no território, cabendo primordialmente “medidas de remediação” e “monitoramento”. A retirada total dos rejeitos, nesse sentido, foi assumida como uma hipótese tão complexa, quanto impossível. O mapa abaixo, elaborado pela Ramboll (2019b), ilustra essa complexidade ao comparar a quantidade de rejeitos com o número de viagens que seriam necessárias utilizando caminhões basculantes com capacidade de até 18 toneladas.

Figura 16 — Equivalência de viagens de caminhão basculante para retirada dos rejeitos



Fonte: Ramboll (2019b)

Em números, desde as ações emergenciais, iniciadas em 2016, até o ano de 2021, dos 3,2 milhões de m³ depositados ao longo de todo território de Barra Longa, apenas 157 mil m³ foram removidos (GEPSA; AEDAS, 2021) das áreas urbanas e rurais da cidade. Parte desses rejeitos “removidos”, no entanto, foram realocados e reutilizados para áreas que, num primeiro momento, não haviam sido invadidas pela lama. Essas áreas foram denominadas pelo PMR como “Área de Disposição de Material Excedente” (ADME). A partir da leitura da dissertação de Carneiro (2020), foi possível identificar as duas principais localidades escolhidas pela Samarco e pela Fundação Renova para o depósito dos rejeitos em Barra Longa: I) **o Parque de Exposições e o campo de futebol dos Rodoviários**, localizados na comunidade quilombola

⁶⁰ (CIF, 2019)

ribeirinha Volta da Capela, situada no início da área urbana de Barra Longa, próxima à entrada da principal via de acesso à cidade, a via MG-32; e II) o **Aterro Fazenda Vista Alegre**, localizado a 500 m das margens do rio Gualaxo do Norte.

O poder da Fundação Renova de marcar o ritmo da reparação

Antes de retomar a discussão sobre o manejo de rejeitos para as ADMEs escolhidas pelo PMR, gostaria de finalizar este capítulo falando com um pouco mais de fôlego sobre o que o CIF representou para o sistema de gestão da reparação, sobretudo porque esse dispositivo compôs um lugar importante na arquitetura criada para a participação de pessoas atingidas dentro da gestão da reparação.

O CIF foi criado a partir do TTAC (2016) para ser uma instância externa e independente em relação à Fundação Renova. O comitê era integrado essencialmente por representantes do poder público, encarregados para definir as prioridades na implementação dos programas socioambientais e econômicos da reparação, bem como o monitoramento dos resultados⁶¹. O TTAC previa sua integração por 2 representantes do Ministério de Meio Ambiente; 2 representantes do Governo Federal; 2 representantes dos Estados de Minas Gerais e 2 do Espírito Santo; 2 representantes de municípios atingidos de Minas Gerais e 1 do Espírito Santo; e 1 representante do CBH-Doce (Melendi; Lopo, 2021). Além disso, o CIF também poderia criar Câmaras Temáticas, convocando outros representantes do poder público.

Em 2018, o TAC-Gov — o acordo que visava a substituição do sistema de governança construído pelo TTAC — incorporou algumas cadeiras para representantes de pessoas atingidas ao CIF, acrescentando ao corpo de integrantes: 3 cadeiras para pessoas atingidas ou técnicos indicados por elas, e 1 técnico indicado pela Defensoria Pública. Além disso, o acordo estabeleceu a criação de 11 Câmaras Técnicas⁶² — uma espécie de órgão técnico-consultivo “com a função de assessoramento e consulta ao CIF no desempenho de sua finalidade de orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução das medidas impostas no TTAC”

⁶¹ O TTAC estabeleceu a criação de um Painel Consultivo de Especialistas como um dispositivo de mediação em caso de possíveis divergências entre o CIF e a Fundação. O principal objetivo do painel consultivo era evitar a chegada dos conflitos a instâncias judiciais.

⁶² Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS); Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA); Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI); Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA); Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água (CT-Flor); Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social (CT-PDCS); Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET); Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT); Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade (CT-Bio); Câmara Técnica de Saúde (CT-Saúde); e Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT-Infra). Disponível em: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif/atas-cts>>. Acesso em: 03 abr. 2025.

(TAC-Gov, 2018, p. 2). Para as câmaras técnicas⁶³, ficaram asseguradas às pessoas atingidas 2 cadeiras para membros titulares e 2 cadeiras para membros suplentes, podendo contar com o apoio das assessorias técnicas independentes. Além disso, o acordo previa uma rede de Comissões Locais de pessoas atingidas, que se articularam territorialmente em até seis Câmaras Regionais para propor revisões e mudanças nos programas e projetos da reparação.

Segundo o acordo, as Câmaras Regionais constituiriam os “fóruns de discussão, de organização participativa das pessoas atingidas e de interlocução e composição com a Fundação” (TAC-Gov, 2018, p.12) no corpo dos Conselhos de Curadores, que seria composto por 9 membros: 2 membros indicados pela articulação das câmaras regionais ou técnicos escolhidos pelas pessoas atingidas; 1 membro indicado pelo CIF; e 6 membros indicados pelas empresas (Samarco, Vale e BHP Billiton)⁶⁴, sendo 1 especialista em “temas ambientais e ecológicos”, 1 em “temas socioeconômicos” e 1 especialista em uma das áreas de sustentabilidade, jurídica, terceiro setor ou processos participativos e mediação. No entanto, como apontado por Lucila Melendi e Rafael Lopo (2024) em seus amplos estudos sobre a estrutura de governança do sistema de reparação no rio Doce, as cadeiras das “Câmara Regionais” no Conselho Curador nunca foram ocupadas pelas pessoas atingidas.

Em 2018, um Termo de Ajustamento de Conduta “Governança” (TAC Gov) incorporou cadeiras para representantes das “Câmaras Regionais” de atingidos pelo desastre no Conselho Curador (Brasil, 2018a), mas elas nunca foram ocupadas pelos atingidos que, inúmeras vezes (inclusive ao serem consultados antes da assinatura do acordo), se manifestaram contrários a essa proposta. Além do mais, as empresas mantiveram um número suficiente de cadeiras para garantir quórum e maioria em qualquer votação, sem precisar negociar com os representantes do CIF nem dos atingidos. Por outro lado, enquanto não existe possibilidade de vacância nas cadeiras das empresas (Fundação Renova, 2019, art. 21), o Conselho tem funcionado de **forma permanente sem a participação de atingidos**, que nunca ocuparam os dois lugares reservados aos representantes das Câmaras Regionais. (Melendi; Lopo, 2024, p. 92, grifos meus)

O Conselho Curador foi instituído pelo TTAC (2016) para a elaboração de um esquema mínimo de governança interna da Fundação, sendo o órgão de gestão mais hierárquico da Fundação Renova, que tinha, inclusive, a capacidade de vetar qualquer iniciativa em desacordo com as suas “mantenedoras”, Vale e BHP Billiton. Como descrevem Melendi e Lopo (2024), algumas das extensas atribuições do Conselho Curador se constituíam em eleger e substituir a

⁶³ Cada câmara técnica deveria ser composta por 2, atingidos, 1 representante do Ministério Público e 1 da Defensoria Pública.

⁶⁴ Segundo Melendi e Lopo (2024), o Conselho Curador, entre os anos de 2018 e 2022, teve três representantes da Vale, três da BHP e nenhum indicado pela Samarco. De acordo com os autores, nos anos em que a Fundação Renova foi mantida por recursos emprestados pela Vale e a BHP Billiton à Samarco, as duas cadeiras da Samarco no Conselho Curador foram divididas entre as duas “mantenedoras secundárias”.

qualquer momento os Diretores Executivos, indicar o Gerente de Compliance, aprovar os projetos a serem executados e o orçamento anual. Além disso, é o Conselho Curador que definia os “critérios de elegibilidade” das pessoas atingidas aos diferentes programas.

A última palavra na Fundação Renova está no Conselho Curador, um órgão que muitas vezes é referido pelos funcionários diretamente como “as mantenedoras”, em referência às empresas fundadoras. Tal Conselho foi estabelecido dentro de um esquema mínimo de governança interna da fundação instituído no TTAC (Brasil, 2016, p. 97-98). Para além dele, o acordo também estabeleceu um Conselho Fiscal e algumas Diretorias Executivas. O Conselho Curador tem um papel regulador, deliberativo e de controle administrativo da instituição. Entre suas funções, estão: aprovar os planos de trabalho das diretorias, deliberar sobre as contratações de empresas terceirizadas e empregados, controlar mensalmente o relatório de compliance e segurança no trabalho, **definir os “critérios de elegibilidade” dos atingidos aos diferentes programas**, estabelecer as diretrizes para a negociação de indenizações e aprovar os fornecedores para obras, como as dos reassentamentos. O Conselho também pode resolver sobre a extinção da entidade. Ou seja, todas as decisões necessárias para o funcionamento da organização estão concentradas nesse espaço, que se reúne uma vez por mês em Belo Horizonte ou, especialmente após a pandemia de Covid-19, remotamente (Melendi; Lopo, 2024, p.91, grifos meus)

Ainda que o CIF tenha sido criado para demarcar as prioridades na implementação dos programas socioambientais e econômicos da reparação, a Fundação Renova, ao longo de quase 10 anos, teve a liberdade para definir como implementá-los, conservando para si o poder de marcar o ritmo da reparação, bem como o poder de fazer esperar, protelar ou simplesmente não executar aquilo que fora recomendado pelo CIF (leia-se, poder público), e com o PMR não foi diferente. Estas são dimensões importantes para pensar aquilo que Ayuero (2011), ao se debruçar sobre questões acerca da pobreza, do sofrimento ambiental e de políticas de espera, nos fala de uma tempografia da dominação. O tempo, gerenciado, neste caso, pelas corporações, se torna parte integrante fundamental do exercício de dominação sobre os territórios e sujeitos que esperam, criando uma região temporal no qual margens, no sentido mesmo de Das e Poole (2004), vão sendo produzidas dentro e a partir do processo da reparação.

Um parque de exposições: da lama ao pó

[...] Aqui em Barra Longa, onde a pruma de rejeito passou, se constrói um campo, se constrói um parque de exposição. Então, são essas coisas que a Câmara Técnica tem que dar sugestão [...]. E aí, sobre os acordos, sobre a questão do TTAC, a participação dos atingidos é garantida pelo TTAC. Então, o que acontece? (CIF, 2024)⁶⁵.

⁶⁵ Fala de um representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa presente na ata da 76ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de infraestrutura.

Mediante autorização da gestão municipal da época (2012-2016), o Parque de Exposições e o campo de futebol dos Rodoviários⁶⁶ receberam aproximadamente 39.355 m³ de rejeitos retirados do leito do rio do Carmo e das ações emergenciais de limpeza das casas e das vias públicas da área central da cidade (Fundação Renova, 2023), principalmente da Praça Lino Mol, o local em que a lama chegou a alcançar 8 metros de altura (MAB, 2017). Esses espaços comunitários possuíam grande importância para a população barralonguense, especialmente para as moradoras e os moradores de Volta da Capela, que os utilizavam como locais de lazer, convivência e celebração. Eram frequentados por crianças, jovens e adolescentes, além de serem os locais onde aconteciam os encontros comunitários e os eventos festivos da cidade, como as festas rurais e as festas dos padroeiros.

O campo de futebol fica localizado nas imediações do parque e recebeu a maior parte dos rejeitos transportados, inicialmente por maquinários da Samarco e, posteriormente, pela Fundação Renova, que assumiu a gestão da reparação em agosto de 2016. De acordo com dados fornecidos pelo relatório técnico “‘As Is’ da área urbana e periurbana de Barra Longa/MG”, produzido pela SRK CONSULTING (2023) para a Fundação Renova, o alteamento do campo de futebol considerou um aterro de 5,50 m de altura composto por rejeito compactado, em uma área total de 1,275 ha.

Segundo as alegações da Fundação Renova (2019) esta escolha se deu sob a justificativa de que no período emergencial não havia locais suficientes e com licenciamento ambiental para deposição dos rejeitos, sendo o parque de exposições e o campo de futebol, situados em Volta da Capela, as áreas mais próximas da região central. Além disso, as ruas de Volta da Capela, como a Rua Sr. Bom Jesus e a Rua Sinval C. da Silva foram utilizadas pela Samarco como o acesso alternativo para a cidade, uma vez que a via MG-326 ficou completamente interditada pelo volume de rejeitos (Ramboll, 2019a). A Fundação definiu, ainda, que a reconstrução do parque de exposições e do campo de futebol aconteceria em seus locais originais. Para isso, as pilhas de rejeitos foram compactadas e misturadas com areia para que ambas as infraestruturas pudessem ser reconstruídas acima do rejeito aterrado (CIF, 2019a).

⁶⁶A Samarco foi multada pelo IBAMA em mais R\$1 milhão por omissão de informações no Plano de Monitoramento e Qualidade do Ar sobre a existência do depósito de rejeitos no campo de futebol e no parque de exposições (IBAMA, 2016).

Figura 18 — Reconstrução do parque de exposições e alteamento do campo de futebol



Fonte: Arquivo pessoal de Aleteia Flávia, liderança quilombola de Volta da Capela.

Com as obras de reconstrução do parque e a compactação dos rejeitos no campo de futebol dos Rodoviários, Volta da Capela passou a conviver cotidianamente com a poeira de rejeitos, na medida em que a lama ressecou. Sob a justificativa de impedir a dissipação da poeira, principalmente durante as obras ocorridas entre os anos de 2016 e 2017, toda a extensão do território de Volta da Capela foi cercada com tapumes pela empreiteira contratada pela Fundação Renova. Os “tapumes da vergonha”, como passaram a chamar as pessoas atingidas, também cercavam as casas da comunidade, deslocando as famílias de Volta da Capela à condição de presas “dentro do próprio canteiro de obras”.

Figura 19 – Tapumes da Coragem



Fonte: MAB (2017).

Nota: Em 9 de maio de 2017, sob a organização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), moradoras e moradores de Volta Capela, realizaram uma intervenção nos tapumes instalados pela Samarco na comunidade, transformando os chamados “tapumes da vergonha” em “tapumes da coragem”. Os tapumes receberam frases carregadas de denúncia, como: “É a Samarco levando lama aonde a tragédia não chegou”, “A Europa manda seu lixo para a África. A Samarco manda lama para o parque”, “Ser pobre é crime? Porque a Samarco tem nos condenado?” “Aqui há famílias vítimas de racismo ambiental.”, “Lama e dor no parque foi a Samarco quem colocou”.

A poeira é um elemento central da forma como o desastre ainda é processado em Barra Longa, pois compõe a lida cotidiana dos moradores com os rejeitos que permaneceram no território. Diversos relatos de pessoas atingidas encontrados por mim na ata de uma audiência pública na Câmara Municipal da cidade, realizada em 22 de novembro de 2019, apontavam que

para ser uma pessoa atingida em Barra Longa bastava apenas respirar, estar vivo: “*se você respira, você é atingido*”; “*somos todos contaminados, aqui em Barra Longa só não é contaminado quem não respira. Se o ar está contaminado, somos todos contaminados*”. Dentre as falas de pessoas atingidas na audiência, encontrei esta de um morador de Volta da Capela, “*aonde o povo respira e não é atingido*”, e gostaria de retomá-la. Sua fala evidencia um processo de estigmatização produzido pelo poder das corporações de delimitar os espaços físicos do desastre e definir quem tem ou não o direito de ser reconhecido e reparado como pessoa atingida, neste caso: I) ser morador de Volta da Capela; e II) não ter a sua casa invadida pela lama de rejeitos no momento imediato do rompimento da barragem.

Eles tiraram a lama da praça e colocaram no bairro Volta da Capela, **aonde o povo respira e não é atingido, porque a lama tá na porta da casa deles lá**. E na Volta da Capela, eles costumam falar que o povo de lá, e fala com o povo aqui do centro, que o povo de lá são aproveitadores. Aproveitadores! [Aplausos da Assembleia] Aproveitadores é o nome que eles dá pro pessoal do bairro Volta da Capela. Esse é o nome que eu já cansei de ouvir funcionário da empresa falar... “Aonde aquele cara foi atingido? Eles está aproveitando da Renova” [...] (MPF, 2019, p.53).

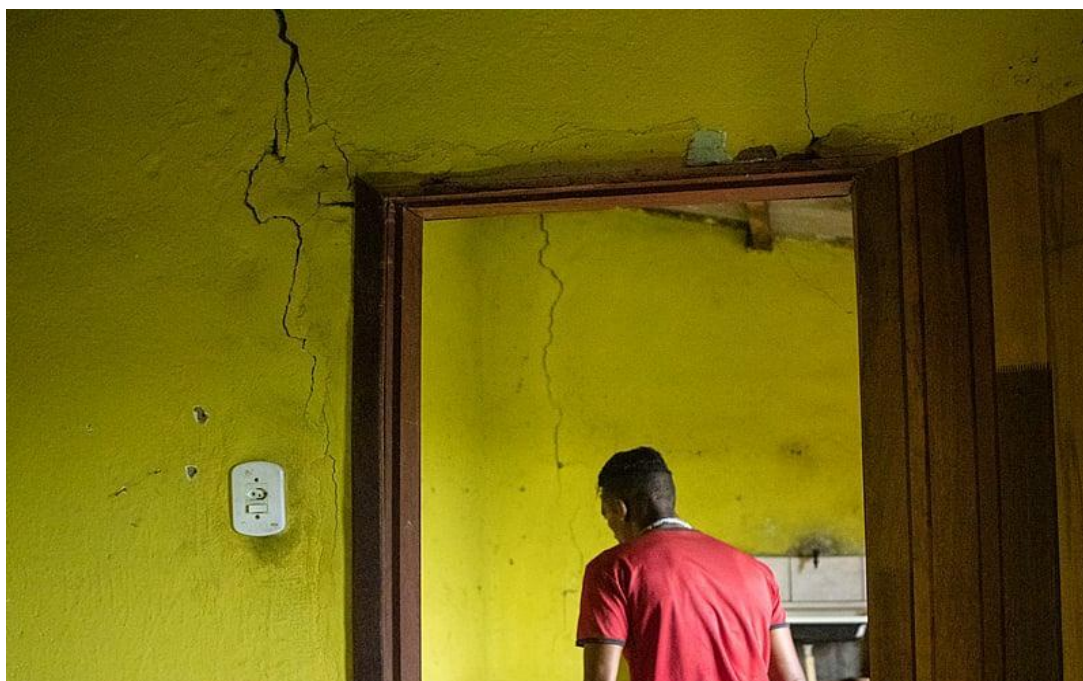
A leitura corporativa sobre o desastre, aqui, reduz mais uma vez a situação de crise ao período emergencial, e desqualifica moralmente as vítimas cujas experiências revelam justamente o contrário. A acusação feita pelos funcionários da Fundação Renova revela ainda a instabilidade do conceito de “pessoa atingida”, que seria aquele ou aquela que, reconhecidamente e legitimamente, detém o direito de ser recompensado(a) e reparado(a). Relembrando os estudos de Carlos Vainer (2003) em torno dessa disputa conceitual, a concepção adotada pela Fundação Renova remete a uma concepção hídrica do que é ser atingido, ou seja: o atingido, aqui, é o inundado. Tal concepção constitui, na realidade, uma das expressões da perspectiva predominante entre corporações e empreendimentos: a concepção territorial-patrimonialista, que tende a circunscrever o problema a duas dimensões principais:

[...] o **território atingido é concebido como sendo a área a ser inundada e a população atingida é constituída pelos proprietários fundiários da área a ser inundada**. Nestas circunstâncias, a ação do empreendedor resume-se a avaliar e negociar as desapropriações, do que se desincumbe seu departamento de patrimônio imobiliário (ou similar). Na verdade, a perspectiva territorial-patrimonialista vê a população como uma obstáculo a ser removido, de modo a viabilizar o empreendimento (Vainer, 2003, [s.d], grifos meus)

A experiência cotidiana com o desastre em Volta da Capela expõe os limites e a violência da concepção territorial-patrimonialista, inclusive quando o problema passa a atingir diretamente as casas das pessoas consideradas atingidas, não pela inundação em si, mas pelas próprias práticas de gestão e condução da reparação do desastre. Segundo o levantamento

realizado pela AEDAS, até o ano de 2018, aproximadamente 400 edificações sofreram abalos estruturais relacionados ao fluxo intenso de veículos como tratores, máquinas pesadas e caminhões transportando rejeitos e pedras para a região (AEDAS, 2018). Um dado que, muito possivelmente, se ampliou, uma vez que o tráfego de caminhões e maquinários permanece até os dias de hoje, visto que as obras de reconstrução da cidade ainda não foram concluídas.

Figura 20 — Rachaduras



Fonte: Stropasolas (2020).

A condição de “zona de passagem” para as ações da Samarco e, posteriormente, da Fundação Renova, forjou diferentes modos de fazer-desastre em Volta da Capela, que não foi invadida pela lama no momento do rompimento da barragem, mas foi invadida pelas corporações na medida em que as políticas e ações de reparação foram desenvolvidas. Neste caso, em específico, da produção de rachaduras e abalos nas estruturas das casas, os danos materiais sobre as casas se deflagram em custos com consertos e reformas realizadas muitas vezes por conta própria, afetando não só a economia doméstica e a própria integridade da casa, como também produzindo um sofrimento social que acompanha o sofrimento físico e emocional das pessoas atingidas. A casa é um elemento em torno do qual diversas práticas — laborais, materiais e familiares — se articulam no fluxo ordinário da vida das pessoas (Motta, 2020; 2021). As casas operam as relações entre pessoas e seus objetos, são, ao mesmo tempo, lugares de memória e de cuidado, espaços imaginados e de construções materiais, são

mercadorias, mas também são a realização da possibilidade de experiência de uma família. Concordo com antropóloga Eugênia Motta quando ela afirma em seus estudos etnográficos que fazer a casa também tem a ver com fazer a si mesmo e o mundo que se habita, e esta é uma dimensão que a concepção territorial-patrimonialista predominante nos processos de reparação parece estar longe de incorporar.

Capítulo IV

Vida beira-rio: bordando memórias da Volta

Figura 21 — Mulheres, águas e crianças



Fonte: Fotografia de Flávia de Aleteia Machado (2025).

Não foram muitas as informações que encontrei sobre Volta da Capela, para além do dado de que esta foi a região que recebeu o maior volume dos rejeitos retirados da sede de Barra

Longa. A imagem de Volta Capela que se forjou para mim, ao passo em que fui coletando dados em documentos técnicos produzidos no processo da reparação, bem como em trabalhos acadêmicos, foi a do Parque de Exposições – paisagem que se tornou o cartão postal da atuação da Fundação Renova na cidade. Isso ficou ainda mais evidente quando, ao fazer algumas perguntas sobre o Parque de Exposições à Aleteia Flávia, liderança quilombola de Volta da Capela, ela me respondeu com a seguinte dúvida: “Você está falando especificamente do parque, você não está falando da comunidade como um todo, né?!”.

Figura 22 — O novo parque de exposições



Fonte: Reis (2023).

Nota: O Parque de Exposições foi inaugurado no dia 12 de novembro de 2022, com o nome “João Rezende de Oliveira”. A nova infraestrutura é composta por um edifício sede, vestiário, galpões de gado, curral, estábulos de equinos e um palco⁶⁷. Na parte superior central da foto é possível ver o campo de futebol alteado, e à direita, o rio do Carmo. O novo Parque de Exposições vem sendo chamado pela população de Barra Longa de “elefante branco” da Renova.

Neste último capítulo, tento reconstruir parte da experiência vivida em Volta da Capela, a partir da interlocução com Aleteia Flávia Machado. Busco registrar aqui bordados, memórias com as águas, práticas ribeirinhas e a importância histórica do território para Barra Longa, confrontando a narrativa única de que Volta da Capela se resume ao título de região que recebeu

⁶⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/v/1AWNATvsPC/>>. Acesso em: 20 mai 2025.

o maior volume dos rejeitos retirados da sede da cidade, ou à imagem do novo Parque de Exposições.

Cotidiano beira-rio

Aleteia Flávia é quem dá início à nossa conversa ao falar sobre a importância histórica de Volta da Capela para a memória da cidade de Barra Longa: *“iniciou-se aqui dentro, né, da comunidade da Volta”*. Ela me conta que foi no alto da comunidade que a primeira igreja da cidade foi fundada, a capela de São José da Barra do Gualaxo. Os mais velhos e as mais velhas narram que a capela foi destruída por uma forte chuva, e que a única coisa que restou dessa época foi um cruzeiro, situado hoje em uma região que, antes, era ocupada por um antigo cemitério *“onde enterravam os nossos antepassados, muitas das vezes vivos”*. Seu relato remonta à paisagem da composição clássica da ocupação inicial do sistema de freguesias implementado no período colonial: um núcleo formado por uma igreja matriz instalada, invariavelmente, nas proximidades das margens de um rio.

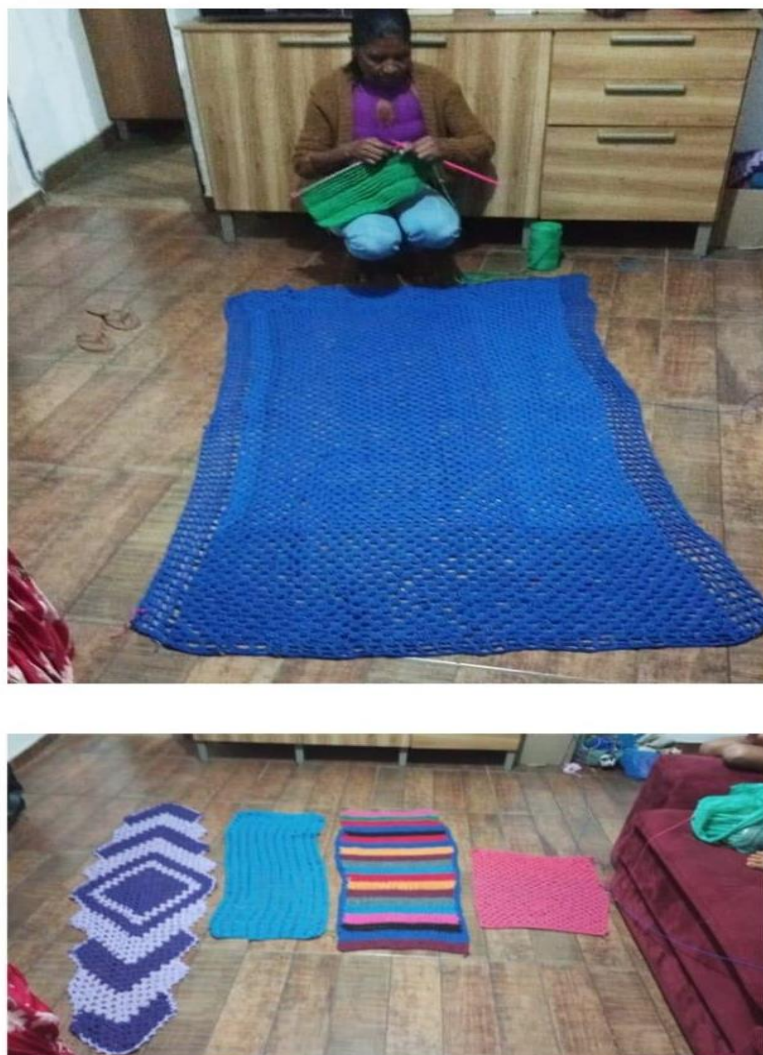
Volta da Capela está localizada nas imediações do ponto de encontro do rio Gualaxo do Norte com o rio do Carmo, o patrimônio paisagístico que deu origem ao nome da cidade, como já mencionado. Foi nesta localidade que uma das fazendas de Matias Barbosa, mais especificamente a antiga sede da Fazenda da Barra, ou dos Fidalgos, se estabeleceu⁶⁸. Aleteia, no entanto, menciona que essa versão da formação histórica de Barra Longa associada à comunidade da Volta é frequentemente deslegitimada e silenciada. E a isso ela credita o racismo que o território sempre vivenciou, inclusive anteriormente ao rompimento da barragem de Fundão.

Existe essa discriminação contra a comunidade. Infelizmente sempre existiu, sabe. Mesmo antes desse episódio da barragem de Fundão, já existia, né. As pessoas tinham medo de passar dentro da comunidade, sabe. As pessoas, né, enfim, que vinham, porque, assim, a gente era taxado lá fora, a comunidade era taxada como coisa, assim, coisa de outro mundo. [...] Nunca mencionaram essa questão exatamente. Deve ser por isso, por vergonha, sei lá. É discriminação mesmo, discriminação, né. Pra eles é, como se diz, a favela, né?! (Aleteia Flávia - Entrevista realizada em 14 abr. 2025).

⁶⁸ Parte dos dados aqui descritos podem ser encontrados em um trabalho vinculado ao Plano de Reparação das Referências Culturais das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, realizado pela Fundação Renova em cooperação com a Unesco. Ou seja, o mesmo ator social que levou a lama de rejeitos para Volta da Capela, é o mesmo que, anos depois, vai legitimar a região como um patrimônio histórico atrelado à “origem” da cidade. Aqui, vale retomar a importância da análise das corporações como formas sociais, que extrapolam as concepções padrões das corporações como “sólidas, unificadas, autoconscientes e auto-presentes que implacavelmente maximizam lucros e externalizam danos” (Welker et. al, 2011, p.5, tradução minha). O documento está disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000390075>>. Acesso: 15 abr. 2025.

Em contrapartida a esse histórico silenciamento, Aleteia tem tecido um trabalho minucioso de cuidado sobre a memória da comunidade. Em sua casa, tem reunido peças feitas de bordados tradicionalmente produzidos pelas mulheres, uma das principais práticas culturais e econômicas não somente de Volta da Capela, mas também de toda a cidade. O fazer têxtil já chegou a ocupar a segunda posição de geração de emprego e renda da cidade, de tal modo que Barra Longa já foi considerada a capital brasileira da renda (Morais, 2021).

Figura 23 — Bordando memórias da Volta



Fonte: Na imagem, Celma Aparecida, bordadeira da comunidade da Volta. Fotografias de Aleteia Flávia (2025).

Além disso, Aleteia tem recolhido relatos das mais velhas e dos mais velhos para remontar as histórias de seus ancestrais que ali foram escravizados. Seu objetivo é que, futuramente, os bordados, e outros objetos e registros importantes para a história da comunidade, estejam em

um espaço que possibilite a conscientização, a produção e o cuidado com os saberes tradicionais: uma “casa de memória” gerida pelos próprios moradores e moradoras. Importante mencionar que o trabalho em reunir relatos, memórias e testemunhos se intensificou no último ano, em que ela e outras moradoras de Volta da Capela iniciaram a mobilização para o processo de certificação da região pela Fundação Palmares como um território “quilombola ribeirinho”⁶⁹.

Eu falei que enquanto tiver sangue na veia, eu vou incomodar esse povo mesmo, eu vou correr atrás. Porque não adianta, porque tudo que Deus proporciona é a gente saber, e a gente correndo atrás também. Muito mais agora, né?! Depois de tudo isso aí, a gente está buscando informação perante a questão do quilombo ribeirinho, né?! Então você vai chegando, tendo mais evidências, né?! Só comprovando mesmo o que as pessoas contam, se ela não foi escrita.

Eu comecei no ano passado. A gente já estava na luta aqui, mas aí meio que estava assim, meio que stand-by. Estava paralisado. E aí tudo começou a ficar mais firme mesmo a partir de um congresso que eu fui lá na Lagoa do Nado, em BH, sabe?! Sobre quilombo, o reconhecimento do quilombo. E, dali em diante, eu dei sequência. Fui levantar, fazer pesquisa na casa dos mais velhos. Eu tenho umas nove entrevistas, sabe?! Eu dei sequência, no sol quente, desempregada. Aí eu falei assim, bom, vou cair pra dentro, vou me sentir firme, sabe?! E até mesmo conscientizar as pessoas também, explicar. Assim, não é fácil não, mas a gente já está, assim, bem encaminhado, sabe?! Graças a Deus! Lógico que ainda falta, mas nós já temos o protocolo e tal. Nós estamos no aguardo (Aleteia Flávia - Entrevista realizada em 14 abr. 2025)

Outras comunidades ribeirinhas de Barra Longa viveram um processo similar em relação à luta pelo reconhecimento como terra de quilombo, a exemplo de Gesteira, que recebeu o certificado de quilombo pela Fundação Palmares em outubro de 2024. Assim como a Volta da Capela, Gesteira é uma comunidade centenária que vive às margens do rio Gualaxo do Norte. Foi um dos territórios mais arrasados pela lama de rejeitos, e vive nos últimos anos uma intensa luta pelo reassentamento das famílias que perderam suas casas e pelo reconhecimento dos danos referentes à saúde das pessoas atingidas. Em diversos momentos da entrevista, inclusive, Aleteia se referiu à luta do povo de Gesteira como um exemplo a ser seguido, “*Eles são guerreiros, guerreiros mesmo, sabe?! E vencedores, porque eles não desistem. Está nos ensinando*”.

Em diversos documentos técnicos, incluindo notas técnicas emitidas pelo CIF, relatórios e diagnósticos elaborados pela AEDAS ou pela Ramboll, Volta da Capela foi referida como um “bairro”, outras como uma “comunidade” e, em menor número, como um “povoado”, mas nunca como “quilombo”. Dado que só foi possível acessar a partir do diálogo com Aleteia. Tomar ciência disso me gerou uma série de perguntas, tantas que valeria a pena a produção de uma outra dissertação para debruçar com cuidado sobre as diversas dimensões que estas

⁶⁹Para saber mais sobre Gesteira ver: Uchimura (2022) e <<https://www.instagram.com/quilombogesteira/tagged/>>. Acesso: 16 abr. 2025.

questões envolvem. Mas, diante dos limites desta, gostaria de sublinhar que esse pode ser observado como um dos agenciamentos políticos produzidos pela experiência com o próprio desastre. Ou seja, como novas rotas burocráticas vão surgindo a partir da emergência da comunidade em reivindicar seus direitos também na esfera pública. Neste caso, a busca pela demarcação de Volta da Capela como território quilombola é acompanhada, ainda, da luta pelo reconhecimento de um modo específico e coletivo de ser “atingido”, engendrando uma tripla subjetivação política (Fassin, 2008): ser quilombola, ser ribeirinho, ser um quilombola ribeirinho atingido.

Figura 24 — Matriarcas do quilombo ribeirinho Volta da Capela



Fonte: Fotografia de Flávia de Aleteia Machado (2025).

Ao perguntar à Aleteia se Volta da Capela também poderia ser considerada uma comunidade pesqueira, ela afirmou que sim, e com uma certa ternura resignada, complementou, “até hoje”. Mesmo diante da incerteza da toxicidade das águas, os rios são constantemente revisitados por suas “fãs”, como ela se refere às pessoas que deram continuidade à pesca após a chegada da lama de rejeitos.

Até hoje, com esse episódio do evento da barragem de Fundão, tem pessoas aqui que, mesmo assim, estão dando continuidade. A gente fala que tem que cuidar. Nossa, a dona Violeta, dona Clara, tem outras pessoas, sabe?! Mas essas daí são fãs do rio, sabe?! Aqui em casa a gente sempre pescou, mas a gente agora não pesca mais. Antes era eu e meu pai. Agora procuro evitar por aqui. Infelizmente, com essa barragem de Fundão aí, ela represou, e ela chegou até um local onde nós morávamos, que chama Sítio Piteiras, Godinho, sabe?! Tudo é atendido pela ACS aqui da Volta. Então, foi represando rio acima, sabe?! O rio do carmo, um local que tinha muito peixe, hoje não dá para poder pegar e comer, mas tem gente que insiste. Tem pessoas que dão continuidade mesmo, sabe?! (Aleteia Flávia - Entrevista realizada em 14 abr. 2025).

Os rios do Carmo e Gualaxo do Norte foram por muitos anos a principal fonte de acesso à água para beber, lavar as roupas, cozinhar e irrigar os cultivos, além de ocuparem um lugar central de lazer. A vida cotidiana e doméstica não só se estendia ao ambiente das águas, como também eram produzidas a partir delas, e ainda são, mas agora a partir de uma relação mediada pela percepção de riscos que o contato com o rio pode trazer. A seguir, trago um trecho que transcrevi de uma das entrevistas realizadas por Aleteia com uma moradora importante de Volta da Capela, Maria Geralda. Nele, ela aborda um pouco de suas memórias ribeirinhas, e traz dimensões que nos ajudam a pensar sobre como a casa ou a vida doméstica não se compõe apenas através da edificação em si, mas também dos múltiplos modos de habitar um território.

Eu aprendi muito a lavar a roupa no rio, no córrego. A gente ia lavar roupa, [levava] uma bacia e uma tauba. Depois a gente ia, esfregava a roupa, punha pra secar, e trazia pra casa a roupa seca. E era até mais gostoso. Depois a gente tomava um banhozinho lá, né?! Tinha as atividades beira rio. As brincadeiras. Onde eu e minha irmã também, a gente fazia um buraco na beira do rio até a água aparecer. A gente ficava brincando dentro ali [...].” (Aleteia Flávia, arquivo audiovisual, 2025)

Nas palavras da antropóloga Andrea Ballesterio, a água é sempre mais do que ela mesma, é também um campo político “onde as pessoas elucidam o que significa viver a vida coletivamente num mundo que é sempre mais do que humano, e até mesmo desumano” (2019, p. 406, tradução minha). Em Volta da Capela, a vida cotidiana beira rio integra parte fundamental das memórias, das práticas, dos meios e modos de vida de seus habitantes, e dos próprios processos de transformação desse território.

Memórias da inundação

Aleteia me conta que, até o início da década de 1980, existiam poucas famílias na comunidade, e as casas, em sua maioria, eram feitas de sapé e pau a pique. Sem uma rede de abastecimento de água e saneamento básico, as famílias que não tinham cisternas em suas casas dependiam exclusivamente do rio. A captação, portanto, era realizada às margens dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, a partir de uma técnica que implicava a escavação manual de pequenos poços para que a água do rio ficasse ali represada, e, em seguida, com o uso de uma peneira, removia-se os sedimentos e as partículas mais sólidas. Aleteia conta que o movimento era repetido até que a água, então, filtrada e limpa, pudesse ser recolhida⁷⁰, e que essa técnica era, sobretudo, conduzida pelas mulheres.

Antes da enchente de 79, as pessoas que não tinham condições, porque as casas aqui eram todas de sapé, pau a pique, eram poucas famílias, e muitas delas não tinham a cisterna dentro da casa, poucas tinham, e aquelas que não tinham as condições lavavam as roupas lá no rio. E ali elas tinham um processo também de furar um poço, sabe, beira rio? E ali a primeira água que represavam, tiravam, jogavam fora, e ali, a partir da terceira, eles pegavam aquela água que já surgia limpa, e trazia para os seus lares, para consumo, enfim, para cozinhar. Então, assim, os relatos são maravilhosos. Você vai conversando com as pessoas e elas vão destacando o que tinha, muita coisa que a gente não chegou a presenciar, é claro, mas as pessoas... eles sempre contando e as histórias se repetindo (Aleteia Flávia - Entrevista realizada em 14 abr. 2025).

A enchente de 79, citada por minha interlocutora, foi um divisor de águas e de terras na história da cidade. Podendo ser também considerado um evento crítico, a cheia do rio Gualaxo do Norte agenciou a reorganização da habitação urbana e rural em diferentes localidades de Barra Longa.

⁷⁰ Neste anexo disponibilizo, com autorização de Aleteia Flávia, um vídeo produzido por ela, em que duas mulheres, moradoras de Volta Capela, reencenam a técnica de captação e filtragem da água nas margens do rio do Carmo e do Gualaxo do Norte aqui descrita. Esse vídeo foi enviado para mim via whatsapp, e faz parte do levantamento que ela tem realizado para reunir as memórias e as histórias que fundamentam a autodeclaração de Volta da Capela como uma comunidade tradicional. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1ppj8PrmusEEClinwklr0PsEyj_uVg9Cv>

Figura 25 — Ponte Quindumba (1979)



Fonte: Arquivo pessoal de Aleteia Flávia.

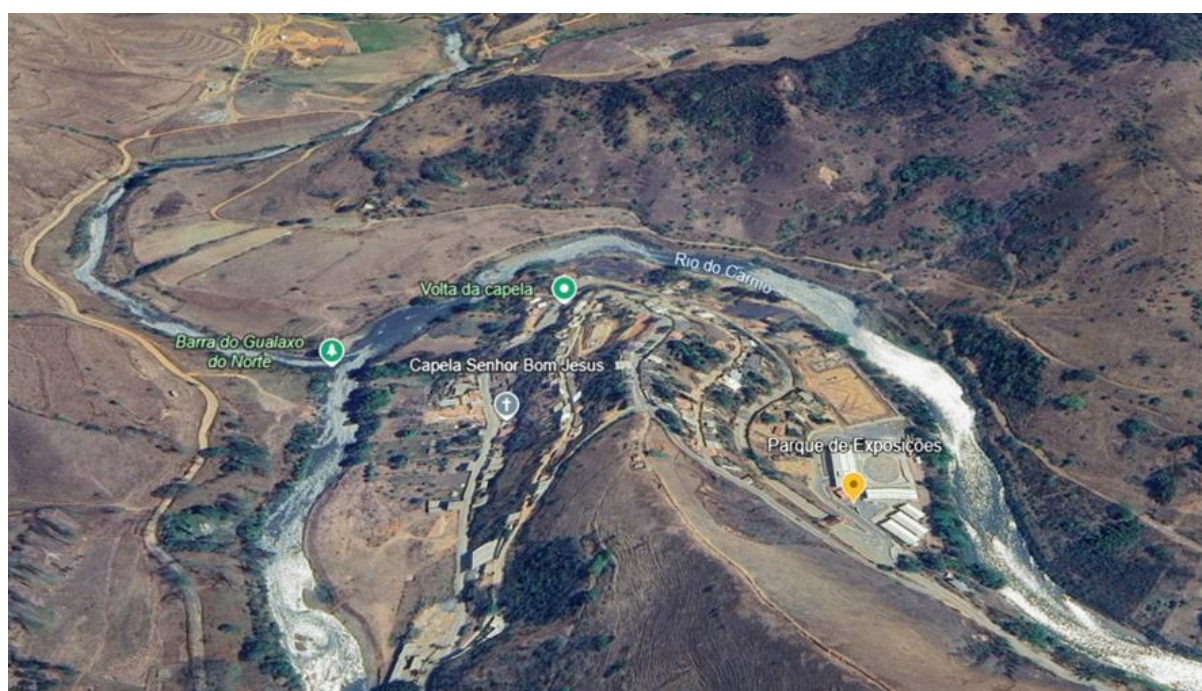
Figura 26 — Casas destruídas pela enchente de 79 (Volta da Capela)



Fonte: Arquivo pessoal de Aleteia Flávia.

No caso de Volta da Capela, a enchente foi um dos principais fatores que produziu a migração da população que habitava o entorno das margens do rio para o alto do morro, localidade que, atualmente, contém a maior concentração de habitações na comunidade, segundo a descrição de Aleteia. Segundo o seu relato, ao menos 179 famílias⁷¹ (cerca de 500 pessoas) vivem hoje em Volta da Capela. É importante destacar que a migração para a parte mais alta da região demandou a construção de infraestruturas antes inexistentes, como energia elétrica, banheiros e rede de esgoto, e é por isso que Aleteia fez referência a um “antes” da enchente em relação aos modelos de casas.

Figura 28 — Comunidade da Volta



Fonte: autoria própria - Google Earth, 2025.

Em Gesteira, ocorreu um movimento similar. As investigações de Uchimura (2022) apontam que a “enchente de 79” resultou em uma nova disposição territorial que levou grande parte da população ribeirinha a habitar a área mais alta da região. Durante esse período, a comunidade foi cindida em duas partes: a “parte alta”, denominada como “Mutirão”, em razão do método solidário entre as famílias que caracterizou o processo de construção das moradias; e a “parte baixa”, onde a comunidade inicialmente se formou. Após ser devastada pela

⁷¹ Aleteia destacou que, destas, 24 estão situadas em regiões mais afastadas, porém por serem famílias atendidas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da comunidade, são abrangidas.

enchente, a parte baixa de Gesteira passou a ser conhecida pelos nomes Gesteira Velho e Gesteira de Baixo.

Os terrenos alagados localizados em Gesteira de Baixo deixaram de ser utilizados como moradias e se constituíram como extensões das casas de seus antigos moradores que passaram a habitar o Mutirão, sendo utilizados como grandes quintais produtivos. Ou seja, as pessoas perderam as casas que se situavam na “parte baixa”, mas continuaram plantando nos terrenos. Assim foi, até a chegada da lama de rejeitos, em 2015, como descreveu uma das interlocutoras de Uchimura: “[...] agora com essa lama da Samarco, aí não teve jeito de ninguém mais fazer mais nada, porque ninguém dá conta mais daquela lama, nem tirar ela pra plantar, e acho que nem pode plantar naquele lugar” (Uchimura, 2022, p. 88).

Como é possível identificar na fala citada anteriormente, em Barra Longa, a gramática da “lama” aciona memórias tanto da enchente de 1979, quanto do rompimento da barragem de rejeitos, em 2015. No entanto, quando comparada com a lama de rejeitos, a lama de “enchente de chuva” é caracterizada por sua maior fluidez, o que possibilitou a limpeza da área afetada e a reutilização do terreno para plantio; retomar, reconstruir, “voltar”:

[...] Eu fui criada ali no Gesteira. Quando a enchente de setenta e nove passou eu até morava lá também. Minha casa também foi toda assim... ela num desabou não, mas a lama entrou dentro e passou o rumo da janela pra cima assim. Tudo o que nós tinha também virou lama. E aí nós teve que sair dele e ir pra um outro local. [...] Mas só que depois pra arrumar, pra limpar aquilo tudo, aquele lamaçal... nós perdeu quase tudo também. Mas depois conseguiu limpar aquela barreira e voltar pra lá. Voltamos pra lá. E só que nós conseguia limpar tudo, sabe? **Lama de enchente assim de chuva... passava.** (Relato de Gracinha Lima, em Uchimura, 2022, p. 102).

Outro relato de um morador de Barra Longa, encontrado por mim, agora em uma reportagem feita por Paula Laboissière (2015) para a Agência Brasil, trouxe uma perspectiva que replica as diferenciações entre a experiência com a inundação de 79 *versus* a inundação com rejeitos da mineração, em 2015: “Vim pra Barra Longa com 9 anos. A última enchente que tivemos aqui foi em 1979, mas foi chuva, água mesmo. Dessa vez, foi só barro” (Laboissière, 2015). Uma leitura possível da percepção de risco das pessoas atingidas acerca de ambas as inundações é que o excesso e a inseparabilidade entre a terra e a água (o barro, a lama) intensificaram, de diferentes maneiras, o sentimento de precariedade (Ballesterro, 2019). Por outro lado, os relatos indicam que a experiência com a lama de rejeitos solidifica a percepção de que a vida “permanece encharcada em lama” (Ballesterro, 2019).

Regimes de imperceptibilidade em Volta da Capela

Figura 28 — Rio Doce Muddy Water



Fonte: Jornal A Sirene, publicação no Instagram, 10 dez. 2023. Fotografia: Divulgação Pogust Goodhead.

Como mencionado no capítulo anterior, além do Parque de Exposições e do campo de futebol dos Rodoviários, o PMR definiu a Fazenda Vista Alegre como uma das principais áreas a receber grande parte do que a gestão do plano classificou de material excedente (rejeito somado ao material produzido pelo arraste da enxurrada). A Fazenda Vista Alegre está localizada na área periurbana de Barra Longa, a 500 metros do rio Gualaxo do Norte, em uma região de alto relevo, no sentido do distrito de Barretos, mas também próximo ao quilombo Volta da Capela. A ADME, inicialmente, esteve sob os cuidados da Samarco durante o período emergencial, e depois passou a ser de responsabilidade da Fundação Renova. Apesar de receber o nome de aterro (CIF, 2019), o que se encontrava no local correspondia, na verdade, a uma pilha de rejeitos que, até agosto de 2018, acumulava 121.481,12 m³ de material⁷² (Carneiro, 2020).

De acordo com os diagnósticos realizados pela Operação Watu⁷³, atualmente o rejeito depositado encontra-se estruturalmente estável e “inserido na paisagem”.

⁷² Segundo Carneiro (2020), a pilha tem capacidade para atingir 306.635 m³ de rejeitos.

⁷³ A operação de fiscalização ambiental “Watu” foi coordenada pelo SISEMA (Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) e suas entidades vinculadas: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e

Quanto ao depósito de rejeitos na Fazenda Vista Alegre, realizado no período emergencial, se pensava em regularizar a área para servir de aterro para os rejeitos que, porventura, seriam removidos de outras áreas. A Fazenda Vista Alegre foi utilizada para disposição de material proveniente da enxurrada intitulado de material excedente (rejeito + arraste da enxurrada), transbordo de resíduos da construção civil, área de empréstimo e depósito de topsoil. Diante ao não avanço neste sentido, a área foi estabilizada pela Fundação Renova e a estrutura de deposição recebeu recentemente a implantação de um dique na porção direita, constituído por pedras de mão, além de estar devidamente cercado, **apresentou-se estruturalmente estável e já se encontra inserida na paisagem local e coberta por pastagem**, como constou também despacho da Supram-ZM no âmbito do processo de licenciamento/regularização das “ações” e intervenções ocorridas na área urbana de Barra Longa (IGAM; FEAM, 2022, p. 19, grifos meus).

A descrição que Aleteia faz sobre o aterro, no entanto, caminha na contramão do que foi constatado pelos técnicos envolvidos na Operação Watu, pois os moradores da região têm observado que, durante o período de chuvas, o rejeito, mesmo coberto por pastagem, desce pela calha do rio Gualaxo do Norte, visto a proximidade da fazenda em relação às margens do rio, característica essa que é comum às duas ADMEs escolhidas pelas corporações. Além disso, durante a entrevista, Aleteia me informou que, pelo menos até o ano de 2024, a Fundação Renova realizou ações de remoção dos rejeitos ainda presentes na cidade para serem depositados no Aterro Fazenda Vista Alegre.

Aleteia Flávia: A gente sofreu duas vezes mais, né?! Além de estar tendo essa onda toda de rejeito aí, ainda tem a questão deles trazerem e depositarem aqui dentro da comunidade, né?! O ano passado, Amanda, que eles tiraram mais um pouco do rejeito, pouca coisa, e depositaram numa fazenda próxima aqui, né?! Lógico, com o consentimento do dono. Mas durante o período das chuvas, esse rejeito, ele desce pela calha do rio. Ou seja, fala que sanou o problema, mas na realidade ele continua, né?! Assim, pra gente continua a mesma coisa. Amanda: Essa fazenda é a Vista Alegre?

Aleteia Flávia: Exatamente. Eu tenho umas fotos, porque a gente fez muita, a gente fez muitas visitas em alguns locais aqui, inclusive por causa da CT rejeito mesmo, para elaborar documentos, para encaminhamento. Infelizmente sem sucesso, mas o que deu para fazer... As respostas, infelizmente, não tivemos nenhuma favorável. Muitas das vezes concordavam, mas, assim, não tomavam as devidas providências. [...] Nós fomos até com o pessoal da Samarco, da Renova lá, ano passado, a gente foi, né?! Para poder ver como era o procedimento, mas eles também não mostraram para a gente todo processo, se tinha ali um sistema de filtragem. Só que ali a gente viu que tinha um local por onde esse rejeito vai descer, né?! No período da chuva com certeza vai descer por aqui, por aquela calha ali, né. Eles fizeram um tipo de contenção de pedras, mas na verdade, na hora que a gente perguntou sobre os filtros, eles se esquivaram, sabe?! Na verdade, não existe, né?! E ali cai na calha do rio, cai dentro do rio Gualaxo. É só camuflagem mesmo (Entrevista realizada em 14 abr. 2025).

Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM e Instituto Estadual de Florestas – IEF. A operação foi um dos meios de acompanhamento das ações da Fundação Renova no processo de recuperação da bacia do rio Doce. Sua atuação se intensificou após a adoção da operação pelo CIF, a partir de março de 2017, por meio da Deliberação 61, como estratégia de acompanhamento das ações de recuperação na calha principal dos rios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. A operação teve um papel relevante tanto no acompanhamento quanto na tomada de decisão em projetos desenvolvidos no Programa de Manejo de Rejeitos, e em diversas Câmaras Técnicas do Sistema CIF.

A imagem a seguir foi produzida por Aleteia, nela é possível identificar a estrada de terra que leva até a fazenda Vista Alegre. A região que compreende o aterro de rejeitos está marcada textualmente na imagem, ao fundo. O rejeito está na parte de cima, porém encoberto pela pastagem e, tal como referido no diagnóstico realizado pela Operação Watu, inserido à paisagem local.

Figura 29 — Onde está o rejeito?



Fonte: Fotografia de Aleteia Flávia.

É importante destacar que a incorporação dos rejeitos na paisagem (rural e urbana) foi um procedimento padrão do PMR gerido pela Samarco e pela Fundação Renova em diversos pontos da cidade. Nas ruas localizadas na região central de Barra Longa — a saber, Santa Terezinha e Santa Rita de Cássia —, o rejeito foi utilizado como material de construção civil

para o calçamento das ruas. Já na reconstrução da Praça Manoel Lino Mol, relatos de moradoras e moradores da cidade apontam que os tijolos utilizados como revestimento do calçamento da praça também são provenientes dos rejeitos (Carneiro, 2020).

Na área rural do município, grande parte dos rejeitos não foram retirados pela Samarco e pela Fundação Renova, havendo primordialmente a desobstrução das estradas e adição de camadas de terra sobre os terrenos atingidos pela lama (Mantiqueira, 2019). De acordo com o relatório elaborado pela equipe técnica da Mantiqueira (2019), a pedido da AEDAS, não se sabe a espessura de rejeito que permanece nos terrenos atingidos. Além disso, o relatório identifica que a terra adicionada e misturada com o rejeito contém muitas pedras, o que mascara ainda mais a quantidade do mesmo nos terrenos, e dificulta a capacidade de nutrientes no solo. Um dano profundo às famílias que têm na agricultura o alicerce de seus modos de vida e da manutenção da soberania alimentar. Nesse sentido, a deterioração e a diminuição das áreas de cultivo, além de afetarem as relações comunitárias de troca, doação e venda, acarretam na perda da qualidade nutricional e na alteração de modos e regimes alimentares (ATEMAB, 2019), visto que grande parte da população barralanguense passou a recorrer aos supermercados e feiras com maior frequência para adquirirem produtos que anteriormente colhiam em seus quintais. Há uma percepção coletiva de riscos entre as pessoas atingidas em relação ao consumo de alimentos produzidos desse solo com rejeitos devido à presença de elementos tóxicos como metais pesados.

Observo que a “camuflagem” do desastre opera não apenas como uma política de esquecimento, ancorada na já clássica estratégia corporativa de *greenwashing*⁷⁴, mas também como uma técnica de produção de terrenos de invisibilidade e de suspensão estratégica da percepção (Murphy, 2004), também a partir das incertezas e controvérsias vivenciadas pela população de Volta da Capela no que diz respeito à exposição química colocada pela presença dos rejeitos da mineração no território⁷⁵. Além disso, ainda que esta pesquisa não tenha o fôlego

⁷⁴ De acordo com Pagotto (2013), Greenwashing é um termo pejorativo que foi popularizado pelo Greenpeace, no início dos anos 1990, para descrever uma situação em que se promove uma imagem ambiental positiva que não corresponde à realidade; “falsa informação disseminada por uma instituição para apresentar uma imagem pública de responsabilidade ambiental” (p.44).

⁷⁵ A historiadora Michelle Murphy (2004) nomeou isto de “regimes de imperceptibilidade”. O conceito de regimes de imperceptibilidade foi trabalhado pela autora em seu artigo intitulado “Uncertain Exposures and the Privilege of Imperception: Activist Scientists and Race at the U.S. Environmental Protection Agency”. Neste trabalho, Murphy localiza a sede nacional da EPA (Agência de Proteção Ambiental dos EUA), órgão federal responsável por investigar exposições químicas e estabelecer padrões nacionais. A autora tem como enfoque a formação de um sindicato de cientistas do sudoeste de Washington, D.C, e a luta deste sindicato para tornar visível um episódio de exposição química em seus próprios escritórios na década de 1980. A autora explora as formas de produção da imperceptibilidade, a partir de discussões acerca da indetectabilidade de exposições químicas, privilégios raciais e racismo ambiental.

necessário para investigar essa dimensão com maior profundidade por meio de um diálogo mais direto com o campo dos estudos das relações multiespécies e da *plantation* (Tsing, 2019), penso também que tais práticas corporativas tendem a acionar a paisagem como um agente capaz de forjar a noção de que o horror imagético do desastre já está apaziguado, cercado e circunscrito em um espaço-tempo, ou de que o “evento” pode ser considerado “uma página virada na história” (Silva, 1998). Nesse sentido, paisagens, plantas, águas e terra são convocadas a trabalhar o desastre, a “civilizar” imageticamente o rejeito, transformando-o em outra coisa que não sua forma dramática (destroços, lama e ruína) — um plano de trabalho que, felizmente, não é seguido pela natureza com obediência, como quando determinadas espécies de plantas rejeitam o solo devastado, expondo a infertilidade da lama de rejeitos, ou quando a chuva remobiliza o solo e o rejeito desce pela calha do rio; quando o vento faz a fumaça de poeira subir.

“E eles ainda tem coragem de falar que nós não fomos atingidas”

Em Volta da Capela, as políticas de camuflagem do desastre operadas pelas mineradoras vêm sendo tensionada a partir das narrativas de doenças e de sintomas que estão afetando os corpos dos moradores e moradoras da comunidade, tais como coceira, feridas na pele, doenças gastrointestinais, alergias respiratórias e neoplasias (câncer), além de doenças que acometem especialmente a saúde mental, como a depressão e a ansiedade.

A gente tenta ir à beira rio para tentar demonstrar o que a gente fazia anteriormente, a gente chega em casa toda coçando, sabe?! Só o contato que você tem ali, **você já chega em casa louca, o corpo coça todinho.** [...] Porque para muitos é normal, eles não ligam, né?! Mas aí vai aparecendo os cânceres da vida, né. Enfim, as outras. As depressões. E aí vai se aumentando, e com o passar do tempo as pessoas vão enxergar. Infelizmente, vai surgir muito mais doenças. A gente já está vivenciando isso. (Aleteia Flávia - Entrevista realizada em 14 abr. 2025, grifos meus)

O caso de oito famílias que viviam no entorno do campo de futebol se tornou emblemático, sobretudo no que diz respeito aos impactos na saúde das pessoas atingidas ao longo desses quase 10 anos de desastre e de políticas de reparação no quilombo ribeirinho. De acordo com levantamento realizado na pesquisa de Carneiro (2020), essas famílias conviveram por cerca de 1 ano e 7 meses com a poeira, o barulho e o tremor causado pelo fluxo dos maquinários pesados — a contar do momento em que as obras de manejo de rejeito se iniciaram —, até serem realocadas para outra região em casas alugadas pela própria Fundação Renova. O que, confirma Carneiro (2020), só ocorreu após muita luta das famílias e negociações entre as pessoas atingidas, o Ministério Público e a Samarco.

Ao perguntar a Aleiteia como estariam essas famílias atualmente, ela me informou que, das famílias deslocadas à época, três ou quatro saíram definitivamente do local; as outras, no entanto, retornaram e permaneceram em suas casas. Nesse período, duas mulheres idosas faleceram, Dona Maria e Dona Verônica⁷⁶. A primeira, conta Aleiteia, que faleceu em 2023, não aceitou ser retirada pela Samarco e viveu seus últimos dias na casa em que morou a vida inteira. Já Dona Verônica, falecida no ano de 2024, foi retirada de sua casa. Sua morte decorreu de diversos problemas de saúde, dentre eles a depressão.

Ela estava fora da casa dela, né, a Samarco, as mineradoras, tiraram, retiraram do local. Ela saiu, porém faleceu recentemente também, com vários problemas de saúde, depressiva. Aí, ela queria voltar para o lugar comum dela, não conseguiu, né?! Não viu nem, assim, nada de reparação, recebeu nada, até a data de hoje, né?! Se ela estivesse viva ainda, até hoje... O pessoal ainda não foi indenizado (Aleiteia Flávia - Entrevista realizada em 14 abr. 2025).

Outro caso relatado por minha interlocutora acerca do manejo das famílias no entorno do campo de futebol e do Parque de Exposições, que ocorreu no período de gestão assumido pela Fundação Renova, foi o de uma família deslocada para uma casa localizada ainda mais próxima ao campo de futebol. Até o momento da escrita desta dissertação, essa família segue convivendo com as obras e os rejeitos presentes no local.

Uma delas [uma das crianças pertencente à família] está apresentando alergias. Assim, nossa, de sair, mesmo, sabe, da pele. Sair pedacinhos, mesmo, sabe, superficial da pele, de tanto que ela coça, sabe?! [...] Eu acho que a empresa está errada, se ela está vendo que um local não é favorável para aquela família estar, e vai, me pega e me coloca dentro, dentro, assim, né, em contato com o rejeito, em contato, porque criança brinca, criança não quer saber, ali eles brincam. É o local que eles têm. E aí vai aparecendo as alergias, né?! Vivem doentes. Enfim, o índice aumentou muito aqui na nossa cidade, várias famílias, casos, assim, repetitivos, dentro da mesma casa, sabe?! (Aleiteia Flávia - Entrevista realizada em 14 abr. 2025).

Segundo Aleiteia, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que fica localizada na sede do município, é a porta de entrada para atendimentos médicos aos moradores e moradoras de Volta da Capela. A unidade, no entanto, não oferece serviços mais complexos, como a realização de exames específicos e laudos clínicos que comprovem a correlação entre as doenças e o convívio com os rejeitos, e até mesmo o fornecimento de determinadas medicações. A população, então, é geralmente encaminhada para Ponte Nova⁷⁷, cidade vizinha localizada a

⁷⁶ Nomes fictícios.

⁷⁷ O conhecimento dessa informação precede a minha entrevista com Aleiteia e a escrita desta dissertação. No período em que atuei na ATEMAB, produzindo junto à equipe a matriz de danos para Barra Longa, este era um dado que levávamos em consideração quando realizávamos o levantamento de preços de móveis, utensílios e objetos pessoais. Informadas pelas pessoas atingidas de Barra Longa e pela AEDAS acerca deste fluxo da população barralonguense para Ponte Nova na busca por acesso a diferentes serviços, geralmente proporcionados por grandes centros urbanos, adotamos valores de lojas existentes em Ponte Nova, tais como Magazine Luiza, Casas Bahia, Ricardo Eletro e Ponto Frio. Levando também em conta a diferença existente entre preços online e preços em lojas físicas, nós buscávamos verificar o mercado de lojas físicas da região capazes de atender a

mais ou menos 34,6 km de Barra Longa, que possui uma infraestrutura maior no que diz respeito aos equipamentos de saúde. Porém, ainda assim, ao chegar em Ponte Nova, para ter acesso a exames que forneçam diagnósticos mais precisos, as pessoas atingidas precisam custear consultas em clínicas particulares, muitas vezes por conta própria. O empobrecimento e o endividamento pelo aumento de gastos com medicações e tratamentos de saúde tem sido uma pauta central para as pessoas atingidas, sobretudo porque a experiência com o desastre implica também na perda das principais fontes de renda da população, somado ao processo de estigmatização que acomete os comércios do território.

O relato, a seguir, feito por outra moradora de Volta da Capela durante a audiência pública na Câmara Municipal da cidade (já mencionada no capítulo anterior), figura parte dessa experiência rotinizada com o desastre composta por peregrinações, adoecimentos, gastos e esperas.

O menino perdeu a saúde depois da lama pra cá. Nós fomo lá de Ponte Nova, levando o menino pro médico lá em casa. Tem que pagar médico, tem que comprar os remédios [...]. A gente não tá trabalhando, desempregado, e como é que vamos fazer sem emprego? Gastando com o menino, com doença, **e eles ainda tem coragem de falar que nós não fomos atingida**, sendo que nós morava e mora em frente o rio, guentando aquela catinga toda lá em cima, né? E ainda tem coragem de falar que nós não fomo atingida... E eu tô lá em área de risco. Minha casa tá lá, cai-não-cai! Pedimo a televisão e tava chovendo e minha televisão queimou de tanto cair água em cima dela. E nós aqui preso, porque passava caminhão pesado por cima da nossa casa, passava por baixo. Inda, mesmo assim, tem gente com coragem de falar que nós não fomos atingida [...] (Brasil, 2019, p.53, grifos meus).

A vulnerabilidade dos moradores e moradoras da comunidade de Volta da Capela em relação ao risco de contaminação com rejeitos já havia sido destacada nos estudos realizados por Evangelina Vormittag *et. al* (2018), nos quais foram investigadas as relações entre a variável de exposição, região de moradia e adoecimento. Participaram desta pesquisa 507 pessoas que habitavam a área central de Barra Longa, a área urbana situada às margens do rio, Volta da Capela e a zona rural. Destas, 66 (13%) participantes eram de Volta Capela. Em termos socioeconômicos, a pesquisa apontou que quase a totalidade das famílias em Volta da Capela possuem renda familiar de até um salário mínimo, sendo identificada como a região do município com a menor renda. Em gênero, 65,2% da população de Volta da Capela demonstrou ser composta por mulheres – o maior índice em relação a outras localidades de Barra Longa –, sendo também a área que abriga a maior concentração de crianças e adolescentes.

Sugere-se ser um grupo populacional mais vulnerável aos efeitos da contaminação ambiental. O local, onde há o centro de exposições, foi “o eleito” para receber a lama retirada do centro da cidade, situa-se próximo ao leito do rio, foi invadido pela lama

demanda dos produtos e de proporcionar às pessoas atingidas a possibilidade de comprar pessoalmente seus produtos.

Ao final dessa pesquisa, coletas de amostras clínicas de 11 pessoas⁷⁹ atingidas, residentes de Barra Longa foram submetidas à análise em um estudo, cujo objetivo era identificar possíveis casos de contaminação por metais pesados (Vormittag *et. al*, 2021). Nos exames, realizados entre os anos de 2017 e 2018 no laboratório da faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, foram investigados a presença de 9 metais, sendo eles: Arsênio (As), Cádmio (Cd), Cobre (Cu), Chumbo (Pb), Alumínio (Al), Níquel (Ni), Manganês (Mn), Selênio (Se) e Zinco (Zn). A idade dos participantes variou de 2 a 92 anos, 7 eram mulheres.

Os primeiros resultados identificaram que 3 pessoas mostraram níveis ligeiramente elevados de Arsênio no sangue e todas as 11 apresentaram níveis aumentados de Níquel, que variaram de 5,4µg/L a 17,5µg/L. Para se ter uma ideia da gravidade desses resultados, segundo Vormittag *et al.* (2021), os valores de referência para níveis de níquel no sangue na população brasileira são abaixo de <3,9µg/L. Em uma segunda rodada de coleta, todas as amostras apresentaram níveis elevados de Arsênio, variando de 12,3µg/L a 54,2µg/L (os valores de referência para os níveis de arsênio na urina dos brasileiros são abaixo de 9,2µg/L). Da mesma maneira, todas as amostras apresentaram níveis elevados de cobre, alumínio e chumbo.

“A nossa lama é inerte!”

Até o ano de 2021, das 11 pessoas diagnosticadas com metais pesados no sangue, 6 morreram (Stropasolas, 2021.) As empresas Vale, Samarco e BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, nunca aceitaram os resultados das análises deste estudo. A citação a seguir é parte da contestação crítica aos estudos coordenados por Evangelina Vormittag, feita por Anthony Wong, médico Toxicologista contratado pela Fundação Renova, que compôs parte do parecer técnico acerca do “Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana em Localidades Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão - MG” (Relatório Final), elaborado pela empresa Ambios Engenharia e Processos (Ambios) — empresa que foi contratada pela própria Fundação Renova, em julho de 2018, com o objetivo de atender as “Bases Mínimas” para estudo de avaliação de risco à saúde humana, segundo a metodologia do Ministério da Saúde.

[...] causa grande estranheza e enorme perplexidade ao avaliar os valores dos mineralogramas dos 11 indivíduos. Todos eles, isto é, todos os onze, apresentaram surpreendentemente níveis muito elevados de níquel. Vale dizer que o Relatório reportou que 100% dos indivíduos apresentaram uma grave anormalidade no mineralograma com teores de níquel sanguíneo entre 140% a 450% maior que o nível máximo normal. Pesquisadores acostumados com apresentação dos parâmetros de substâncias nas matrizes biológicas geralmente deparam-se com níveis anormais mais

⁷⁹ Devido à escassez de recursos, apenas 15 pessoas foram convidadas para a realização dos Exames. Dos 15 participantes convidados, 11 aceitaram participar da coleta das amostras clínicas.

largos, i.e. alguns com concentrações próximas ou dentro da normalidade e outros mais afastados. Mas o mais estranho nesta pesquisa é que os 100% da amostra tiveram níveis elevadíssimos. É como dizer que numa loteria TODOS FOSSEM PREMIADOS E COM VALORES ALTÍSSIMOS! Isto não é apenas inverossímil, mas é praticamente impossível de ocorrer em qualquer estudo científico sério. Vale dizer que se estes dados fossem extrapolados à população de Barra Longa, e é isto que se infere neste relatório, todos os habitantes desta pequena cidade estariam intensamente contaminados por níquel e, como a autora do relatório sugeriu com grande alarde e alarme, teriam risco de desenvolverem câncer. Será que este parâmetro passou despercebido pela equipe do Instituto Saúde e Sustentabilidade, inclusive pela pesquisadora mestre e doutora em Estatística, além da autora do Relatório? Só este fator colocaria sérios questionamentos e dúvidas acerca do planejamento da pesquisa, das coletas das matrizes, dos métodos analíticos e das conclusões finais, ou seja, de toda a cadeia de custódia das amostras. Por fim, é importante informar que nem níquel e tampouco o arsênio fazem parte dos constituintes primários do rejeito. Igualmente importante afirmar que arsênio e níquel são constituintes da mineralogia de solos na região de Mariana e Barra Longa, presentes desde a formação geológica há milênios. Os estudos de Deschamps (2002) e Mello et al (2005 e 2007) indicam a presença de arsênio nas águas e nos sedimentos da região nordeste de Minas Gerais, antes mesmo do acidente de Mariana em 2015 (NewFields, 2019, p. 52)

Como uma das obrigações das empresas violadoras com a população, desde 2016, a Renova passou a disponibilizar profissionais da assistência social e da saúde para o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As pessoas atingidas, porém, relatam que não conseguem laudos para a comprovação da correlação entre as doenças e o convívio com os rejeitos de mineração de ferro, e que médicos têm sofrido pressão das mineradoras (Dotta, 2018).

Em seu site, a Samarco afirma que o rejeito proveniente da extração de minério das barragens por ela operadas é composto por minério de ferro, areia e água, não sendo considerado um resíduo tóxico, corrosivo ou inflamável. Sobre a barragem de Fundão, especificamente, também em uma publicação disponibilizada no site da empresa, datada de março de 2016, a Samarco reafirmou a inofensividade da lama, amparada por um estudo realizado pela Fundação Gorceix, uma instituição que oferece apoio científico ao setor minero-metalúrgico, vinculada à Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)⁸⁰. De acordo com a publicação, o estudo contou com a análise de uma amostra de rejeitos da enxurrada depositados na barragem de Santarém (Mariana, MG), coletada em 30 de novembro de 2016, e apresentou como resultado a identificação desses materiais como resíduos classe II B, que, classificados pela NBR 10.004/2004, são aqueles considerados como não perigosos e inertes. Segundo a norma, são considerados resíduos inertes:

Quaisquer resíduos que, quando amostrados de uma forma representativa, segundo a ABNT NBR 10007, e submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada

⁸⁰ Disponível em: <https://www.samarco.com/analise-da-ufop-mostra-que-rejeito-nao-e-toxico/>. Acesso em: 3 mai. 2025.

ou desionizada, à temperatura ambiente, conforme ABNT NBR 10006, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor, conforme anexo G. (ABNT, 2004, p. 5)

Alguns outros exemplos de resíduos inertes são os entulhos de demolição, madeiras, pedras, areia e sucata de ferro. São resíduos que não se alteram significativamente no ambiente, não reagem ou se degradam com outros materiais. Ou seja, não sofrem transformações físicas, químicas ou biológicas, e mantêm suas características por um longo período de tempo. Tal classificação é recorrentemente acionada pela Samarco para fundamentar o seu discurso de que a lama de rejeitos não apresenta danos à saúde, inclusive através de campanhas publicitárias⁸¹ que constantemente afirmam o caráter inerte do material despejado na bacia hidrográfica do rio Doce (Leonardo, 2022): “O rejeito é inerte. Ele é composto, em sua maior parte, por sílica (areia) proveniente do beneficiamento do minério de ferro e não apresenta nenhum elemento químico que seja danoso à saúde” (Samarco, 2015)⁸².

A noção de que a lama de rejeitos é inerte e não perigosa não operou apenas no campo discursivo, ela justificou basicamente todas as ações do PMR, compondo parte fundamental dos regimes de imperceptibilidade adotados pela Vale e pela BHP Billiton em Barra Longa, como a reutilização dos rejeitos como material da construção civil na reconstrução da cidade, e as escolhas das ADMEs próximas às margens dos rios e a locais comunitários importantes. O que me faz lembrar da metáfora do ruído branco (*white noise*), mobilizada pela historiadora Michelle Murphy (2004) para refletir sobre como a impercepção é produzida. Nesse sentido, o ruído branco pode ser definido como um som “constante, complexo e discreto, como o zumbido de um ventilador, que abafa ou torna imperceptíveis outros sons ao redor” (Murphy, 2004, p. 266, tradução minha) — neste caso, especificamente, abafando as vozes das pessoas atingidas.

Meu território foi destruído. Eu costumo dizer que aquela Simone do antes do 5 de novembro, infelizmente, ela só existe nas lembranças e nas fotografias. Porque ela foi obrigada a morrer, ser sepultada e se reinventar a partir do 6 de novembro, porque a filha dela começou a sentir vários sintomas, logo no dia 6. Foi uma resistência muito

⁸¹ Em 22 de julho de 2024, o juiz federal Vinicius Cobucci, da 4ª Vara Federal Cível e Agrária de Belo Horizonte, condenou a Fundação Renova, a Samarco Mineração S.A., a Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil Ltda. a indenizarem as pessoas atingidas, devido aos mais de R\$ 17 milhões investidos em campanhas publicitárias que serviram para autopromoção e para disseminar narrativas enganosas sobre o processo de reparação. No que se refere às informações divulgadas no site da Fundação Renova sobre a toxicidade dos rejeitos, a sentença afirma que as empresas violaram os princípios da precaução e da prevenção, uma vez que foram omissas em relação às conclusões de estudos conduzidos pelos Institutos Lactec (2020) que confirmaram a presença de metais contaminantes no tecido muscular de peixes em toda a região impactada, além da existência de substâncias químicas nos rejeitos capazes de causar riscos à saúde humana. A decisão classificou essas ações como uma verdadeira campanha de desinformação, cujo objetivo principal era minimizar os impactos do rompimento da barragem de Fundão (ADAI, 2024). Disponível em: <<https://adaibrasil.org.br/fundacao-renova-e-empresas-poluidoras-sao-condenadas-em-r-56-milhoes-por-publicidade-enganosa/>>. Acesso em: 3 mai. 2025.

⁸² Disponível em: <https://www.samarco.com/plano-emergencial-de-barragens/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

grande para provar que ela era atingida na área da saúde. Fui tachada de louca. **As empresas marcaram psiquiatra, mandaram me entregar o papelzinho do dia da minha consulta, porque eu seria louca, batiam no peito e diziam: “nossa lama é inerte; a nossa lama é medicinal, vocês podem até comer e beber ela, porque louca é você, Simone”.** Foi muita resistência. Continuo resistindo. Quem acompanha sabe da minha luta. Minha bandeira hoje é saúde. Eu milito por todas as áreas, mas a minha bandeira hoje é saúde”. (Silva, 2021, p. 48)

Assumir a não inércia e a periculosidade dos rejeitos de minério de ferro implica em, primeiramente, admitir que o desastre não se resume a um “evento” específico ou ao momento crítico de emergência. Implicaria também em, inevitavelmente, admitir seus efeitos (talvez irreversíveis) nos ambientes e nos corpos atingidos a longo prazo, e, acompanhado a isso, a responsabilidade continuada das corporações e do Estado em promover e garantir medidas compensatórias e reparadoras, que não se esgotam com a pactuação de um acordo e de um valor indenizatório. Ou, mais que isso: implicaria em fazer com que nenhuma barragem a mais fosse rompida, nem que isso custasse o fim do capitalismo minerário. E esse é um preço que, pelo visto, nem as corporações, nem o Estado, querem pagar.

CONCLUSÃO

The question is whether we protect the truth which connives with violence, or the truth which is incarnate in the victim-and which is, hence, the only means we have of renouncing both violence and untruth in a single gesture of affirmation. (Das, 1995, p. 23)

Poucas semanas depois de ter finalizado o quarto capítulo desta dissertação, fui surpreendida pela notícia de que Volta da Capela conquistou o certificado de autodeclaração de comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Fruto do árduo trabalho tecido sob a liderança de Aleteia Flávia, que resguarda hoje em sua casa objetos, bordados, saberes e as memórias de seu lugar, mas também de um enfrentamento coletivo à desesperança colocada pela presença continuada do desastre no cotidiano ribeirinho.

Figura 32 — Certificado de autodeclaração de comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Palmares



Fonte: Ministério da Cultura/ Fundação Cultura Palmares (2025).

É difícil tentar deduzir os futuros agenciamentos e desencadeamentos burocráticos, subjetivos e ontológicos que essa declaração — e, mais ainda, o que foi mobilizado coletivamente por ela — pode trazer para o território, mas gostaria de destacar que, para além desse movimento possivelmente representar um marco para as disputas que já estão sendo e ainda serão travadas, ele se expressa como uma possibilidade de reconfecção de sentidos para as águas e para a vida que se contaminou.

Identifico, aqui, uma recusa do povo de Volta da Capela à ideia de que a comunidade possa ser reduzida à imagem do *quarto de despejo* (Jesus, 2007) do PMR gerido pela Fundação Renova em Barra Longa, bem como uma recusa aos regimes de imperceptibilidade que também negam o lugar de importância que Volta da Capela tem para a memória da formação histórica da cidade.

Figura 33 — Mulheres de Volta da Capela dançam sob o Parque de Exposições



Fonte: Arquivo pessoal de Aleteia Flávia (2025).

Outra notícia importante que atravessou o período de escrita desta dissertação foi a assinatura do Acordo de Repactuação, em 25 de outubro de 2024, que determinou a retirada da Fundação Renova (agora em processo de liquidação) da gestão da reparação nos territórios atingidos ao longo da bacia do rio Doce, sob o argumento de descumprimento reiterado de deliberações do Comitê Interfederativo.

O “Novo Acordo do Rio Doce” busca se inserir na complexa trama da reparação como uma ampla renegociação do TTAC, com o objetivo de superar os problemas do modelo anterior de gestão ao se consolidar como o acordo judicial que, enfim, proporcionará a “reparação integral e definitiva” pelos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, tal como assinala o próprio título do acordo (Samarco, 2024). Com a extinção da Fundação Renova, as ações de reparação e compensação conduzidas pela Samarco passam a ser assinadas pela marca *Reparação da Bacia do Rio Doce*, que assume agora a nova forma corporativa da Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton.

Pude assistir, em alguma medida, o início do processo de liquidação da Fundação Renova por meio da descaracterização de seu site, que, por um tempo, foi uma das minhas

principais fontes de informação. Como portal de transparência, o site reunia diversos documentos produzidos ao longo dos nove anos de atuação da Fundação, desde atas de reuniões até relatórios mensais sobre os 42 programas socioeconômicos e socioambientais. Aos poucos, no entanto, documentos aos quais tinha acesso deixaram de estar disponíveis. Neste momento, confesso ter sido invadida por uma forte angústia ao ver desaparecer registros tão importantes. Essa angústia, porém, passou a mobilizar a minha escrita. Com o “fim” da Fundação Renova, tornou-se um dos objetivos desta pesquisa registrar, descrever e compreender o seu modo de operar, que se revelou em ações que buscaram borrar, rasurar, tornar ilegíveis e incompreensíveis os nexos que entrelaçam o desastre continuado ao sofrimento social das pessoas atingidas.

Pouco tempo após a descaracterização do site oficial da Fundação, no entanto, foi criado o portal “Reparação Bacia do Rio Doce”⁸³, que se estabeleceu como o canal oficial de informações do processo de Repactuação, e também como uma espécie de arquivo eletrônico das ações realizadas pelos programas da Fundação Renova, com o objetivo de “registrar e preservar” o seu histórico. Sobre isso, gostaria de destacar duas observações: a primeira é a facilidade com que as corporações detêm o poder de manusear e organizar essas memórias à sua maneira; a segunda, que esses arquivos podem abrir brechas e rotas metodológicas para a elaboração de outras pesquisas que desejam tomar como objeto de estudo a cultura, as práticas e as gramáticas corporativas na gestão de desastres.

As reflexões percorridas ao longo da escrita desta dissertação convergiram para uma compreensão de que os desastres minerários são processos sedimentados que se revelam a partir de diferentes tempos e formas — sociais, simbólicas, físicas e químicas. Que categorias como desastre, evento e reparação, quando acionadas pelo Estado e pelas corporações, podem configurar regimes de verdade capazes de delimitar quem fala, o que conta como dano e quais temporalidades importam.

Ao acompanhar a montagem normativa do TTAC e das sucessivas repactuações, ficou evidente a força de formas corporativas, como a Fundação Renova, em transitar entre o público e o privado, e ainda assim se consolidar como uma terceira parte, que neste momento é responsabilizada e liquidada pelo Acordo de Repactuação por sua performance fracassada na gestão da reparação. Nesse sentido, é importante relembrar nestas conclusões que o arranjo institucional fornecido pelo TTAC para a criação de uma fundação de direito privado sem fins

⁸³ Samarco Mineração S.A. Portal do Usuário – Reparação Bacia do Rio Doce. Disponível em: <https://portaldousuario.reparacaobaciariodoce.com/Padrao/modulo-portal-do-usuario/>. Acesso em: 01 jun. 2026.

lucrativos, com estrutura de governança própria, responsável por executar as medidas de reparação foi, antes de tudo, uma política proposta pelo governo federal, que visava a construção de um dispositivo exemplar que poderia, inclusive, ser aplicado em processos futuros de reparação para outros outros desastres. Desta forma, cabe dizer que o fracasso da Fundação Renova também é fruto de políticas de Estado que transferem muitas de suas responsabilidades regulatórias para corporações e mercados.

O percurso junto à ATEMAB demonstrou, por sua vez, que assessorias técnicas independentes ainda se constituem como contrapesos cruciais na disputa epistemológica sobre o que é dano e como repará-lo. Essa experiência expôs as fraturas de um modelo de reparação sustentado por cadastros excludentes e perícias que tendem a *naturalizar* o rejeito: elementos que, nos últimos anos, vêm sendo tensionados por relatos e denúncias de pessoas atingidas contaminadas pelo material tóxico produzido pela mineração.

Ao me atentar às experiências vividas em Barra Longa, sobretudo, em Volta da Capela, percebo que a lama não finda quando os rejeitos se assentam, ela persiste como material tóxico-sedimentar que imprime outras camadas ao território, aos corpos e à memória comunitária. A presença constante de máquinas, caminhões e técnicos performa um “fazer-desastre” cotidiano que desloca usos tradicionais do espaço, intensifica desigualdades preexistentes e produz uma sensação de espera indefinida, aquilo que se pode entender como uma tempografia (Auyero, 2011) do desastre. Nessa gestão prolongada da incerteza, o tempo corporativo do cronograma de obras entra em choque com o tempo da vida das populações quilombolas e ribeirinhas, que experimentam as ações de reparação como parte de um itinerário de sofrimento.

Por outro lado, o tempo, como um agente que trabalha (Das, 1999), trabalha em diferentes direções. Quem habita a região temporal da espera não o faz de maneira passiva, nem de modo que sua agência seja dissolvida nesse limbo. Ao cuidarem das memórias de suas comunidades centenárias, mulheres como Aleteia Flávia continuam bordando suas próprias noções de reparação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. (2015). Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, pp. 483-498. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2025.

AMBIOS ENGENHARIA E PROCESSOS LTDA . Estudo de avaliação de risco à saúde humana em localidades atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão – MG: relatório final – Mariana e Barra Longa. São Paulo: Ambios, 2019. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2019/11/ambios-arsh-mariana-e-barra-linga-final-20190417.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ANTUNES, Sara. Caçadores preparam “isca humana” para atrair Caboclo d’água. *G1*, Minas Gerais, 8 mai. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/05/cacadores-preparam-isca-humana-para-atrair-caboclo-dagua.html>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ARAÚJO, Fábio Alves. *Das “técnicas” de fazer desaparecer corpos: desaparecimentos, violência, sofrimento e política*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, 2014.

ARAÚJO, Fábio. *Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari*. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 10004:2004 – Resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ATEMAB. Relatório Projeto de Assessoria para Elaboração e Validação de Matriz de Danos junto aos Atingidos pela Barragem de Fundão (Barra Longa, MG). Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza/Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens, 2019.

AUYERO, Javier. Vidas e Política das Pessoas Pobres: as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. *Sociologias*, v. 13, p. 126-164, 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/soc/a/3Hxh4K5RNGvGgpPj8G5cRcs/?lang=pt> > . Acesso em: 22 mai. 2025.

BALLESTERO, Andrea. The anthropology of water. *Annual Review of Anthropology*, v. 48, p. 405-421, 2019.

BRASIL. Acordo judicial para reparação integral e definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão: repactuação do TTAC – Mariana. Belo Horizonte: 2024. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2024/10/Repactuacao-TTAC-Mariana.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Decreto nº 8.572, de 13 de novembro de 2015. Altera o Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004, que regulamenta o art. 20, inciso XVI, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8572.htm>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDEIRA, Vanessa Alvarenga; AMARAL, Márcia. Rio Doce: mais que um patrimônio, um ser ancestral. *Emblemas*, v. 17, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/data/files/D3/12/B1/9F/BB7C191041383A19760849A8/Rio%20doce_mais%20que%20um%20patrimonio_%20um%20ser%20ancestral.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório final da Comissão Externa destinada a acompanhar e fiscalizar a repactuação do acordo referente ao rompimento da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco, que causou impactos severos nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em especial nas comunidades e municípios da Bacia do Rio Doce. Brasília: Câmara dos Deputados, 8 jun. 2022. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9261985&ts=1700136239329&disposition=inline>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CARNEIRO, Laura Lanna. *Novas narrativas: o plano de manejo de rejeito pela cartografia social em Barra Longa/MG*. 2020. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11984>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CARNEIRO, Laura; Milanez, Bruno. Novo olhar sobre o território atingido: Discussões do plano de manejo de rejeito da barragem de Fundão a partir da cartografia social em barra longa/mg. *Okara: Geografia em Debate*, v. 16, n. 1, 2022.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF). Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA). Nota Técnica CT-GRSA nº 14/2019: Análise do documento “Aplicação dos Planos de Manejo de Rejeitos - Trechos 10 e 11”. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif/arquivos/notas-tecnicas/CT-GRSA/2019/cif-ct-grsa-nt-2019-14.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2025.

COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF). Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA). Nota Técnica CT-GRSA nº 10/2018: Aprovação do Programa Manejo de Rejeitos (PG 23) — Objetivos, Projetos e Escopo. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-REJEITOS/2018/cif-ct-grsa-nt-2018-10.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2025.

COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF). Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT-INFRA) Ata da 75ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT-Infra), 08 maio 2024. Brasília: IBAMA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif/arquivos/atas/2024/cif-ata-75-ro-ct-infra-24-1.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2025.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*, v. 26, p. 7-32, 2005.

DAS, Veena. 1995. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India* New Delhi: Oxford University Press.

DAS, Veena. 2020. *Vida e Palavras: A Violência e sua Descida ao Ordinário* São Paulo: Editora da Unifesp.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (org.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DOTTA, Rafaella. Atingidos pela barragem da Samarco querem exame em 100% da população. *Brasil de Fato*, Belo Horizonte, 29 mar. 2018, 18:42. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/29/atingidos-pela-barragem-da-samarco-querem-exame-em-100-da-populacao/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. *Ser afetado*. Cadernos de Campo n.13. p.155-161.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. Notas sobre a rotina: tempo, sofrimento e banalidade do poder na gestão de casos de pessoas desaparecidas no Rio de Janeiro. *Revista Antropolítica*, n. 47, 2019, pp.118-142.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. Textura da lei, política do ordinário e outras rotas para conhecer o Estado. *Mana*, v. 29, p. e2023028, 2023. Disponível: <https://www.scielo.br/j/mana/a/Sg7QDk3q6jxMMs855v5ppRx/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2025.

FERREIRA, Letícia; ZENOBI, Diego; LACERDA, Paula Mendes. Apresentação: Crises e reparações: práticas e políticas em torno do ativismo das vítimas e da antropologia do Estado. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/60336/35380>>. Acesso em: 08 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Avaliação dos impactos e valoração dos danos socioeconômicos causados para as comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão: análise do cadastro socioeconômico. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019. 463 p. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/ceec3964-32b5-481a-aee2-beca4829e66b/content>>. Acesso em: 15 dez. 2025.

FUNDAÇÃO RENOVA. Relatório de Realizações – Consultivo: Caderno 2. [S.l.: s.n.], set. 2019. Disponível em: <https://www.reparacaobaciariodoce.com/wp-content/uploads/2019/09/RELATORIODEREALIZACOESCONSULTIVOCADERNO2.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FUNDAÇÃO RENOVA. Revisão do Relatório Técnico Consolidado de 02 anos de monitoramento da região deltaica (NT CT-GRSA n.º 05/2019). Relatório Final RT-001_23593757_02. São Paulo, Fundação Renova, 2023. Disponível em: https://transparencia.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2024/02/RT-001_23593757_02.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GARCÍA-ACOSTA, Virginia. La historia del concepto de desnaturalización de desastres. *Ciência & Trópico*, v. 45, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/2058/1644>>. Acesso em: 19 dez. 2024.

GARCÍA-ACOSTA, Virginia. Vulnerabilidad y desastres: génesis y alcances de una visión alternativa. In: GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes; SARAVÍ, Gonzalo A. (coords.). *Pobreza y vulnerabilidad: debates y estudios contemporáneos en México*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2018. p. 212-239.

GEERTZ, Clifford. O dilema do antropólogo entre “estar lá” e “estar aqui”. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), v. 7, n. 7, p. 205-235, 1998. Disponível: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/pt_BR/article/view/52621>. Acesso em: 13 mai. 2025.

GREENPEACE BRASIL. Da lama ao pó: o impacto da tragédia do Rio Doce para a saúde. 30 mar. 2017. *Greenpeace Brasil*. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/da-lama-ao-po-o-impacto-da-tragedia-do-rio-doce-para-a-saude/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en América del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs.). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: Editora Annablume, 2016, p. 23-43.

HOPKINS, Andrew. *Decisões desastrosas: as falhas humanas e organizacionais por trás do desastre da Deepwater Horizon*. São Paulo: Asas da Palavra, 2022.

HULL, Matthew. *Government of paper: the materiality of bureaucracy in urban Pakistan*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2012.

IBAMA aplica nova multa à Samarco, agora em R\$1 milhão. *Exame*, 24 ago. 2016. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/ibama-aplica-nova-multa-a-samarco-agora-em-r-1-milhao/>>. Acesso em: 02 mai. 2025.

IBGE. Barra Longa. In: IBGE. *Cidades e estados*. [S. l.]: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barra-longa/panorama>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Operação Watu – Fase XVI: relatório de vistoria referente à fiscalização realizada em Barra Longa/MG. Belo Horizonte: SISEMA, 2022. Disponível em: https://igam.mg.gov.br/documents/d/feam/relatorio_operacao_watu___fase_xvi___barra_longa_-pdf. Acesso em: 17 abr. 2025

JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2020. Edição comemorativa.

JORNAL A SIRENE. *A Sirene* – Ed. 83, mar. 2023. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_marco_2023_27x38/10. Acesso em: 07. mai. 2025.

KIRSCH, Stuart. *Mining capitalism: the relation between corporations and their critics*. California: University of California Press, 2014.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Shirley Djukurnã. “Lutamos contra a mineração há 200 anos”, diz indígena que vive às margens do Rio Doce. *Época*, 15 ago. 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/sociedade/lutamos-contr-mineracao-ha-200-anos-diz-indigena-que-vive-as-margens-do-rio-doce-23878269>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

LABOISSIÈRE, Paula. Moradores de Barra Longa contam os prejuízos causados por lama de barragem. *Agência Brasil*, Barra Longa (MG), 8 nov. 2015. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/moradores-de-barra-longa-contam-os-prejuizos-causados-por-lama-de-barragem>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

LACERDA, Maria Clara. Quilombo da Gesteira denuncia exclusão do acordo de Mariana: “Londres é nossa única esperança”. *O Tempo*, Belo Horizonte, 24 mar. 2025. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/2025/3/24/quilombo-da-gesteira-denuncia-exclusao-do-acordo-de-mariana-londres-e-nossa-unica-esperanc>>a. Acesso em: 10 abr. 2025.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEONARDO, Flávia Amboss Merçon. *Imprensados no tempo da crise: A gestão das afetações no desastre da Samarco (Vale e BHP Billiton) e a crise como contexto no território tradicionalmente ocupado na foz sul do rio Doce*. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/items/84fc4388-0aab-4284-b8aa-8f928a539849>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Anthropological perspectives on documents: ethnographic dialogues on the trail of police papers. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 76-112, jul./dez. 2014.

MACHADO, Bárbara. A Associação de Caçadores de Assombração de Minas Gerais e o patrimônio cultural dos Inconfidentes. *Lamparina*, 21 dez. 2018. Disponível em: <<https://lamparinaufop.wordpress.com/2018/12/21/a-associacao-de-cacadores-de-assombracao-de-minas-gerais-e-o-patrimonio-cultural-dos-inconfidentes/>>. Acesso em: 01 mai. 2025.

MANTIQUEIRA Serviços Ltda-ME. Relatório Técnico Final: Sistematização dos Danos Socioambientais e Socioeconômicos da Zona Urbana e Rural: Produto Áreas Degradadas e Dimensão Fundiária. Barra Longa, Minas Gerais. 2019.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017, 250p.

MELENDI, Lucila Paula; MARTINS LOPO, Rafael. A Fundação Renova como forma corporativa: estratégias empresariais e arranjos institucionais no desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton no rio Doce, Mariana (MG). *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 3, n. 2, p. 206–250, 2021. Disponível em: < <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28438>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MELENDI, Lucila; LOPO, Rafael. Fundações corporativas e o mascaramento de intervenções sociais no setor da mineração: o caso da Fundação Renova e seu Conselho Curador. *In:*

ZUCARELLI, Marcos Cristiano; OLIVEIRA, Raquel; ZHOURI, Andréa (org.). *O desastre no rio Doce e a política das afetações*. Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2024. p. 85-110.

MENDES, Simone dos Santos. A lenda do Caboclo D'água: uma trajetória enunciativa folkcomunicativa. *Caletroscópio*, v. 1, n. 1, p. 113-128, 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufop.br/caletroscopio/article/view/3559>>. Acesso em: 03 mar. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (BRASIL). Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Audiência pública em Barra Longa: Procedimentos Administrativos n.º 1.22.000.000311/2017-11 e 1.22.000.001439/2019-55. Belo Horizonte: MPF, 2019.

MORAIS, Maira Elisa Cassimiro Martins. *Transbordações nas práticas cotidianas das bordadeiras da cidade de Barra Longa – Minas Gerais após o rompimento da barragem de Fundão*. 2021. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2021. Disponível em: < <https://repositorio.ufmg.br/items/03c15a71-fd5b-4297-9c70-38185013582c>>. Acesso em: 05 mai. 2025.

MOREIRA, João Vitor de Freitas; NICÁCIO, Camila Silva. Os Borum do médio Rio Doce frente às formas jurídicas: a morte do Watú e o conflito cosmológico. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 9, p. 1-37, 2022. Disponível em: < <https://reedrevista.org/reed/article/view/703>>. Acesso em: 05 jan. 2025.

MORRISON, Toni. *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. Companhia das letras, 2019.

MOTTA, Eugênia. Fazendo casas, pessoas e mundos (no Recôncavo baiano e em uma favela carioca). *Mana*, v. 27, n. 2, p. e272552, 2021. Disponível: < <https://www.scielo.br/j/mana/a/BCMCKczzMyvwXBvhfVCQgtVQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso: 15 abr. 2025.

MOTTA, Eugênia. Uma casa boa, uma casa ruim e a morte no cotidiano. *Etnográfica*. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 24, n. 3), p. 775-795, 2020. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/etnografica/9603>>. Acesso: 15 abr. 2025.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). A Samarco, os tapumes da vergonha e os muros da coragem. *MAB*, 11 jul. 2017. Disponível em: <https://mab.org.br/2017/07/11/samarco-os-tapumes-da-vergonha-e-os-murais-da-coragem/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Watu morreu. Acervo Arpilleras do MAB. *MAB*, 1 nov. 2019. Disponível em: <https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/watu-morreu/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Acordo – Barra Longa. Procuradoria da República em Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acordo-barra-longa-1>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MURPHY, Michelle. Uncertain Exposures and the Privilege of Imperception: activists scientists and race at the U. S. Environmental Protection Agency. *Osiris*, vol. 19, 2004, pp. 266-282.

NADER, Laura. 2020. “Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima”. *Revista Antropolítica*, n. 49:328-356. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/antopolitica/article/view/44427>>. Acesso em: 18 mai. 2025.

NEWFIELDS BRASIL CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. Parecer técnico: avaliação do “Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana em localidades atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão – MG”, executado pela Ambios Engenharia e Processos. [S.l.]: NewFields, 15 abr. 2019.

NIXON, Rob. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Harvard University Press, 2011.

Oliver-Smith, Anthony; Alcántara-Ayala, Irasema; Burton, Ian; Lavell, Allan. A construção social do risco de desastres: em busca das causas básicas. In: Marchezini V, Wisner B, Londe LR, et al. *Reduction of Vulnerability to Disasters: from knowledge to action*. São Carlos: RiMa; 2017. p. 97-114.

PAGOTTO, Érico Luciano. *Greenwashing: os conflitos éticos da propaganda ambiental*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Mudança social e Participação Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-22072013-141652/pt-br.php>>. Acesso em: 17 mai. 2025.

PARREIRAS, Mateus. Mariana: assessorias de atingidos ameaçam fechar por falta de contratos. *Estado de Minas*, 30 abr. 2025. Disponível em: <<https://www.em.com.br/gerais/2025/04/7130674-mariana-assessorias-de-atingidos-ameacam-fechar-por-falta-de-contratos.html>>. Acesso em: 08 mai. 2025.

PASCOAL, Walison Vasconcelos; ZHOURI, Andréa. Os Krenak e o desastre da mineração no Rio Doce. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 3, n. 2, p. 360-394, 2021. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28271>>. Acesso em: 08 fev. 2025.

Pereira, Luena N. N. 2020. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas Ciências Sociais brasileiras. *Revista de Antropología* 63 (2): 1-15. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/pt_BR/article/view/170727>. Acesso em 13 dez. 2024.

PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015. Disponível: <<https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fosse-mais-leve-a-carga-vers%C3%A3o-final.pdf>>. Acesso: 7 jan. 2025.

RAMBOLL. Monitoramento dos Programas 23 e 24 – Manejo de Rejeitos. [S.l.], 2019b. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/pg23e24_folder_nov2019.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

RAMBOLL. Relatório de monitoramento quadrimestral – compilado de dossiês de questões críticas: Relatório de Monitoramento Mensal – Mês 031 – julho de 2019. Brasília: Ministério Público Federal, 2019a. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/Relatorio_Quadri_Dossies_Julho19_Vfinal_20-08_19_com_anexos.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

REIS, Paulo Cesar. Parque de exposições de Barra Longa ganha plano de negócios. *Jornal Bairros Net*, 10 jun. 2023. Disponível em: <https://www.jornalbairrosnet.com.br/2023/destaques/parque-de-exposicoes-de-barra-longa-ganha-plano-de-negocios/>. Acesso em: 13 abr. 2025

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/281319>>. Acesso em: 03 dez. 2024.

REZENDE, Irene Nogueira de. *Negócios e participação política: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)*. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17092008-160647/pt-br.php>>. Acesso em: 03 dez. 2024.

RODRIGUES, Aline Sueli de Lima. *Caracterização da bacia do rio Gualaxo do Norte, MG, Brasil: avaliação geoquímica ambiental e proposição de valores de background*. 2012. 162 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Evolução Crustal e Recursos Naturais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/4139>>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SALVO, Maria; MENDES, Karla. A morte do Caboclo D'água. *BRIO*, 6 jan. 2016. Disponível em: <<https://medium.com/brio-stories/ato-1-b141fc0ec404>>. Acesso em: 02 mai. 2025.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. Plano Emergencial de Barragens. [S.l.], 6 nov. 2015. Disponível em: <https://www.samarco.com/plano-emergencial-de-barragens/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

SEBRAE. *Circuito turístico Serras de Minas*. Belo Horizonte: SEBRAE Minas, 2005. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/11/ipatrimonio_Circuito-tur%C3%ADstico-serras-de-minnas-Fonte-SEBRAE.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SILVA, Simone Maria. “A minha vida vale menos que uma pelota de minério: ser mulher negra e trabalhadora atingida por barragem no sexto ano do crime da Vale-Samarco- BHP. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 7, n. 2, p. 42-54, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/39127>>. Acesso em: 02 nov. 2024.

SILVA, Telma Camargo da. Desastre como processo: saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia. In: LEIBING, A. *Tecnologias do corpo: uma antropologia das medicinas no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004. p. 201-225.

SILVA, Telma Camargo da. Silêncios da dor: enfoque geracional e agência no caso do desastre radioativo de Goiânia, Brasil. *Iberoamericana–Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 46, n. 1, p. 17-29, 2017. Disponível em: <<https://iberoamericana.se/articles/iberoamericana.104>>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SILVA, Telma Camargo da. Soldado é Superior ao Tempo: Da Ordem Militar à Experiência do Corpo como Locus de Resistência. *Horizontes Antropológicos*, v. 4, n. 9, p. 119-143, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/4Qh4kcGvpNHVwHHFGZ853wk/abstract/?lang=pt>>

SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Editora Vozes Limitada, 2017.

SOUZA, Tatiana Ribeiro de; CARNEIRO, Karine Gonçalves. O direito das “pessoas atingidas” à assessoria técnica independente: o caso de Barra Longa (MG). *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, Universidade Estadual de Goiás, v. 8, n. 2, p.187-209, 2019. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/9817>>. Acesso em: 02 nov. 2024.

SRK CONSULTING (BRASIL). Relatório técnico “As Is” da área urbana e periurbana de Barra Longa/MG. Belo Horizonte: Fundação Renova, 2023. Disponível em: https://transparencia.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2024/02/SRKBR_002_2023_As_Is_Barra_Longa_R05-1.pdf. Acesso em: 02 mai. 2025.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Reclamação n. 31.935 – MG. Decisão monocrática. Relatora: Desembargadora Convocada Diva Malerbi. J. em: 30.06.2016.

SYNERGIA. Programa de Levantamento e de Cadastramento dos Impactados, 2016. (Versão de Julho de 2016).

TACCA, Fernando de. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 18, p. 191-223, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/5gpPVzJGV8r4WrHcd8c4dCg/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*: um estudo sobre o terror e a cura. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. ‘A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar’: a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte - MG. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/items/e2a4d45f-e57e-4821-9677-f50087961fb9>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. Devir do desastre no Rio Doce: tempografia da violência no laboratório político da reparação. In: ZUCARELLI, Marcos Cristiano; OLIVEIRA, Raquel; ZHOURI, Andréa (org.). *O desastre no rio Doce e a política das afetações*. Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2024. p. 19-38.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. “A lama e suas marcas: neoextrativismo e seus efeitos em um contexto de desastre”. *Revista Perfis Econômicos*, nº 5, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/items/71f38b6b-5b61-441c-8bbf-d592b69ce709>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

TERMO ADITIVO AO TAP (ATAP). Termo Aditivo ao TAP entre Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP. Belo Horizonte, 2017b. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/aditivo-tap>. Acesso em: 16 dez. 2024.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA RELATIVO À GOVERNANÇA (TAC-GOV). Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Governança entre Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, União Federal, Estado de Minas Gerais, Estado de Espírito Santo, Samarco Mineração S/A, Vale S/A, BHP Billiton Brasil Ltda. e Fundação Renova. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/tac-governanca/view>. Acesso em: 16 dez. 2024.

TERMO DE AJUSTAMENTO PRELIMINAR (TAP). Termo de Ajustamento Preliminar entre Ministério Público Federal, Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP. Belo Horizonte, 2017a. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/termo-de-acordo-preliminar-caso-samarco>. Acesso em: 16 dez. 2024.

TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília IEB Mil Folhas, 2019.

TTAC. Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. Dispõem sobre acordo entre o Governo Federal, Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli. *O reassentamento da comunidade de Gesteira em movimento (2015-2022): crítica à moderna alquimia mineromercantil e à forma jurídica da dissolução comunitária*. 2022. 347 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/81856>>. Acesso em: 01 out. 2024.

UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli; FARIA, José Ricardo Vargas de; PAZELLO, Ricardo Prestes. Botocudos, atingidos e extrativismo: ensaio sobre a estranha ordem geométrica da territorialização do capital nos territórios de Barra Longa (MG). *Revista Direito e Práxis*, v. 14, p. 486-516, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/yDkfhHm5KJxZZ9DkXPHxRDv/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 01 out. 2024.

VAINER, Carlos. Conceito de Atingido: uma revisão do debate. In: Franklin Daniel Rothman. (Org.). *Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. 1 ed. Viçosa: UFV, 2008, p. 39-63.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. A crise social denominada desastre: subsídios para uma rememoração coletiva acerca do foco principal do problema. In: VALENCIO, Norma (org.). *Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2013. v. 3, p. 3-22. Disponível em: <https://observatoriodosdesastres.uff.br/wp-content/uploads/sites/556/2021/12/Sociologia-dos-desastres-III.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 3631-3644, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mgDC4L9wdshN9rJ3GLV3PVv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2024.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. *Ciência e Cultura*, v. 68, n. 3, p. 41-45, 2016.

VIANNA, Adriana (Ed.). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. E-papers, 2013.

VIANNA, Adriana. 2014. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: Sérgio R. R. Castilho; Antonio Carlos de Souza Lima; Carla C. Teixeira (orgs.), *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações* Rio de Janeiro: Contra Capa. pp. 43-70.

VIEIRA, Flávia Braga. “Subvertendo a formação conveniente que analisa a realidade sem por ela se afetar”: experiências de pesquisa e extensão em desastres da mineração. In: MIAGUSKO, Edson; REINHEIMER, Patrícia; JORGE, Vladimir Lombardo (org.). *10 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS UFRRJ*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2023. p. 30-43.

VIEIRA, Flávia Braga. O maior desastre ambiental do Brasil continua acontecendo. *Opera Mundi*, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/o-maior-desastre-ambiental-do-brasil-continua-acontecendo/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

VORMITTAG, Evangelina *et al.* High levels of metals/metalloids in blood and urine of residents living in the area affected by the dam failing in Barra Longa, District, Brazil: A 32 preliminary human biomonitoring study. *Environmental toxicology and pharmacology*, v. 83, p. 103566, 2021.

VORMITTAG, Evangelina; OLIVEIRA, Maria Aparecida de; GLERIANO, Josué Souza. Avaliação de saúde da população de Barra Longa pelo desastre de Mariana, Brasil. *Ambiente & Sociedade* 2018; 21: e01222. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/7r5csHbfd4fGfcmXJjR57CD/?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2024.

WELKER, Marina; PATRIDGE, Damani J.; HARDIN, Rebecca. Corporate Lives: New Perspectives on the Social Life of the Corporate Form. An Introduction to S3. *Current Anthropology*, v. 52, nºS3, pp. S3-S16, 2011

WERNECK, Gustavo. Associação oferece R\$ 1 mil para quem ajudar na captura de monstro em Mariana. *Estado de Minas*, 30 abr. 2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/04/30/interna_gerais%2C379402/associaca

o-oferece-r-1-mil-para-quem-ajudar-na-captura-de-monstro-em-mariana.shtml>. Acesso em: 02 mai. 2025.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max; GESTA-UFMG. O Desastre no Rio Doce: Entre as Políticas de Reparação e a Gestão das Afetações. In: ZHOURI, Andréa. (org). *Mineração, Violências e Resistências*: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Iguana – ABA, 2018.